

Universidade Estadual Norte Fluminense
Centro de Ciências do Homem
Programa de Pós Graduação em Sociologia Política
Nível Mestrado

Felipe Sellin

Novos Movimentos Sociais na América do Sul: uma análise comparada

Campos dos Goytacazes
2010

Felipe Sellin

Novos Movimentos Sociais na América do Sul: uma análise comparada

Dissertação apresentada como pre-requisito
para obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós Graduação em Sociologia
Política da Universidade Estadual Norte
Fluminense Darcy Ribeiro

Orientador: Hugo Borsani

Campos dos Goytacazes
2010

Felipe Sellin

Novos Movimentos Sociais na América do Sul: uma análise comparada

Dissertação apresentada como pre-requisito para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Orientador: Hugo Borsani

Aprovado em 16 de Setembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hugo Borsani – PPGSP-UENF (Orientador)

Prof. Dr. Sergio de Azevedo – PPGSP- UENF

Prof. Dr. Augusto Cezar Freitas de Oliveira – PPGSP - UFF

Prof. Dr. Marcelo Vasconcelos Coutinho – UFRJ

*À Eurides, Sônia, Samira,
Lu e Gabriel.*

AGRADECIMENTO

Muitas pessoas estiveram presentes colaborando intelectualmente com este trabalho. Mas, não poderia deixar de mencionar que este trabalho só foi possível graças também a outras contribuições principalmente daqueles que contribuíram nestes primeiros momentos da educação do meu filho.

Desde já agradeço ao meu filho Gabriel que me fez perceber a necessidade de crescer junto com ele, e o mestrado é parte importante deste processo.

À Luciana Menezes devo ser grato à maior loucura de amor que já presenciei. Depois de um parto dos mais complicados, que lhe deixou dores e marcas por quase todo o corpo, aceita ir para uma cidade, onde não há parentes e os amigos são escassos. Tendo que dedicar seu período de licença maternidade para ficar praticamente o dia inteiro cuidando de um bebê, dentro de uma pequena casa e tendo que administrar suas próprias dores para que um pai tentasse concluir um curso de mestrado ao lado de seu filho. Mas não só por isso, ela foi um ouvido para minhas aflições, conviveu com minhas chatices e minhas crises de estresse, ainda assim sobrevivemos juntos e imbatíveis.

À Thimoteo Camacho que foi pra mim um pai intelectual. Aquela pessoa que acreditou em minha potencialidade, me motivou e me fez estudar pra valer. Abriu sua casa, sua biblioteca o dia que fosse preciso e nunca deixou de empreender esforço para a realização dos trabalhos deste membro da família Camacho que voz fala. Este ano com sua aposentadoria forçada a Universidade Federal do Espírito Santo deixou de contar com esta brilhante contribuição. Eu espero continuar contando com ela. Como não agradecer também a Luisa Mitiko Yshiguro Camacho que além de aceitar a nem sempre conveniente presença (em domingos e feriados), nos deixou a vontade, também ensinou nas situações mais informais com extrema clareza, inteligência e humildade.

Aos meus pais Eurides Sellin e Sônia Maria da Silva Sellin que foram muito além das ajudas que esperava e que merecia. Criaram os ambientes propícios ao bom estudo, seja em Campos quando ajudaram a me instalar, seja na volta à Vitória. Mas muito antes disso foram meus primeiros professores. Com meu pai aprendi os valores da calma, da honestidade e da fé no ser humano por um mundo melhor, com minha mãe percebi que a que a vida é dura, ainda assim bela, aprendi sobre a entrega, o amor e a alteridade.

Aos meus irmãos que infelizmente optaram por crescer na vida bem longe de Vitória. À ajuda da irmãzinha Samira Sellin que se transformou numa mulher corajosa e que conseguiu estar presente nos momentos importantes, seja em energia ou fisicamente. À meu irmão Jefersom Monfardini Sellin pela alegria sempre que nos encontramos.

O grande amigo/irmão Elizardo Scarpati da Costa que comigo trocou tantas idéias sobre este trabalho, a quem admiro pela humildade e ousadia, características que para qualquer outro seriam inconciliáveis. Meus amigos Ana Paula Verbeno Vargas e Rafael de Almeida Ávila Lobo que foram meu porto seguro quando estive sozinho em Campos. Meu amigo e compadre Amílcar Vilaça Cardoso por tudo que tem feito por esta família e por toda a responsabilidade que aceitou lhe ser atribuída. Aos meus companheiros de república, Arthur Dalla Cipreste, Gustavo Silvino, João Felipe Salomão Telles de Meneses, Gisele Felippo pela troca de experiência, angústias, conhecimentos, além é claro da amizade. A outras amigas que mesmo de longe fazem parte da minha formação. Gabriela Gomes de Macêdo Lacerda, Carolina Castro de Freitas, Maria Inês Vancini Sperandio, Igor Vitorino da Silva, Fábio Magalhães Candotti e Eduardo Zorzal. Aos demais amigos de graduação e de pós graduação.

Aos meus professores da tia Rosa da alfabetização aos pós-doutores atuais. Aos professores da Banca de professores Sergio Azevedo, Augusto Cesar, Marcelo Coutinho por aceitarem contribuir neste trabalho. Agradeço à Hugo Borsani, pela paciência, pelo critério e pela disposição ao orientar inclusive em horários e meios não convencionais.

RESUMO

O objetivo principal do trabalho é uma análise comparada dos novos movimentos sociais na América do Sul, buscando descrever a diversidade no perfil desses novos atores, além das características ou conjunturas nas quais surgiram. Utilizamos a análise comparada de características dos movimentos políticos e sociais selecionados tais como: origem do movimento, principais formas de protestos, formato das organizações, trajetória política, entre outras. Também são analisadas de forma comparada as características dos sistemas políticos e da conjuntura política no surgimento desses movimentos. Com o objetivo de poder determinar possíveis fatores explicativos dos movimentos sociais em estudo. E feita uma análise entre as semelhanças e diferenças presentes nos casos estudados. Os movimentos sociais possuem várias características e distinções entre si. Dentre elas a incorporação dos excluídos; a luta contra a redução das condições de indígenas e o reconhecimento de suas nacionalidades; um conteúdo anti-globalização; uma rede de comunicações; e uma tendência à institucionalização. Os novos movimentos políticos e sociais se relacionam diretamente com as mudanças políticas que têm ocorrido na América do Sul e que têm levado a uma “onda” de governos de esquerda e centro esquerda.

Palavras-Chave – Movimentos Sociais; América Latina ; Metodologia Comparada ; Sociologia Histórica.

ABSTRACT

The main objective is a comparative analysis of new social movements in South America, trying to describe the diversity in the profile of these new actors, besides the characteristics or conjunctures in which they arose. We use a comparative analysis of characteristics of selected social and political movements such as the origin of the movement, the main forms of protest, form organizations, political career, among others. Are also analyzed as compared the characteristics of political systems and political situation in the emergence of these movements. Aiming to be able to determine possible explanatory factors of social movements in the study. And an analysis between the similarities and differences present in the cases studied. Social movements have various characteristics and distinctions between them. Among them the incorporation of the excluded, the fight against the reduction of the conditions of indigenous people and recognition of their nationalities, a content anti-globalization, a communications network, and a tendency toward institutionalization. The new political and social movements are directly related to the political changes that have occurred in South America and have led to a wave of leftist and center-left.

Keywords - Social Movements, Latin America, Comparative Methodology, Historical Sociology.

RESUMEN

El principal objetivo es un análisis comparativo de los nuevos movimientos sociales en América del Sur, tratando de describir la diversidad en el perfil de estos nuevos actores, además de las características o las coyunturas en las que hubieren sido cometidos. Usamos un análisis comparativo de las características de ciertos movimientos sociales y políticos tales como el origen del movimiento, las principales formas de protesta, las organizaciones de forma, su carrera política, entre otros. También se analizan en relación a las características de los sistemas políticos y la situación política en el surgimiento de estos movimientos. Con el objetivo de poder determinar los posibles factores explicativos de los movimientos sociales en el estudio. Y un análisis entre las similitudes y las diferencias presentes en los casos estudiados. Los movimientos sociales tienen diversas características y diferencias entre ellas. Entre ellos la incorporación de los excluidos, la lucha contra la reducción de las condiciones de los pueblos indígenas y el reconocimiento de sus nacionalidades, un anti-globalización de contenidos, una red de comunicaciones, y una tendencia hacia la institucionalización. Los nuevos movimientos políticos y sociales están directamente relacionados con los cambios políticos que se han producido en América del Sur y han dado lugar a una ola de izquierda y centro-izquierda.

Palabras clave - Movimientos Sociales en América Latina, metodología comparativa, Sociología Histórica.

LISTA DE SIGLAS
(para os nomes em português)

AD – Ação Democrática

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

CANTV - Companhia Anônima Nacional de Telefones da Venezuela

CCC - Corrente Classista e Combativa

C-CURA - Corrente Classista, Unitária, Revolucionária e Autônoma

CEB - Comunidade Eclesiástica de Base

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

COB - Central Operária da Bolívia

CONAIE - Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador

CONFENIAE - Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazonia Equatoriana

COPEI - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

CMI - Centro de Mídia Independente

CMS - Coordenadoria de Movimentos Sociais

CSUTCB – Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia

CTA - Central de Trabalhadores Argentinos

CTR - Coletivo de Trabalhadores em Revolução

CTV - Confederação de Trabalhadores da Venezuela

CUT – Central Unica dos Trabalhadores

ECUARUNARI - Confederação de Povos da Nacionalidade Kichwa do Equador

EDC - Eletricidade de Caracas

FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FEI - Federação Equatoriana de Índios

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FREPASO - Frente por um País Solidário

FSTB - Força Socialista Bolivariana dos Trabalhadores

FSTMB - Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia

G8 – Grupo dos sete países mais desenvolvidos e a Rússia

HIJOS – Filhos e Filhas pela Identidade e Justiça contra o Esquecimento e o Silêncio

MAS-IPSP - Movimento ao Socialismo - Instrumento Político pela Soberania dos Povos

MASTER - Movimento de Agricultores Sem Terra

MIJD - Movimento Independente de Jubilados e Desempregados

MIJP - Movimento Independente de Jubilados e Pensionistas

MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD - Movimentos de Trabalhadores Desocupados

MUPP-NP - Movimento Unidade Plurinacional Pachakutik – Novo País

NMS – Novos Movimentos Sociais

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Produtores de Petróleo

PCV - Partido Comunista da Venezuela

PDVSA – Petróleos da Venezuela

PJ - Partido Justicialista

PO – Partido Operário

PPT - Partido Patria para Todos

PSUV - Partido Socialista Único da Venezuela

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SIDOR - Siderúrgica do Orinoco

TLC - Tratado de Livre Comércio

UCR - União Cívica Radical

UDR - União Democrática Ruralista

UNT – União Nacional dos Trabalhadores

USI - Unidade Socialista de Esquerda

URD – União Republicana Democrática

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

YPF - Jazidas Petrolíferas Fiscais

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1 – As Teorias Sobre os Movimentos Populares	18
1.1 O Confronto entre as Teorias	18
1.2 Movimentos Sociais na América Latina	24
1.3 Movimentos Sociais e Metodologia Comparada	29
1.4 Conclusão	35
Capítulo 2 - Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul	36
2.1 O Movimento Cocaleiro da Bolívia	36
2.1.1 O Movimento dos Trabalhadores Cocaleiros	39
2.1.2 O Governo dos Movimentos Sociais	43
2.2 O Novo Movimento Sindical Venezuelano: o caso da UNT	45
2.2.1 Contexto Histórico e Político	45
2.2.2 As mudanças na era Chávez	47
2.2.3 O novo Movimento Sindical Venezuelano	49
2.3 O Protesto Indígena no Equador	51
2.4 Movimento Piquetero	59
2.4.1 Governo Menem	59
2.4.2 Surge o Movimento Piquetero	61
2.4.3 Fim do Governo Menem, eleição de De La Rúa	63
2.4.4 Existem Piqueteros após a crise de 2001?	64
2.4.5 O Movimento Sem Terra no Brasil	66
2.4.5.1 Das Origens ao Governo Collor	67
2.4.5.2 O enfrentamento ao Governo Cardoso	70
2.4.5.3 A Reforma Agrária no Governo Lula	71
2.4.5.4 Características	71
Capítulo 3 - Comparação entre Movimentos Sociais na América do S	74
3.1 Introdução metodológica: sociologia histórica e análise ...	74
3.2 Características que possibilitaram o surgimento ...	78
3.2.1 Ascensão nos anos 90/2000 frente aos programas de ajuste	79

3.2.2	Ampliação da base atribuída ao aumento do desemprego	81
3.2.3	Superação dos Atores Tradicionais	81
3.2.4	Relação entre propostas políticas e reivindicações econômicas	84
3.3	Novas Formas de Agir	85
3.3.1	Piquetes	86
3.3.2	As Fábricas Recuperadas	87
3.3.3	Escrache	88
3.3.4	Aparecimento de Organizações de Democracia Radical	89
3.4	Características semelhantes dos Movimentos Sociais	90
3.4.1	Movimentos Sociais Centrais	90
3.4.2	Relação própria com os meios de comunicação	91
3.4.3	Aspecto identitário e Simbólico	93
3.4.4	Capacidade de Influenciar nos acontecimentos políticos.	95
3.5	Os Principais Pontos de Diferenças entre os Movimentos	97
3.5.1	Tipos de Movimento	97
3.5.2	Formato das Direções	99
3.6	Conclusão	100
4	Conclusão	102
5	Referências Bibliográficas	106

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, alguns conceitos políticos que no final do século XX pareciam ter perdido interesse na sociologia política, para constar apenas nos livros de história, voltam a fazer parte do cotidiano dos latino-americanos, entre eles: nacionalismo, populismo, socialismo, para citar alguns. A conjuntura também cria seus próprios conceitos. A noção de plurinacionalidade é uma delas, quando tanto se fala da dissolução do Estado aparece este conceito que recorre às raízes culturais da nação. Deste o final da ditadura novos atores vêm se apresentado no cenário latino americano, eles tem se renovado e se reforçado. Os movimentos sociais são uns dos principais sujeitos sociais deste período.

Os movimentos sociais deste estudo são diferentes do movimento operário e do classismo de décadas anteriores. Pois ele se destaca pela heterogeneidade. Enquanto o sindicalismo possuía um formato mais constante com características mais formatadas e dominou a escolha do ativistas desde a revolução industrial, atualmente a diferença entre os movimentos é umas das características mais relevantes. Mesmo o sindicalismo foi obrigado a ampliar seu leque de interesse para incorporar as questões do grupos antes tidos como minorias. Por isso nem sempre as características comuns são necessariamente as mais importantes ao movimento individualmente.

A organização popular que havia sido proibida durante os regimes militares, inclusive com banimento físico de seus participantes começa a ser retomada na década de 80. Surgiram na região protestos populares que contestavam os regimes militares. Em seguida veio a retomada dos governos civis e das liberdades democráticas. As liberdades políticas da democratização foram acompanhadas, na maioria dos casos, pela liberalização dos mercados internos da região. Alguns dos primeiros governos do período democrático foram responsáveis por políticas de ajuste estrutural que incluíam contenção inflacionária, desestatização, desregulamentação, abertura dos mercados, etc.

Os anos 90 constituem o auge das políticas econômicas voltadas para o mercado e o declínio da força dos movimentos sociais da região. Na maior parte dos países havia apoio popular, e portanto eleitoral, para a implementação destas políticas, especialmente naqueles que passaram por situações de hiperinflação, como no governo Menem da Argentina ou de

Cardoso no Brasil. O apoio popular a estes governos fragilizou a organização dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais passaram por um período de refluxo, que parece ter começado desde o início dos anos 90. As mudanças na conjuntura mundial após o fim da União Soviética deixaram os movimentos de protestos contra as políticas pro mercado fragilizados. Na América Latina alguns dos eventos políticos que marcaram este período foram o *caracazo* na Venezuela, a derrota do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições brasileiras de 1989, o auto-golpe de Fujimori no Peru, a nova roupagem do peronismo com Menem.

A dissolução do socialismo real parecia significar a derrota dos projetos de transformação dos movimentos sociais tradicionais. Porém, no final da década de 90, a hegemonia do liberalismo econômico e da redução do Estado, que mostrava eficiência no cumprimento de metas econômicas, demonstrava piorar a vida de maior parte da população. A queda do socialismo real na União Soviética ao invés de deixar os movimentos sociais de caráter socialista sem orientação os forçou a ampliar ainda mais o uso da criatividade em prol de uma concepção regional de mobilização. Embora não tenha havido uma simples transposição do bolchevismo para a América Latina, a referencia soviética tinha um peso considerável sobre os movimentos sociais da região. O final da década e início do novo século serão de proliferação dos movimentos sociais na América Latina. O movimento neozapatista no México ganha repercussão mundial com os protestos contra a globalização. Os desocupados da Argentina começam suas primeiras formas de piquete. Os “Sem-Terra” brasileiros fazem a maior quantidade de ocupações de sua história. Os indígenas da Bolívia começam a se unificar e aparece o movimento cocaleiro.

A conjuntura latino-americana ainda era influenciada por ventos que sopram do norte trazendo outros estímulos aos novos movimentos sociais. Nos Estados Unidos as manifestações de Seattle e Washington darão início a onda de protestos mundiais contra os organismos econômicos (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Grupo dos oito mais ricos), em Gênova milhões de europeus protestam contra a reunião do G8. Logo governos de esquerda, movimentos sociais, partidos políticos, organizações não governamentais, intelectuais de todo mundo e milhares de ativistas irão promover o Fórum Social Mundial, uma iniciativa que visava trazer a tona os efeitos sociais das políticas econômicas e demonstrar a existência de algo além da aplicação do modelo econômico orientado para o mercado.

Na primeira década do século XXI surge um novo “ciclo de protesto” na América Latina. O primeiro grande evento foi a convocação do Parlamento dos Povos em dezembro de 1999 no Equador. Em seguida vieram os protestos contra as políticas de Banzer na Bolívia, os pannels que contribuíram na queda de De La Rúa na Argentina, o apoio popular ao retorno de Chávez após a tentativa de golpe de abril de 2002, a “guerra da água” e a “guerra do gás” na Bolívia, vários levantes indígenas no Peru, a queda de Lucio Gutiérrez no Equador, para citar os principais protestos deste ciclo.

Os movimentos sociais exercem um papel central na transformação de questões sociais em manifestações coletivas. Os movimentos estudados levantam questões que envolvem interesses nacionais que vão além da sua pauta cotidiana. Por isso são centrais, pois desta forma são capazes de guiar a agenda nacional dos protestos. São grupos que buscam através de organização e protestos modificar a atual distribuição de recursos e sanções sociais. Além de provocar mudanças culturais, procuram transformações em toda a conjuntura inclusive no campo político institucional.

Este trabalho busca estudar comparativamente alguns movimentos sociais na América do Sul com vistas a: 1) Tentar perceber suas principais características semelhantes bem como aquelas que os diferenciem dos movimentos sociais de períodos anteriores, 2) a influência do ambiente social e político para o seu surgimento e para o perfil que os mesmos desenvolveram, 3) identificar transformações sociais e políticas que estão sendo provocadas ou impulsionadas por estes sujeitos sociais.

A perspectiva que orientou o trabalho é de que se trata de movimentos sociais singulares na história da região que, por isso, necessitam de novas e atualizadas abordagens teóricas que expliquem o perfil e o lugar desses novos sujeitos nas transformações sociais e políticas que estão acontecendo na região. Embora muitas questões possam ser respondidas com o conforto de referenciais já existentes é necessário constituir novos conceitos para abordar e principalmente compreender estes atores sociais.

O primeiro capítulo apresenta o debate entre as teorias acerca dos movimentos sociais, destacando que existem dois campos principais: a) o europeu que possui uma herança do marxismo, mas que vem dedicando maior atenção ao fator cultural que ao econômico (este campo vem trabalhando com o conceito de “Novos Movimentos Sociais”) e b) o debate sobre ação coletiva de origem norte americana. O importante neste ponto do trabalho foi encontrar

na perspectivas já existentes sobre os movimentos sociais traços que pudessem ser contundentes na compreensão dos sujeitos sociais estudados. Este trabalho não chega a se constituir em um novo tratamento aos movimentos existentes, no entanto esboça uma proposta que pode avançar neste sentido. Por enquanto escolheu se aproximar dos autores que utilizam a metodologia comparada para a realização de contribuições também para campo dos movimentos sociais e protestos populares.

O segundo capítulo é dedicado à descrição do objeto da pesquisa. Nele são apresentados os movimentos sociais que foram estudados neste trabalho, pela ordem: *cocaleros* na Bolívia; o novo sindicalismo da União Nacional dos Trabalhadores (UNT) na Venezuela; o movimento indígena da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE); os trabalhadores desempregados identificados com *piqueteros* na Argentina; e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil. Identificamos estes movimentos pelas sua relevância e centralidade, isto é, sua capacidade de aglutinar outros movimentos, orientando a maioria dos protestos em seus respectivos países. Na América do Sul percebemos muitos protestos sociais, mais não aparecem outros atores sociais organizados com as características destes selecionados.

Este ponto do trabalho merece uma ressalva sobre a opção por tais ou quais movimentos sociais. Durante os últimos anos apareceram muitos protestos na região latina americana que exerceram um papel fundamental de movimentar a máquina do Estado e que não são parte deste estudo. Para citar alguns: os estudantes universitários da Venezuela, o principal movimento de resistência a implementação de mudanças constitucionais antidemocráticas no país; os estudantes secundaristas no Chile, que se levantaram contra a qualidade do ensino no país; e a juventude cruceña que fizeram campanhas por maior autonomia para as regiões da Bolívia.

Há uma justificativa importante para que estes atores sociais não terem sido utilizados nesta pesquisa. Embora a intervenção de cada um deles tenha alterado a vida de política dos países em que estão localizados, sua intervenção é só parcialmente agregadora. Não há nestes atores a intenção de serem centrais. Eles não pretendem organizar uma pauta nacional de protestos. Mesmo por que para isso teriam que levantar bandeiras como a reversão de injustiças sociais, que a sua base social não é capaz de arcar. A Juventude Cruceña apresenta métodos próximos ao fascismo, enquanto aos sujeitos do movimento estudantil além de serem temporários são de sua maioria de uma classe média abastada.

O capítulo final é dedicado à comparação entre os movimentos descritos e a pertinência das abordagens teóricas para a explicação dos mesmos ou de seus respectivos perfis. Em primeiro lugar foram analisadas as características que possibilitaram o surgimento destes movimentos sociais. Estes sujeitos surgem ou começam a crescer durante a década de 90; quando superados os movimentos sociais e outros atores tradicionais e com o aumento do desemprego. Em seguida é apresentado o repertórios de protestos introduzido por estes atores: os piquetes; a recuperação de empresas; os *escraches*; o aparecimento de formas de “democracia radical”. Por último passamos a destacar as características semelhantes e as diferenças existentes entre eles. O capítulo conclui com a identificação de alguns possíveis fatores explicativos dos recentes movimentos sociais da região.

CAPITULO 1 - AS TEORIAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

As mudanças no mundo contemporâneo neste início de século, e principalmente as mudanças política na América do Sul tem levado a que nos últimos anos os trabalhos acerca dos movimentos sociais ganhem nova importância. Podemos dizer que as teorias ligadas aos movimentos sociais, ao menos aquelas que pretendiam utilizar como objeto movimentos localizados na América do Sul, descrevem de certa forma o clima protagonizado pelos mesmos. Na década de 80, quando na maioria dos países estava sendo retomado aos governos civis e a sociedade civil passou a gozar de um ambiente de liberdade de organização que desconhecia, se proliferaram os estudos sobre os movimentos sociais. Desde a década de 60 que na Europa vinham sendo desenvolvidos trabalhos com esta temática. Desde então começam a se destacar, tanto do ponto de vista histórico-social quanto do ponto de vista teórico, vários movimentos sociais na região. Neste capítulo abordaremos o desenvolvimento dos conceitos relacionados aos movimentos sociais e algumas das teorias acerca destes atores sociais.

1.1 O Confronto entre as Teorias

O termo movimento social surge em meados do século XIX para designar a organização dos operários por melhores condições de trabalho (SCHERER-WARREN, 1987). Desde lá o conceito vem sendo incorporado, mas ao mesmo tempo vem fazendo um constante diálogo com a teoria marxista, embora o autor do “Capital” não o tenha desenvolvido conceitualmente a preocupação que teve com os movimentos sociais em suas proposta crítica à cultura dominante. Ainda assim seus conceitos estarão presente em boa parte da literatura sobre ação coletiva. A maioria dos autores partirá de Marx seja para crítica-lo ou superá-lo.

Na tradição marxista a sociedade estabeleceu relações que deram origem as classes com interesses opostos. As classes dominantes seriam responsáveis pela distribuição desigual das recompensas e por criar uma “visão de mundo”¹ justificadora desta repartição não equânime. A forma de ver o mundo dos grupos dominantes se transformaria na “visão de mundo dominante”, ou como prefere chamar Marx a ideologia dominante, fazendo os grupos dominados aceitassem os critérios de aquisição das riquezas. Mas a classe dominada,

¹ O conceito visão de mundo é usado para evitar qualquer tipo de confusão entre as noções de ideologia como concepção e projeto de mudança e a noção marxista de visão de mundo da classe dominante (LOWY, 1993).

representada no capitalismo pelo proletariado seria responsável por produzir uma visão de mundo própria e capaz de gerar um movimento pela libertação em relação a dominação estabelecida.

“A contra opressão pode se explicar de várias formas: lutas mais violentas ou menos violentas, reivindicações, pressões, apatia ou mesmo alienação. Temos, portanto, formas ativas e formas passivas de contra-opressão. Contudo, a busca da libertação exige um agir ativo. Quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social” (SCHERER-WARREN, 9).

No Final do Século XX a teoria marxista será retrabalhada numa perspectiva histórica pelos ingleses Eric Hobsbawm e E. P. Thompson para uma teoria sobre os movimentos sociais. Esses teóricos irão destacar as “transformações das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural [...] do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação” (GOHN, 171:2000). Eles irão encontrar na obra de Marx e de outros autores do marxismo ortodoxo contribuições importantes para este paradigma que será denominado neomarxista.

O auge do debate sobre os movimentos sociais ocorreu a partir dos movimentos pacifistas e por direitos humanos nos Estados Unidos e das manifestações estudantis e feministas na Europa. Diante da novidade desta época os autores começam a teorizar os movimentos sociais com novos conceitos que os leva a encher que nem toda contradição é de classe e que seria necessário uma teoria capaz de abarcar aqueles movimentos sociais que estavam surgindo.

Pode-se dizer que o debate estabelecido espelha a grande questão atual dos estudos na área das Ciências Sociais, a interação entre o macro e micro. O debate é de tamanha importância que alguns autores irão posicionar os movimentos sociais como o mais importante objeto da Sociologia (Touraine apud SCHERER-WARREN e GADEA, 2005). Por um lado a escola norte-americana se desenvolveria partindo das concepções da *rational choice* de Mancur Olson, um olhar que privilegia as escolhas individuais e focalizadas na lógica de interesses. Por outro lado a escola européia daria um maior destaque as questões concernentes ao âmbito cultural, com atenção para a intencionalidade dos atores e a formação de suas identidades.

“a produção nos Estados Unidos possibilitou um conjunto importante de respostas em torno da idéia de como agem os atores em seus grupos, tendo em vista o alargamento da esfera institucional da política, as teorias européias voltaram-se fundamentalmente para estabelecer o que estava em jogo nas lutas sociais, tendendo a responder ao porquê da experiência dessas novas práticas.”(SPOSITO e FISCHER, 2001:17)

Os paradigmas desenvolvidos e que aparecem predominantemente na Europa vêm se vinculando a teoria dos “novos movimentos sociais” (doravante NMS). Têm colaborado com os debates desta escola teóricos como Alberto Melucci, Alan Touraine, Claus Offe, Ernesto Laclau, para citar alguns dos mais importantes. Eles partem da afirmação de que a sociedade industrial foi superada, por isso os movimentos sociais já não estavam vinculados a centralidade do conceito de classes sociais como outrora, mas existiriam novas influências aos mesmos. Desta forma a identidade de classe que monopolizou o movimento popular e conseqüentemente o ligou ao sindicalismo, teria sofrido um colapso e se fragmentado em várias identidades concorrentes, muitas vezes contraditórias, mas que iriam estabelecer a atual dinâmica de organização dos movimentos sociais muito mais próximo de disputas culturais que em suas origens de transformações sociais. Segundo Stuart Hall (2003) ocorre um deslocamento da identidade seja ela de classe ou de nacionalidade para a constituição de um complexo de emaranhados identitários, onde os fatores nacionais e trabalhistas exercem também influência mais longe do centro como foram reconhecidos em outro momento (mais a frente trabalho a centralidade do conceito de classe). O “novo” apresentado pelos teóricos dos movimentos sociais vincula-se a centralidade de uma identidade que ganham maior destaque na década de 60, fruto das modificações no mundo do trabalho com a inserção feminina, liberdade sexual e busca por direitos civis dos negros, proporcionando um leque de objetos de estudos e o fortalecimento deste campo teórico (DOMINGUES, 2007).

Os teóricos do NMS compartilham a idéia de que devido a superação da sociedade industrial não mais a classe exerce a importância que teve anteriormente e que a identidade teria se deslocado para satisfação de outras necessidades, mais ligadas a uma classe média, embora a mesma não atue enquanto classe. Entre as críticas que tem recebido a teorias acerca dos movimentos sociais é que com a perda de importância das estruturas macro-sociais e o deslocamento dos conflitos para uma ordem simbólica, “em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes”(ALONSO, 2009) por isso seria mais apropriado utilizar nestas teorias a terminologia movimentos culturais (TOURAINÉ, 2006). Mas é importante ressaltar que não é novidade a importância da cultura para os movimentos sociais. Mesmo que não se tenha uma reivindicação cultural explícita, “todos os movimentos sociais tem a capacidade de por em movimento as forças culturais” (ESCOBAR et Al, 2000; 22).

um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural

sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados – o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o compromisso ou a resolução de conflito.(TOURAINÉ, 2006:19)

Os novos movimentos sociais são aqueles que se caracterizam: pela defesa nacional de interesses coletivos; pelas reações a comoção de um dos principais aspectos sociais, quando as instituições não têm capacidade de realizar o ajuste necessário; e por ser um tipo de conflito social que opõe forças sociais contrárias (Touraine, 1989). Mas na América Latina estes movimentos não conseguem adquirir autonomia, pois sempre aparecem subordinados às intervenções políticas (principalmente dos governos populistas). A preocupação de Touraine é com a influência que os governos populistas exercem sobre a ação coletiva na região. Os governos populistas aparecem e distorcem a fragmentação entre sociedade civil e Estado, pois intervêm sobre a iniciativa dos sujeitos sociais, mas

“não podem ser aceitas as análises que reduzem o populismo quer a um movimento social, quer ainda a ideologia de um Estado, porque o populismo é justamente a identificação de um movimento com um Estado e se define melhor como uma política”(TOURAINÉ, 1989:188)

Os autores ligados a teoria dos NMS dão menos importância aos objetivos individuais e as mudanças institucionais advindas dos movimentos sociais. Para esta teoria a noção de independência com relação à institucionalidade adquire um lugar central.

los NMSs tienen lugar en el marco de la sociedad civil y no en el marco del estado y, en relación con el estado mantienen una distancia calculada, simétrica a la que mantienen con los partidos y con los sindicatos tradicionales (SANTOS, 2001:180).

Este não é o caso de Melucci, o autor busca fazer uma comunicação entre as contribuições da escola americana e a europeia. Por isso ressalta a existência de três tipos distintos de movimentos: os reivindicativos, que estão no âmbito das pequenas mudanças e ganhos localizados; o movimento político, em que os autores buscam romper com os limites do sistema político; e um movimento antagonista, que seria aquele que atinge a produção de recursos de uma sociedade. Desta forma “a luta tem sempre, também, objetivos instrumentais, mas, em primeiro plano, está o reforço da solidariedade do grupo, a busca da troca simbólica e afetiva” (MELUCCI, 2001:84).

O uso de símbolos teria importância na atração dos ativistas. Os símbolos novos poderiam representar nada, por isso os movimentos sociais (MELUCCI, 2001:82) precisam inicialmente usar de velhas linguagens, manterem símbolos do passado, enquanto não construiu sua

própria forma de se localizar no mundo. Ao mesmo tempo em que recriam passam a divulgar as necessárias mudanças do mundo.

“os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não tem a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para o futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que transcende e, deste modo, falam para todos.”(MELUCCI, 2001:21)

A teoria da mobilização de recursos é outra importante teoria acerca dos movimentos sociais. Embora apresente autores de variadas nacionalidades, foi nos Estados Unidos que surgiu e que mais se desenvolveu. Cabe ressaltar que a escola norte americana foi pioneira ao indicar certa centralidade aos movimentos sociais desde o surgimento da sociologia nesse país, através da Escola de Chicago, estão presentes trabalhos relacionados ao tema das ações e mobilizações sociais. Mas foi na década de 60 que se deu o desenvolvimento de trabalhos acerca da maximização de resultados, proposta pela Teoria da Escolha Racional. O economista Mancur Olson (1999) foi fundamental para a formação deste paradigma.

O trabalho de Olson teria passado despercebido no período anterior aos anos 1960, quando se pensava que os descontentamentos eram mais do que suficientes para explicar a ação coletiva. Mas, durante os anos 1960, ele convergiu com a insatisfação em relação a abordagem do comportamento coletivo e com a crescente convicção, por parte dos estudiosos de movimentos sociais, de que apenas os descontentamentos não podem explicar a mobilização. De fato, Olson argumentou que pessoas racionais, guiadas por interesses individuais, podem evitar entrar em ação quando vêem que outros estão querendo fazê-lo em seu lugar. (TARROW, 2009:33)

Nesta teoria os movimentos sociais, bem como os partidos políticos e outros grupos são tratados como grupos de interesses que disputam a participação e colaboração dos indivíduos. Olson (1999) demonstrou através do “individualismo metodológico” que é mais fácil compreender a não participação do que a participação. Os indivíduos buscam com suas ações reduzir custos e ampliar benefícios, por isso os custos de participação poderiam levar o indivíduo a desertar, a menos que houvesse algum incentivo seletivo que o impulsionasse para o contrário. No entanto apesar das dificuldades em desenvolver ações coletivas, as pessoas se organizam, os indivíduos fazem movimentos sociais (OLSON, 1999). Utilizando a teoria olsoniana da ação coletiva e da percepção que era necessário explicar os movimentos surge a “mobilização de recursos”.

“Enquanto a primeira geração de estudiosos se deteve no porquê da ação coletiva, a teoria de “mobilização de recursos” de McCarthy e Zald tratou dos meios disponíveis para os atores coletivos – do seu como. Esta ênfase nos meios foi uma

fonte de desapontamento para os críticos que buscavam explicações estruturais das origens dos movimentos, mas emprestou uma concretude revigorante ao estudo dos movimentos, vistos antes como expressões de abstrações ideológicas. Para McCarthy e Zald havia uma resposta racional ao paradoxo de Olson sobre o carona, a organização.”(TARROW, 2009:34)

Os teóricos da “mobilização de recursos” irão manter a racionalidade proposta por Olson (1999), por isso, a decisão pela participação por parte dos indivíduos não atende a valores afetivos, morais ou culturais. Estaria na forma de organização e na presença de recursos materiais e humanos a solução do dilema olsoniano. Esta teoria utiliza conceitos próprios da economia que não foram bem recebidos pelos participantes dos movimentos, que apareciam tratados como uma empresa. No entanto sua abrangência nos Estados Unidos foi bastante rápida e na década de 1970 orientou a maioria dos trabalhos sobre ação coletiva neste país.

As críticas que vinham sendo feitas na década de 80 contrárias a teoria da mobilização de recursos originou um importante debate entre teóricos ligados a esta escola com os conceitos e mesmo alguns autores ligados a escola dos “novos movimentos sociais”. Desempenharam papel fundamental autores como o já citado Alberto Melucci para confrontar as concepções ligadas ao interesse e a identidade. Neste debate houve ainda a contribuição de Adam Przeworski (1985) afirmando que a teoria marxista tinha contribuído para a compreensão da ação coletiva, mas lhe faltavam definições quanto à ação do indivíduo. O debate gerou importantes frutos na década de 90 e o surgimento de um novo paradigma: o da Mobilização Política. Os trabalhos de Tarrow (2009) apontam contribuições novas e importantes à construção dessa nova teoria. O autor fará um esforço de comparar a “Mobilização de Recursos” e a “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”, bem como utilizará uma abordagem metodológica que busca nos autores clássicos do marxismo algumas contribuições para compreender o engajamento dos indivíduos que integram um movimento social.

1.2 Movimentos Sociais na América Latina

Na América Latina os mesmos debates que são travados nos países desenvolvidos sobre os movimentos sociais povoam as páginas de nossos livros e periódicos que tratam do assunto. A tentativa mais acabada de trazer para o sub-continente as teorias européias parece ser a de Alain Touraine. O teórico francês publica “Palavra e Sangue” (TOURAINÉ, 1989) uma obra importante sobre a mobilização popular na América Latina. Nesta obra o autor já percebia a importância que teve o populismo para a formação dos movimentos sociais na região. Os

governos populistas foram a reação de cunho nacionalista a uma modernização ocidental que era influenciada desde a Europa e os Estados Unidos. Insere-se neste debate o fato de ser muito mais usado na região o conceito de movimentos populares do que o debate que estava chegando de fora (DOIMO, 1995). Por isso alguns autores se mostram céticos à possibilidade de uma única teoria sobre os movimentos sociais.

dudo que los NMSs puedan ser explicados en su totalidad por una teoría unitaria. Basta tener en mente las diferencias significativas en términos de objetivos de ideología y de base social entre los NMSs de los países centrales y los de América Latina. Entre los valores postmaterialistas y las necesidades básicas; entre las críticas al consumo y las críticas a la falta de consumo, entre el hiperdesarrollo y el sub (o anarco) desarrollo, entre la alienación y el hambre, entre la nueva clase media y las (poco esclarecedoras) clases populares, entre el estado- providencia y el estado autoritario, hay naturalmente diferencias importantes. (SANTOS, 2001:180)

A modernização vem provocando modificações intensas que encaminham para a superação das instituições e valores modernos e alguns autores percebem isso como o início de uma pós-modernidade. Antes mesmo dos valores modernos ter se fixado na América Latina, já se fala na sua superação. Os latino americanos, como os movimentos sociais de todo o mundo possuem bandeiras modernas e pós-modernas. Mas o que vem a ser está modernidade que já foi sem ter chegado? A modernidade é fruto da revolução industrial e da consolidação do capitalismo, ambos deram ao ocidente uma posição privilegiada que o tem feito capaz de espalhar a racionalização, e o modo de vida ocidental pelos continentes. A modernidade apareceu com expansão desta racionalidade e a superação da cultura que via o mundo principalmente originado na tradição, por isso o

“moderno se forma quando a cultura se torna independente da razão substantiva consagrada pela religião e pela metafísica e se constitui em três esferas autônomas: a ciência, a moralidade e a arte” (CANCLINI, 1997:33).

A modernidade ocidental foi marcada por quatro características básicas: sua capacidade emancipadora com a secularização dos campos culturais, a produção auto-expressiva e auto-regulada das práticas simbólicas; seu expansionismo, através da exploração da natureza; seu caráter de renovação, através da busca por aperfeiçoamento e inovações; e a democratização, adquirida pela difusão dos saberes e evolução da racionalidade (CANCLINI, 1997).

As atuais transformações no capitalismo - a aplicação dos planos de ajuste estrutural na economia que encerravam a fase do *welfare* e do desenvolvimentismo; as transformações em tecnologia de transporte; e meios de comunicação; a aceleração da globalização econômica do planeta ; o consumo de massa; a produção diversificada ; os estilos de vida - contribuíram

para uma nova fase da integração mundial. Como apontam alguns autores vivemos uma fase de mudanças profundas (BAUMAN, 2006 ; HALL, 2003) e por isso o ocidente passa a discutir a possibilidade de haver superado a modernidade. Na América Latina a modernidade adquire um caráter *sui generis* a partir de um quadro de aplicação elitista da racionalização que caracteriza um projeto que não consegue se constituir nas instituições políticas, econômicas e jurídicas da região. O Estado adquire valores modernos que não consegue democratizar (CANCLINI, 1997).

A modernidade latino-americana possui diversos ritmos sócio-culturais, caracteriza-se pela demanda de reconhecimento de aspectos culturais e identitários e “onde as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar” (CANCLINI, 1997; 17). Neste quadro de Modernidade sem romper com a tradição, de reinvenção da tradição na cultura pós-moderna e de uma modernidade depois da pós-modernidade é que Canclini aponta que na América Latina poder-se falar em “culturas híbridas”.

“Os países latino-americanos são atualmente resultados de sedimentações, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas (sobre tudo na área mesoamericana e andina), do hispanismo colonial católico e das ações política e comunicacionais modernas. Apesar das tentativas de dar à cultura de elite um perfil moderno, encarcerado do indígena e o colonial em setores populares, uma mestiçagem interclassista gerou formações híbridas em todos os seus estratos sociais.” (CANCLINI, 1997; 73-74)

Diante desta tensão contínua entre a racionalização da sociedade e o universo simbólico é que ocorre a construção de “novas” identidades. Essas constituem uma novidade para o auto-reconhecimento de grupos sociais até então excluídos. Elas deram espaço a inclusão de novos sujeitos políticos. Segundo Alain Touraine (apud SCHERER-WARREN, 2005) o sujeito aparece com a vontade de modificar o meio social ao invés de ser determinado por ele, desta forma é que surgem os (novos) movimentos sociais na América Latina.

“se puede decir con certeza que la difusión social de la producción contribuyó a desenmascarar nuevas formas de opresión y que el aislamiento político del movimiento obrero facilitó el surgimiento nuevos sujetos sociales y de nuevas prácticas de movilización social.” (Santos, 2001:177)

A aspiração por mudanças, o conjunto de novas demandas oriundas da diversificação das identidades e o recente ambiente de liberdades políticas e sociais na região fez (re)surgir vários movimentos tais como o étnico, o feminista, o ligado a diversidade sexuais, o ecológico, o negro, comunitários. Mas as novas causas sociais não se centralizam nas questões econômicas, conseqüentemente parecem incapazes de galgar espaço nas políticas

nacionais (Bauman, 2006). Por isso para alguns autores as propostas dos movimentos populares aparecem por fora do eixo estatal influenciando somente o âmbito social através de mudanças culturais.

As manifestações (que possuem elementos rituais, ancorados no simbólico, porém que buscam mais que isso uma ação direta) estabelecem uma relação dialética entre o cotidiano e o extraordinário, no qual as rotinas do dia-dia se rompem e constitui-se a possibilidade de mudança. Os movimentos sociais na região são responsáveis pela imensa maioria dos protestos populares que se desenvolvem. Mas as influências da cultura e da “visão de mundo” do popular nos movimentos sociais vão muito além destes momentos de crise.

“A noção de povo não corresponde à realidade de uma sociedade dividida entre privilegiados, cidadãos e excluídos, mas define o máximo de consciência e da ação possível numa situação onde só uma minoria é definida por sua posição em relações sociais de produção” (TOURAINÉ, 1989:336)

Durante a década de 70 muitos autores ligados a Igreja Católica começam a dar maior atenção às atividades populares. Havia uma tentativa mundial da Igreja em se aproximar das comunidades e eles usavam a idéia de povo para expressar esta aproximação com as camadas mais pobres e oprimidas. Desde o Concílio do Vaticano II nos anos 60 que já se previa uma maior interação entre o clero e o mundo a sua volta. Na América Latina se realiza um encontro de bispos em Medellin que orientaria a construção ou proliferação das comunidades eclesiais de base e motivou a formação de uma nova concepção de atuação religiosa, a “Teologia da Libertação”. Este novo movimento da Igreja foi importante, pois a maior parte dos países na região amargava ditaduras militares e o ambiente religioso passou a constituir uma possibilidade de organização dos setores populares diante da falta de liberdades políticas.

O fim das ditaduras militares fez com que entre os poucos sujeitos sociais organizados estivessem as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) por isso os atores sociais que iam aparecendo neste período recebiam grande quantidade de católicos (DOIMO, 1994). Por esta época ganha importância o conceito de povo, próprio do discurso religioso. As organizações de esquerda seguindo a tradição do marxismo procuram separar as classes sociais para sua compreensão da realidade. A idéia de povo comporta várias classes por sua imprecisão. Por isso, ao mesmo tempo, também ganha espaço a idéia sociedade civil. A terminologia sociedade civil já fora usado durante os séculos XVIII e XIX e foi retomada com as lutas pelo

fim da ditadura militar na América Latina. A sociedade civil² ganha conotação diferente com o movimento pelo fim dos regimes militares e continuará aparecendo com as mobilizações sociais.

Neste período, pós-ditaduras, os novos papéis adquiridos pela sociedade civil através dos movimentos sociais contemporâneos, ao menos na América do Sul, trazem consigo questões de ampliação do cânone democrático. Sader (1988) percebe que as manifestações apresentam muito mais questões de ampliação dos direitos que por algum objetivo estratégico. Os novos sujeitos estavam excluídos do processo da modernidade latina, a democracia, não por ser adversários dos governos, mas porque sequer podiam disputar. Touraine, em seus estudos sobre a América Latina, acredita que as ações coletivas que vinham sendo desenvolvidas não eram exatamente movimentos sociais.

Pois esta busca da comunidade é mais exatamente um movimento histórico. Os movimentos sociais opõem uma categoria social a uma outra, uma classe a uma outra, ao passo que os movimentos históricos põem em movimento a consciência nacional e mais amplamente, a consciência de pertencer a uma comunidade, da família à nação. (TOURAINÉ, 1989:286-287)

Desde então começam a se destacar, tanto do ponto de vista histórico-social quanto do ponto de vista teórico, vários movimentos sociais na região. Os sujeitos que apareciam eram diferentes dos modelos que vinham se desenvolvendo para os movimentos sociais na Europa e nos Estados Unidos, mas podemos dizer que

“é sempre possível relacionar os processos sociais concretos a características “estruturais”, só que esse procedimento não adiciona um virgula a compreensão do fenômeno. Apenas da aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado.”(SADER, 1988:38)

Os novos personagens a que se refere Sader na realidade é o início da constituição do movimento popular. Ana Maria Doimo percebe que a diversidade de movimentos não caracteriza a existência de um fragmentado conjunto de movimentos de ação direta (Doimo, 1995). O que ela percebe é que estava se constituindo um campo ético-político auto-identificado. A noção de campo que aparece também em outros atores pode ser atribuída à

² A desconfiança nos partidos políticos fez com que esta terminologia ganhasse agora mais força, não para designar todas as organizações que são estabelecidas em seu meio, mas são hoje as Organizações Não Governamentais (ONG's) seus principais representantes e que mais reivindicam esta linguagem. A principal característica das ONG's é sua autodelegação sem representação “um conjunto de pessoas que promovem causas sociais sem receber o mandato das pessoas que diz representar” (SORJ e MARTUCELLI, 2008:13). As ONG's vem sendo também uma das principais fomentadoras das redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2006).

leitura de Gramsci e ao conceito de “bloco histórico”. As atribuições deste campo para Doimo de constituição de um novo *ethos* dialogam com o papel do “bloco histórico” na construção de uma contra-hegemonia. Sader irá completar esta idéia quando agrega a noção de classe na construção deste campo. Mas não apenas a clássica noção de classe objetivamente dada, senão a idéia mais rica de uma constante constituição subjetiva da mesma através das relações com o meio social.

“embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da *experiência* das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que se impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se *identificam interesses*, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais. (E certamente, na medida em que tais movimentos constituem um agente ativo na formação social, mesmo aquela “estrutura já dada” é também produzida pelas interações e lutas de classes).”(SADER, 1988:44-45)

Mas ainda na década de 80 a aplicação das políticas ligadas ao “Consenso de Washington” fragilizaram as bases do movimento sindical, os movimentos populares se mostraram incapazes de fazer frente ao novo cenário. Eles demonstravam os limites de atuação destes movimentos. Alguns autores evidenciam certo desanimo quanto ao potencial que havia delegado àqueles movimentos (TOURAINÉ apud GOHN, 2000); nesta época chega-se a falar em derrota do projeto político dos movimentos (SADER, 1988). Será com extrema lucidez que Doimo perceberá a transformação de um ciclo de protestos. Os anos noventa se encarregaram de tentar cooptar os participantes dos movimentos para as chamadas políticas cidadãs, as idéias de democracia participativa e outras ligações entre sociedade civil³ e o Estado.

“Cada vez mais se fala menos em “democracia de base” e mais em “democracia como valor universal”, menos em “movimento popular” e mais em “movimentos sociais organizados”, menos em “luta contra o Estado” e mais em “participação da sociedade nas decisões” através do estabelecimento de parceiras. (DOIMO, 1995:223)

³ Atualmente na América Latina ganhou espaço as teorias pós modernas de ação coletiva. Nestas se acredita eu um novo ator a “Multidão” que conseguiria liquidar o “Império” imaterial que passou a dominar com a suposta queda dos Estados nacionais. Para mais ver Hardt e Negri, “Imperio”.

2.3 Movimentos Sociais e Metodologia Comparada

As pesquisas sobre movimentos sociais que utilizavam a “mobilização de recursos” embora respondessem a uma série de questões levantadas pelos teóricos, ela encontrava uma grande resistência devido a sua matriz lingüística. Esses trabalhos usavam conceitos que tiveram sua origem na economia e administração e por isso encontrava resistência por parte de pesquisadores das ciências sociais. Por outro lado ao destacarem as motivações individuais do ativismo não conseguiam explicar todas as diferentes formas de mobilização que apareciam. O insucesso da teoria da mobilização de recursos daria espaço ao nascimento de outra abordagem para os movimentos sociais. Centrados nos trabalhos de Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow apareceriam a teoria de movimentos sociais ligados à metodologia comparada e à sociologia histórica. Os trabalhos destes autores se diferenciam da teoria anterior principalmente por se basearem em enquadramentos macro-históricos para determinar a gênese do ativismo social.

A teoria desenvolvida pelos pesquisadores da sociologia histórica sobre movimentos sociais recebeu várias denominação entre elas teoria do processo político (ALONSO, 2009), Teoria da Mobilização Política, Teoria do Confronto Político ressaltando uma de suas características que é enfatizar que os movimentos sociais para além de suas reivindicações possuem propostas que atingem a esfera política. “Nas dimensões formais e informais do ambiente político, se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da *polity*” (ALONSO, 2009:55) A proposta dos autores é bem coerente com o nome do principal livro de Tarrow, “O Poder em Movimento”, ou seja, pretende-se ressaltar a “política por outros meios” (FLACKS, 2005: 49). Esses outros meios seriam todas as formas de confronto que envolve a sociedade civil e o Estado. Assim sendo buscam organizar em um mesmo quadro teórico, que batizam de confronto político, conceitos até então tratados particularmente: os movimentos sociais, os ciclos de protestos e as revoluções. Este conceito amplia a noção de movimentos sociais para algo que já existe muito antes da revolução industrial e da ascensão do movimento operário.

Os movimentos sociais, bem como as outras formas de confronto, surgiriam quando alguma oportunidade política surge para os atores. A existência de uma questão social, por si só, não garante a aparição de uma mobilização por mudanças.

O confronto é muito mais relacionado a oportunidade de ação coletiva – e limitado por restrições a ela – do que por fatores sociais e econômicos persistentes

experimentados pelas pessoas. O confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar a submissão e encontra oportunidade para usá-los. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou que ofendem o seu senso de justiça. Os desafiantes encontram oportunidade de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Quando isso se combina a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político (TARROW, 2009:99).

Na medida em que os episódios de confronto político se proliferam o Estado precisa apresentar respostas a suas questões. Os atores sociais que aparecem a frente dos movimentos sociais estão fora das instituições, mas precisam obter alguma resposta que venha do poder institucional. Tarrow apresenta uma sociedade civil com relações mais estreitas com o Estado e amplia as noções de poder político, além de colocar os movimentos sociais na luta pelo controle político (GOHN, 2000:100). Utilizam da única forma de poder que possuem que consiste em “sua capacidade de parar o suave fluir da vida social” (Flacks, 2005:63). Desta forma os confrontos dariam

“Podemos começar a estudar os movimentos sociais como confrontos isolados entre atores sociais singulares e seus opositores, mas – particularmente quando examinamos os resultados – chegamos rapidamente às redes políticas mais complexas e menos fáceis de tratar. É através das oportunidades políticas aproveitadas e criadas pelos desafiantes, movimentos e seus aliados e inimigos que começam os grandes ciclos de confronto. Estes, por sua vez, criam oportunidades para as elites e contraelites e as ações que começam nas ruas são resolvidas nos salões do governo ou pelas baionetas do exército. Os movimentos, e particularmente as ondas de movimentos que são as principais catalisadoras de mudança social – são parte das lutas nacionais pelo poder.”(TARROW, 2009:45)

Da mesma forma que a Sociologia Histórica teve de dar uma resposta às “mobilização de recursos” era necessário dialogar com outro campo de estudos dos movimentos sociais, desta vez ligado à tradição européia dos “novos movimentos sociais”. Como já foi apresentado esta teoria principalmente relacionada à cultura. Além disso, ressalta a heterogeneidade dos atores sociais. Estas características foram retrabalhada pelos teóricos da mobilização política. Quando ressaltam a diversidade encontrada no ativismo acabam por expandir o conceito de movimentos sociais. Enquanto muitos pesquisadores acabaram por *reificar* o “movimento social” e desta forma excluía de seus estudos os atores que resolvessem partir para a institucionalização, para Tarrow “o movimento social moderno é um fenômeno multiforme, indo desde protestos que atacam simbólica e fisicamente o sistema dominante até movimentos que estão no âmbito da política convencional”(TARROW, 2009:137). Como veremos, as transformações que levam a institucionalização são constantes entre os movimentos sociais do

novo século. A cultura não poderia ficar fora das análises ligadas à mobilização política, por isso, podemos perceber ao menos três formas diferentes em que ela aparece: os repertórios de confronto, redes de movimentos e os marcos de referência.

Em um determinado ciclo de protestos as formas de lutas sociais que os indivíduos inventam para buscar seus interesses compartilhados tendem a ser sempre resgatadas. Esse resgate pode se dar porque os participantes conhecem apenas as formas já estabelecidas, ou mesmo porque acreditam que são as formas capazes de gerar um resultado esperado. O conjunto destas formas de agir coletivas é apresentada por Tarrow como um “repertório de conflito”. “O repertório seria desde então “modular”: as mesmas formas (comícios, greves, assembléias, passeatas) servindo a diferentes tipos de atores, lugares e temas” (ALONSO, 2009:58). A escolha da forma de um protesto se dá entre as variadas opções de um determinado “repertório de conflito”, com o qual os líderes dos movimentos procuram mobilizar a maior quantidade possível de militantes.

“em função dos movimentos sociais raramente possuem incentivos seletivos ou serem capazes de impor restrições aos seguidores e nem serem propensos a rotinas institucionais, a liderança tem uma função criativa ao selecionar formas de ação coletiva. Os líderes inventam, adaptam e combinam várias formas de confronto para ganhar apoio de pessoas que, de outra forma, poderiam ficar em casa.” (TARROW, 2009:40)

Em seguida, podemos perceber as redes estabelecidas pelos movimentos, nelas se compartilham “valores, objetivos ou projetos em comum” (SCHERER-WARRER, 2006:113) entendimentos culturais com outros atores sociais, neste instante pode-se dizer que um novo campo passa a ser estabelecido. Um autor como Castells coloca estas redes com o papel central no que se refere à mobilização por sua possibilidade de comunicação usando os diversos meios disponíveis na globalização atual (CASTELLS, 1999) . Enfim os marcos de referência, que podem se expressar na linguagem, nos símbolos, nos resgates históricos, etc. Eles têm a ver com a formação de uma identidade para o movimento. A escolha dos líderes por símbolos que busquem a afirmação dos movimentos pode encontrar um dilema: ou são feitas escolhas pelo novo e neste caso são usados símbolos recentes, ou então o que se busca é atrair as pessoas diante de símbolos que elas já conhecem. Alguns movimentos como os indígenas resolveram este impasse atribuindo caráter transformador a eles mesmos enquanto povos originários. Em qualquer dos casos o papel dos dirigentes do movimento parece central.

A coordenação depende de solidariedade, produto de *catnet*, isto é, da combinação entre o pertencimento a uma categoria (*catness*) e a densidade das redes

interpessoais vinculando os membros do grupo entre si (*netness*) (ALONSO, 2009:55).

O conjunto de atividades do qual fazem parte o incentivo à participação, o esforço para evitar as desistências, o pertencimento a um grupo, o envolvimento com seu conjunto de símbolos e o repertório de protestos que seja bastante cativante não consegue manter as pessoas mobilizadas. Diante disso o movimento pode passar a ser um compromisso maior que os interesses que o uniu, é quando as direção adotam uma postura de sobrevivência a todo custo, passam a burocratizar suas relações e se enquadrarem no sistema vigente. Adotando esta postura estaria reafirmando que seu amplo diálogo também é com as teorias políticas comportamentais nos Estados Unidos. A escolha racional não foi descartada das teorias de TMT, pelo contrário ela é importante para a compreensão do ativismo. No entanto eles precisam retrabalha-la para mostrar que não apenas os incentivos individualistas contribuem para a motivação dos sujeitos, mas existem um conjunto de aspectos culturais que apontam neste sentido (MCADAM, D, TARROW, S e TILLY, 2009)

Essa teoria procura, então, incluir três dimensões da ação coletiva. A identidade coletiva seria produzida a partir da definição de um “*framework cognitivo*” acerca dos fins, meios e campo da ação; da ativação *prática* de relações entre atores (interação, comunicação, influência, negociação, tomada de decisão); e do investimento *emocional* que os leva a se reconhecerem como membros de um grupo. Com Melucci, as emoções retornam à análise da ação coletiva. Mas com sinal invertido: não para explicar a desmobilização, mas como motivação para o engajamento. Temos aqui uma genuína teoria cultural para a formação dos movimentos sociais, que explica a conversão de cidadãos comuns em ativistas por meio de um processo que envolve simultaneamente racionalidade e emoção. (ALONSO, 2009:66-67)

A amplitude da teoria da mobilização política em seu diálogo com as teorias sobre movimentos sociais anteriores fez com que ela passasse a figurar como a teoria dominante. No entanto ela ainda é muito recente e incompleta, por isso vem sofrendo críticas que não podem ser desconsideradas com o intuito de avançar em seu desenvolvimento. No Livro de Gohn (2000) encontramos as críticas feitas por Goodwin. Ele afirma que o conceito de movimentos sociais não é bem definido nesta teoria, a cultura é tratada de forma instrumental e que são os movimentos sociais escolhidos pelos pesquisadores o que levam a estabelecerem tais premissas. O fato de incluírem os movimentos sociais em uma ótica mais ampla do conflito nem sempre é recebida com bons olhos por pesquisadores acostumados com a especialização dos conflitos. As duas outras críticas nos parecem merecer maior atenção.

O tratamento estendido à cultura a torna uma variável capaz de contribuir à mobilização dos movimentos sociais. Os trabalhos que usavam os conceitos de cultura política e os estudos

sobre a cultura popular não traziam contribuições sobre como se davam as passagens para a mobilização. Por isso pensam a cultura como “uma caixa de ferramentas, composta por símbolos, rituais e visões de mundo, que só adquiririam sentido pelo uso, isto é, quando mobilizados para orientar ações” (ALONSO, 2009). Uma visão menos formal da cultura pode nos ajudar a resolver uma outra questão pendente nas análises da sociologia histórica, que é a ausência do conceito de classes. O trabalho de Pierre Bourdieu ajuda a resolver este problema da classe social. Sua concepção parte inicialmente de desnaturalização da consciência de classe presente na teoria marxista e busca demonstrar que não são apenas as relações econômicas que importam para a estruturação das atividades dos sujeitos sociais. Demonstra que o conflito simbólico também possui importância para as representações do mundo (SALLUM JR, 2005).

A classe neste caso é tratada como a proximidade que os sujeitos possuem com os recursos econômicos e culturais e conseqüentemente a assimilação diferenciada que irão ter deste segundo, constituído o que Bourdieu classificará como *habitus*. O *habitus*, portanto torna a reprodução do sistema econômico pré-reflexivo o que estrutura a ação coletiva. O limite entre as classes não está dado, não se encontra estabelecido senão que é constantemente disputado para que as classes possam se distinguir socialmente das demais. Será nesta disputa por estabelecer e transformar as categorias de percepção de cada classe que encontramos a disputa em que se inserem os movimentos sociais.

“Situando as práticas artísticas nos processos de produção e reprodução social, de legitimação e distinção, deu a Bourdieu a possibilidade de interpretar as diversas práticas como parte da luta simbólica entre as classes e entre diferentes grupos dentro da mesma classe.” (CANCLINI, 1997:42)

A terceira crítica atribuída a Goodwin tem a ver com o fato de os movimentos escolhidos para a pesquisa terem levado os pesquisadores àquelas conclusões. Os três principais teóricos da mobilização política escolhem objetos diferentes dos escolhidos por seus compatriotas norte-americanos. Eles resolveram pesquisar movimentos sociais da Europa. Mas ao que parece a crítica não está dirigida a esta escolha, sendo mais dirigida a metodologia adotada para estas pesquisas: a utilização da pesquisa comparada. No capítulo 3 desenvolvo um pouco melhor as críticas que recebeu a sociologia histórica na adoção da metodologia comparada. A principal delas seria a impossibilidade de universalização dos resultados partindo de um estudo indutivo. O importante aqui parece ser encontrar os pontos a serem pesquisados. Pode-se detectar que questões individuais e culturais exercem influência sobre a disposição dos atores,

ao mesmo tempo em que a dimensão macro-causal é fundamental para o surgimento de um ciclo de conflitos. A partir destes pontos cabe então pesquisar como elas se apresentam em cada período e em cada região. Ainda diante das críticas metodológicas Dick Flacks (2005) apresenta a impossibilidade de a Teoria da Mobilização Política responder a questões futuras para o surgimento de movimentos sociais.

O esquema dominante fornece-nos um meio conceptual de explicar a “emergência” de vários movimentos, de comparar a dinâmica dos movimentos, e de decidir quais os aspectos a ter em atenção quando penetramos no cenário real de um movimento concreto. Uma coisa que parece incapaz de fazer é permitir uma estimativa prévia dessa emergência e posterior desenvolvimento (FLACKS, 2005:53).

A sociologia histórica ligada a Teoria da Mobilização Política sofre de sua própria virtude: o caminho pela não universalização dos resultados. Ainda assim a combinação de uma quantidade de elementos, agregado a validade dos trabalhos comparados faz da sociologia histórica a mais importante teoria sobre movimentos sociais na atualidade.

2.4 Conclusão

A utilização de teorias européias ou norte-americanas parece não ser a mais adequada forma de estudar movimentos sociais na América Latina. As teorias europeias de influência marxista e que acreditam que as modificações restringem-se ao campo cultural não correspondem a realidade destes movimentos analisados, no entanto tem contribuído em diversos aspectos para compreendê-los. Quando se enfatiza a mobilização de recursos nas teorias americanas elas conseguem responder a uma parte da ação coletiva dos latino americanos. Por isso é necessário uma síntese como tem sido feita por Tarrow e os teóricos da mobilização política. Para compreender os movimentos sociais na atualidade é necessário incorporar aspectos culturais, compreender o papel do indivíduo mas acrescentar as contribuições da conjuntura socio-econômica e da histórica.

CAPITULO 2 - OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA DO SUL

Após anos de regimes militares na América Latina deu-se a retomada dos governos civis e entrou em vigor um novo ciclo político. Os movimentos sociais que protestaram pelo final da ditadura passam por reformulações. As liberdades democráticas contribuíam para sua organização, mas ao mesmo tempo os movimentos perderam o argumento de a indignação contra o modelo opressivo que era importante fator para a ação coletiva durante a crise das ditaduras. Este mesmo período é marcado pelas reformas e ajustes estruturais orientadas pelo Consenso de Washington (MARTINS, 2006) que levaram a abertura econômica, as privatização, etc. Os governos deste período receberam um apoio considerável, ao conseguir diminuir a alta inflação e em alguns casos a hiperinflação (Menem na Argentina, Estenssoro na Bolívia e Cardoso no Brasil) e ampliar a oferta de produtos industrializados.

No entanto a política econômica dos governos não conseguiu reverter o desemprego e o aumento da pobreza. A insatisfação popular começou a crescer, e com ela aparecem novos movimentos sociais. O protestos sociais deste período contribuem para a saída de vários presidentes antes do término do mandato são os casos de Mahuad (1999) e Gutiérrez (2005) no Equador; De La Rúa na Argentina (2001) e Sánchez de Lozada (2002) e Meza (2005) na Bolívia. O fortalecimento dos movimentos populares deu origem a grandes movimentos sociais nacionais capazes de uma substancial influência para os desdobramentos políticos da região. A seguir veremos cinco dos mais importantes movimentos sociais desta conjuntura. Os movimentos indígenas de Bolívia e Equador, os desempregados da Argentina, o novo movimento sindical na Venezuela e o Sem-Terra no Brasil.

2.1 O Movimento Cocaleiro da Bolívia

A Bolívia foi durante o período colonial, central para a coroa espanhola no continente americano. As minas de prata Potosí ficaram por cerca de 300 anos sendo exploradas até que começaram a ficar escassas. Os povos indígenas que haviam adentrado às minas sofriram devido a insalubridade do trabalho e o retorno irrisório pelo serviço prestado passaram a viver uma situação ainda pior. Na virada para o século XX outra riqueza importante apareceu no país, foram descobertas as minas de estanho. Anos mais tarde, durante a conturbada chegada ao poder do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) em 1952, o Estado nacionalizou as minas, mas estas já estavam exaustas, no entanto foi paga uma alta indenização.

A crise revolucionária que irrompeu na década de 1950 foi influenciada pelo início da organização nacional⁴ dos trabalhadores do país. Em 1952 o movimento sindical e popular funda a *Central Obrera da Bolívia* (COB). Através de sua organização passaram a se armar e em pouco tempo formaram milícias que enfrentaram e derrotaram o exército regular do país. A partir de então a COB começa a atuar como um segundo poder (BARROS FILHO, 1980, p.31). Para a maior parte dos estudos da época, os operários armados tinham força para empreender um assalto ao poder com o que foi realizado pelos operários russos em 1917. No entanto a concepção intelectual dos partidos operários ligados ao comunismo soviético era de que seriam necessárias reformas que consolidassem o capitalismo no país. Essa ideologia fez com que a COB apoiasse a ascensão de um governo de centro. Coube a Vitor Paz Estenssoro do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) empreender as reformas exigidas pelo movimento social do país.

O governo de Estenssoro empreendeu algumas das principais reformas almeçadas pelos trabalhadores bolivianos como a nacionalização das minas e realização da reforma agrária, e com estas tornou o sistema boliviano um capitalismo de Estado. O controle obtido por Paz Estenssoro sobre o movimento operário foi grande neste período, a ponto de durante 12 anos, até o golpe militar do general Hugo Banzer em 1964, o MNR passar a ser praticamente o único partido da Bolívia, obtendo mais de 90% dos votos nas eleições. No entanto a tutela estatal durante o período Nacional Revolucionário e a posterior repressão do governo militar fragilizou o movimento operário e popular da Bolívia. Foram necessários quase 50 anos para que a sociedade civil pudesse recuperar sua autonomia e sua capacidade de ação frente aos eventos de 1952.

O mesmo Paz Estenssoro voltou ao governo na década de 80, porém desta vez seria capaz de reverter as reformas postas em prática 30 anos antes. Num contexto de crise econômica e hiperinflação aplicou um drástico ajuste econômico com a redução dos gastos do Estado, privatização de empresas públicas e liberalização da economia. Através de um decreto estatal introduziu mudanças econômicas que passariam a constar na orientação dos governos anteriores.

⁴ Os trabalhadores mineiros haviam fundado, em 1944 a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB) e dois anos após sua fundação, o seu congresso aprovou as Teses de Pulacayo, essas com forte influência dos setores trotskistas se baseiam no Programa de Transição, de Leon Trotsky. Nelas se compreendia a escala móvel de salários, a escala móvel de horas de trabalho, a formação de um bloco minério anticapitalista e de uma frente única proletária. Os mineiros e outros setores populares foram atraídos para essa orientação revolucionária do texto. Para uma edição recente das “Teses” ver: Lowy, M. *O Marxismo na América Latina* uma antologia de 1909 aos dias atuais ed. Perseu Abramo, 2006

A Bolívia implementou todas as recomendações de reformas do Estado: liberalização do comércio exterior, descentralização, privatizações na forma de capitalizações, reforma da educação e da saúde, terceirização dos serviços, criação dos sistemas de regulação, reformas tributárias e institucionalização do Estado (alfândega, impostos internos, serviço nacional de estradas), redistribuição do investimento público em favor da área rural. (GUTTIERREZ E LORINI, 2007:62).

A resistência imposta pela COB foi insuficiente para impedir tais mudanças. Houve ainda demissões em massa, cerca de 25 mil trabalhadores mineiros perderam seus empregos. Toda esta reorientação econômica do país debilitou ainda mais a capacidade de mobilização popular. O modelo econômico resultou num grande fracasso. Do ponto de vista econômico conseguiu controlar a hiperinflação, mas não conseguiu reverter o fraco desempenho da economia do país, muito menos foi capaz de criar renda. Do ponto de vista social, ampliou o desemprego e piorou a distribuição de renda, resultando no aumento da pobreza e miséria. A Bolívia segue como o país mais pobre da América do Sul e um dos mais pobres do mundo (GUTTIERREZ E LORINI, 2007).

Somente no ano 2000 com a crise política do governo democrático de Hugo Banzer⁵ e os levantes populares de Cochabamba, que configuraram a abertura de um novo ciclo de protesto, o movimento social estava enfim de volta a cena. Os movimentos sociais da Bolívia têm protagonizado nos últimos anos ações de protesto muito radicalizadas. No ano 2000 os setores indígenas e populares de Cochabamba não aceitavam a privatização do sistema de água da região⁶, nem o aumento da taxas cobradas pelo serviço de saneamento e se manifestaram para reverter a situação. As mudanças estavam privando agricultores e colonos da região em irrigarem suas terras durante o período de seca. Os protestos receberam adesão de várias regiões do país. Os trabalhadores bolivianos estavam solidários às causas dos cochabambinos, além disso, contestavam o projeto econômico que começou a ser implementado na década de 80 que realizou ajustes econômicos rumo ao mercado. Para eles essa reorientação econômica era responsável pelo aumento das condições de pobreza e pelo desemprego. Estes eventos ficaram mundialmente conhecido como a “Guerra da Água” (TAPIA, 2005). A reversão da privatização neste momento foi fundamental para o processo de organização pelo qual passava o movimento social no país.

⁵ Após permanecer 7 anos na presidência do país por meio de uma ditadura o General Hugo Banzer voltará a política e consegue ser eleito por sufrágio universal o presidente constitucional da Bolívia em 1997.

⁶ A cidade de Cochabamba tem uma população de meio milhão de habitantes, mas outras cidades da região do Chapare absorvem a distribuição da água.

2.1.1 O Movimento dos Trabalhadores Cocaleiros

O desemprego urbano levou ao aumento do número de trabalhadores no campo. Muitos desempregados encontram na produção da folha de coca um rendimento para alimentar suas famílias. A folha de coca é culturalmente consumida pelos indígenas andinos do norte da Argentina, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. Além de principal produto da pauta de exportações do país, aparecia como um caminho para muitos trabalhadores precarizados.

Ainda assim, a pobreza aumentou no campo, especialmente no altiplano e nas cidades de mineração, como Oruro e Potosí. Em termos de geração de emprego e renda, a situação em geral se agravou para muitos. A falta de interlocução entre os clamores legítimos da maioria da população em crescente pobreza e pauperização e um programa político-econômico e social capaz de unir a sociedade cimentaram estruturas oligárquicas, prebendais e elitistas (GUTIERREZ e LORINI, 2007:77).

No final da década de 90, por pressão dos Estados Unidos através da *Drug Enforcement Administration*, o governo Banzer começa implementar a campanha da “Coca Zero”, que previa a completa erradicação da produção da folha de coca como forma de eliminar o tráfico de drogas advindas da fabricação da cocaína. O consumo da folha de coca, mascada *in natura* ou através de chá, é mais que um hábito de consumo da população andina, a coca figura em inúmeros rituais indígenas.

As atividades de resistência a proibição da produção da folha de coca na região andina, fez com que vários movimentos camponeses se aproximassem da identidade indígena como forma de se diferenciarem dos narcotraficantes. Havia uma pretensão de separar a atividade, até então legal que se tentava impedir, mas que possuía um apelo simbólico para as comunidades originárias e por outro lado a atividade ilegal, ligada a inúmeras formas de violência, e que era prática no país por não índios. O movimento indígena que tem uma longa história no país, mas que estava ligado principalmente a identidade camponesa passou a crescer com a inclusão dos produtores de coca, chamados de *cocaleros*. Embora existam núcleos *cocalero* em toda a região andina o movimento social dos trabalhadores ligados a esta atividade é mais forte na Bolívia onde a plantação de coca foi limitada ao invés de proibida, como nos demais países.

A organização cocaleira se dará através do sindicalismo camponês já existente. Por outro lado levará ao reconhecimento da etnicidade a outros setores sociais. A investida contra a folha de coca mexeu com importantes valores culturais do povo boliviano, mas também com questões

materiais dos produtores. Pois as alternativas propostas à produção de coca⁷ deixariam os produtores numa situação de pobreza.

Emergió así un movimiento, mezcla de izquierda rural y urbana, sindicalismo y etnia, capaz de articular un discurso anti-neoliberal y antiimperialista, e incorporar una visión étnico-cultural andina que interpela a otros sectores empobrecidos y marginados de la sociedad boliviana (STEFANONI, 2003:59-60)

Se por um lado os cocaleiros adentraram à Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolívia (CSUTCB), por outro, não tardaram a buscar alianças para a formação de um instrumento institucional para a disputa das eleições. A formação deste partido político passou por dentro da organização sindical e diversos grupos⁸ entraram e saíram deste debate até que enfim culminou com o Instrumento Político por La Soberanía de Los Povos (IPSP). O nome Movimento ao Socialismo surge por acaso como uma personalidade eleitoral, visto que o IPSP, bem como outros nomes que se tentou registrar o partido não foram aceitos pelos tribunais eleitorais. Com isso outra identidade acabou se ligando a este movimento insurgente, desta vez de herança europeia, que é o debate sobre o socialismo e a possibilidade de a Bolívia se tornar um país socialista quanto o MAS-IPSP venceu as eleições para presidente.

O resultado desta mescla de propostas indígena/popular/socialista que encontra espaço no MAS-IPSP é próprio da vertente do Katarismo dos qual seus membros fazem parte. O Katarismo surge em oposição ao sindicalismo paraestatal camponês, pós revolução de 52. Formam uma nova identidade perante as tentativas de mestiçagem forçada e de subordinação indígena, por isso reivindicavam a autonomia de classe e intelectual para o movimento indígena (TAPIA, 2005). O movimento Katarista entrou para o combate guerrilheiro na década de 60, e foram se configurando duas vertentes principais. A primeira delas enxerga apenas nos povos originários a solução dos problemas dos povos originários. Esta corrente mais intransigente foi importante na luta indígena atual, pois promoveu a identidade em ascensão além de lhe dar capacidade de transformação. Esta corrente foi até pouco tempo

⁷ Tanto o governo dos Estados Unidos como a União Europeia tentaram propor aos cocaleiros alguns incentivos a produção de outros cultivos, alternativos a folha de coca. Caso o agricultor aceitasse estaria garantida a venda do seu produto à estes países. Porém, a contrapartida internacional seria o uso de produtos agrícolas estabelecidos pelos compradores da produção. Os cocaleiros tendiam a ficar dependentes de sementes, adubos e pesticidas das Corporações Multinacionais e dependentes dos compradores, que impunham desde já um preço muito prejudicial aos produtores.

⁸ Os principais grupos que compuseram o MAS foram os cocaleiros por meio da “Confederação Sindical Única de Trabajadores Camponeses da Bolívia, do Conselho Nacional de *Marcas* e *Ayllus* do Collasuyo, da Federação de Mulheres Bartolina Sisa e da Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia. A partir de 1999, quando conseguiu uma aliança política com pequenos grupos de esquerda, estabeleceu-se como movimento político nacional. O caleidoscópio político da Bolívia começou a ser canalizado pelo MAS” (GUTIERREZ e LORINI, 2007: 61).

hegemônica no sindicalismo camponês evidenciado pelo papel que exercia Felipe Quispe, *Malku*, principal quadro político desta vertente. A outra fração do Katarismo, e que estaria ligada ao MAS, pretende um diálogo entre todos os setores populares, por isso têm um discurso menos radical do ponto de vista étnico e mais agregador.

Ou seja, os Kataristas “questionam o Estado pelo reconhecimento da Bolívia como um país pluricultural [...] com a necessidade de reformar o Estado”, e os “indianistas, reivindicam a autodeterminação das nações originárias como única solução real de convivência da pluri-multiculturalidade” (PACO, 2007: 40).

O posicionamento estreito de *Malku* e a ascensão de outro líder político indígena mais ousado do ponto de vista institucional e agregador de outros setores mostrou que o projeto político do MIP não consegue alcançar espaço eleitoral. Por outro lado a figura de Evo Morales, o principal dirigente cocaleiro e hoje presidente do país, conseguiu transformar o descontentamento generalizado em resposta eleitoral. Foi para Morales que os votos populares dos manifestantes bolivianos foram canalizados.

O perigo desse movimento é o uso do discurso racista, em que se ressalta que a Bolívia é dos índios e os brancos devem ir embora ou ser exterminados, como também seu clamor por violência por meio de insurreições ou luta armada. (GUTIERREZ e LORINI, 2007: 61).

A identificação coletiva com os povos originários se faz importante em um país como a Bolívia onde a elite de descendência européia sempre alimentou o racismo. As tentativas de mestiçagem forçada da década de 60 tinham a ver com um processo de embranquecimento, atrasado com relação a tentativas de seus vizinhos que os fizeram no início do século com o incentivo à imigração européia⁹. No entanto o objetivo era o mesmo, a construção de um país mais moderno. A constituição de uma identidade indígena não é algo natural, pelo contrário, os povos de que se falam hoje nunca existiram enquanto nações. Os aimará, os quíchua, e outros, foram reinos que transmitem alguns aspectos culturais. Porém, pode-se dizer que o boliviano, principalmente os mais jovens, compartilham de um mundo cultural comum.

De todo modo, não se deve deixar de reconhecer que os movimentos “indígenas” nutrem-se de uma herança histórica de desigualdades e injustiças. Esses movimentos desconfiam da idéia da razão individual e se inclinam para um igualitarismo comunitário que os aproximaria de seu passado cultural homogêneo.[...] Os indígenas bolivianos compartilham, com muitas de suas atividades, o mundo da modernidade, praticam a livre troca de seus produtos no mercado utilizando papel-moeda, possuem muitos artefatos modernos como tratores, caminhões, bicicletas, automóveis ou aparelhos eletrônicos e, onde a infraestrutura permite, participam ativamente do mundo da internet. Esse contato se

⁹ Para mais sobre os processos de embranquecimento ver ANDREWS, George Reid. América Afro Latina, 1800-2000 São Carlos; EdUFSCar, 2007.

intensifica com a ida para as cidades e com o fenômeno da globalização cultural. (GUTTIERREZ e LORINI, 2007:56)

Como forma de demarcação do que seriam as antigas nações indígenas, e que hoje servem principalmente à construção identitária é o uso de um vocabulário próprio, que remete a este passado. “O *ayllu* é para o movimento social indígena a base para sua identificação histórica, que vem desde o Tawantisuyu” (GUTTIERREZ e LORINI, 2007:55). Os *ayllus* são as antigas unidades sociais andinas, nos dias atuais eles exercem um papel semelhante ao sindicato.

Apesar de sua identificação como indígenas, esses movimentos sociais não são homogêneos e apresentam uma série de variantes. Diferenciam-se, por exemplo, *por sua procedência* e origem aimará no altiplano ou quíchua em Cochabamba, Sucre, os dois grupos étnicos mais numerosos na Bolívia; *por sua localização regional*, como o movimento dos cocaleiros no Chapare, que lutam para conservar seu espaço no mercado da folha de coca e pelo nível de renda alcançado com a comercialização da coca, ou o movimento das comunidades do altiplano, que lutam pela preservação de suas terras diante da modernização, primeiro da fazenda como produtora mais ágil para o mercado interno, ou anos depois, com a reforma agrária, que acelerou a repartição privada (minifúndios) das terras de comunidade no altiplano; e *pela linguagem*. Apesar do uso de conceitos ancestrais, distintos em cada movimento pelas diversas línguas étnicas, empregam-se também termos e categorias ocidentais, ou seja, tomados das diferentes correntes chegadas da Europa, tais como o socialismo, liberalismo ou nacionalismo conservador. Não é pouco freqüente encontrar uma indígena em El Alto, partidária do Movimento ao Socialismo, dizer: “A pobreza deve acabar. O sistema capitalista deve acabar na América Latina. É hora da justiça social. Morte ao capitalismo”. Ou um discurso claramente antiamericano (vestígio de um antiimperialismo marxista) nas manifestações realizadas em La Paz, onde se repete de forma reiterada: “Morte ao imperialismo ianque” (GUTTIERREZ e LORINI, 2007: 56).

A CSUTCB foi a principal organizadora dos protestos da “Guerra da Água” em 2000 e da “Guerra do Gás” em 2003. Atualmente vem sendo de grande importância para a afirmação do resultado das últimas eleições perante o referendo revogatório de 2008 e as manifestações, inclusive violentas, da oposição de direita ligada ao governo da região chamada de Meia Lua (região oriental) que busca uma maior autonomia dos departamentos em relação ao país. Com a nova constituição a CSUTCB pretende aumentar a autonomia dos povos indígenas com o reconhecimento das diversas nacionalidades.

Na Bolívia, a interseção entre o movimento indígena e as manifestações conhecidas como a “Guerra da Água” depois do governo privatizar o serviço de saneamento básico em Cochabamba, levou os manifestantes conseguiram retomar e hoje administram a distribuição de água na localidade, com o nome de Coordenadoria da Água (TAPIA, 2005). A coordenadoria tem se engajado em diversas formas de assistência as comunidades, constituindo-se em um segundo poder. Não tem o mesmo funcionamento de um sindicato, pois em sua organização não há caráter somente classista, mas organiza estudantes, mulheres,

cocaleiros, entre outros setores. A coordenadoria em El Alto esteve compondo a organização das manifestações que saíram desta cidade contra o governo Carlos Meza.

O gás é a nova riqueza da Bolívia. As empresas multinacionais queriam o produto por setenta centavos de dólar, cinco vezes menor que o valor internacional. As manifestações tomaram as ruas das principais cidades da capital (La Paz e El Alto) e do interior (Cochabamba, Potosí e Oruro). As manifestações mais uma vez geraram vítimas fatais. As mortes provocaram a ira dos trabalhadores que chamam a uma greve geral. As várias frentes de lutas que aconteciam no país seriam centralizadas pela convocatória da greve geral feita pela COB. As manifestações eram cada vez mais brutalmente reprimidas. O governo tentava intimidar os camponeses que, pelo contrário ganhavam a cada dia mais fôlego e radicalizavam ainda mais suas atividades. Foram cerca de cem mortos e 400 feridos nestes confrontos. O presidente Sanchez de Lozada não resistiu, e renunciou em nome de seu vice Carlos Mesa¹⁰.

O governo de Carlos Mesa também não conseguiu finalizar o mandato apesar da trégua acordada com Evo Morales. Mais um presidente fugiu do país com medo das manifestações populares. Todo o congresso também fugiu da capital para a escolha do novo chefe do governo, o presidente da suprema Corte, Eduardo Rodriguez Veltzé que só aceitou assumir após o compromisso da realização de eleições no final de 2005. Não havia entre os dirigentes do país alguém que conseguisse manter a mínima estabilidade. Estava aberta a via para a vitória eleitoral de Evo Morales.

2.1.2 O Governo dos Movimentos Sociais

Com a cerimônia de reverência aos Deuses indígenas tem início na Bolívia o governo de Evo Morales. Os meios de comunicação e a oposição costumam ressaltar o fato de ele ser indígena, de possuir ligações com Hugo Chávez, de ser um cocaleiro e a instabilidade de seu governo para descrever de forma depreciativa sua gestão. Mas a forma como a mídia caracteriza o governo Morales não contribui para compreender as relações que se estabeleceram no país.

O modelo que eles propuseram terminou estrangulado pelas correntes mesmas com que preservava a exclusão. Entre os anos de 2000 e 2005, a situação se tornou dramática, a economia boliviana rapidamente se tornou inviável e o sistema político perdeu sua legitimidade e credibilidade. O

¹⁰ Devemos ressaltar a importância de os dirigentes dos movimentos terem apoiado a saída constitucional para a crise e a subida de Carlos Mesa. Bem como o papel que cumpriram os presidentes de Brasil e Argentina que enviaram delegados a La Paz para aconselhar Evo Morales, o MAS e o MIP para a solução nos marcos da legalidade.

modelo de governo e de desenvolvimento aplicado na Bolívia nas últimas duas décadas não conseguiu digerir as próprias irregularidades e defasagens. Assim, a marca pedagógica, psicológica e moral dos 20 anos é que tornou possível a ascensão do movimento social indígena, e a eleição de Morales à Presidência. (GUTTIERREZ e LORINI, 2007:50)

Sobre a instabilidade que o país atravessa, por exemplo. Os últimos presidentes (não interinos) do país não conseguiram completar seus mandatos. Carlos Meza e antes dele Sanchez de Losada, renunciaram em meio a protestos que exigiam mudanças políticas. A doença de Banzer impediu que fosse o mesmo destino deste, que antes havia negociado várias tréguas com os movimentos. Completar o **mandato**¹¹ é uma conquista importante na Bolívia atual. Por outro lado a ameaça anterior também não parece assustar tanto agora. Se o movimento indígena foi o responsável pelas manifestações que derrubaram os presidentes anteriores, um indígena no poder exige a organização de outros atores para se oporem.

Ressaltar a qualidade étnica do presidente da Bolívia em um país onde os direitos indígenas têm apenas 50 anos e onde esta etnia ocupa a pior posição na escala de trabalho é no mínimo uma novidade para o país. Evo é na América Latina atual a expressão máxima de um componente do setor explorado que conseguiu subir a condição de presidente do país. Porém, esta condição não basta para considerá-lo de esquerda ou atribuímos a seu governo a ligação direta com seus iguais. Pois quando este assume a presidência já não é mais um igual, e isso pode ficar claro na forma como é tratado nas assembleias sindicais que participa. Mas na Bolívia é uma novidade a existência de um índio presidente¹² na Bolívia. Mas há na Bolívia um uso populista para “criar uma coesão entre camponeses e índios e dar apoio às políticas sócio-econômicas que favorecem às multinacionais, aos agroexportadores, aos banqueiros e a elite de negócios” (PETRAS, 2007). O uso da imagem étnica é algo que já foi feito por presidentes de outros presidentes. Eles utilizaram sua condição étnica para esconder o verdadeiro caráter de seus governos

“Na África, Senghor no Senegal e Mobutu no Zaire enfatizaram a negritude como política cultural, uma vez que abriam as portas à pilhagem européia e estadunidense de suas economias. Duvalier no Haiti, Haya de la Torre no Perú, Ferdinand Marcos nas Filipinas combinaram um tradicionalismo étnico e a

¹¹ Em dezembro de 2009 Morales foi reeleito para um mandato de mais cinco anos a frente da presidência da Bolívia.

¹² Os dois últimos presidentes eleitos pelo povo da Bolívia tinham origem estrangeira. O coronel Hugo Banzer, de origem germânica e Gonzalo Sanchez de Lozada, “El Gringo” como fora apelidado devido a sua origem Norte Americana e a sua péssima pronúncia do idioma castelhano. Podemos dizer que a eleição de Evo Morales se assemelha a de Nelson Mandela na África do Sul. Porém a do último foi possível em seguida à conquista dos direitos. Na Bolívia apesar dos direitos políticos os indígenas permaneceram “de fato” fora das institucionalidade por 50 longos anos.

identidade religiosa com políticas reacionárias e pro imperialistas” (PETRAS, 2007, p.3).

Por isso é necessário analisar mais que apenas sua condição popular e indígena. Morales tratou de compor um governo com vários nomes envolvidos nos movimentos sociais. Entretanto mesmos nos meios populares há críticas a algumas nomeações o dirigente da Federação das Juntas Vicinais da cidade de El Alto, Jorge Chura, é um destes críticos. As nomeações não passam pelo interior destes movimentos sociais e foram nomeados líderes de conflitos que podem acirrar as desavenças no país.

A nova carta constitucional aprovada em meio a enormes conflitos internos foi saudada por diversos setores da esquerda latino americana. Mas qualquer mudança legislativa dependerá muito do comportamento dos atores envolvidos, visto que o país tem grande tradição no campo da ilegalidade. Um dos grandes pontos debatidos tem sido com relação a autonomias, através do reconhecimento da plurinacionalidade do país. Este ponto inicialmente foi pensado para os povos indígenas, mas logo virou bandeira para os estados de meia lua ligados a governos opositores.

2.2 O Novo Movimento Sindical Venezuelano: o caso da UNT

2.2.1 Contexto histórico político

A Venezuela foi pioneira na independência dentro da América do Sul, conquistando sua liberdade do jugo colonial em 1811, sob a liderança de Simon Bolívar, o grande líder das lutas anticoloniais na América Latina. Durante o primeiro século como independente o país apresentou muitas dificuldades. As desigualdades eram muito grandes, a base econômica do país era agrária e o poder estatal era disputado por caudilhos regionais, pelos ex-generais da independência e por latifundiários. Somente no século passado é que a situação começou a mudar quando se descobriu na região seus potenciais petrolíferos. A riqueza mudou as paisagens do país, que se tornará muito mais moderno, do ponto de vista arquitetônico, mas também político estabelecendo a base para sua democracia liberal.

No ano de 1959, derrubando a última ditadura do país, teve início uma série de mudanças estruturais que se consolidaram em 1961, com a aprovação da carta da Assembléia Nacional Constituinte e da “nova” constituição. A elite do país estabelece dois importantes acordos para os eventos político seguintes na Venezuela. O Programa mínimo de Governo e o pacto

do “Ponto Fixo”, firmado entre a Ação Democrática, o COPEI¹³ e a URD – União Republicana Democrática – um racha dos comunistas na Venezuela. O pacto excluía o PCV (Partido Comunista da Venezuela) que caía na ilegalidade, na atividade clandestina e na luta armada.

“O *Pacto* estipulava que seus signatários se comprometeriam a respeitar o resultado da eleição fosse qual fosse o vencedor, a estabelecer consultas interpartidárias em questões delicadas e a partilhar cargos e responsabilidade política. O *Programa Mínimo*, por sua vez, lançava as bases de um modelo de desenvolvimento alicerçado no capital estrangeiro e capital privado doméstico, em subsídios para o setor privado e mecanismos de compensação para qualquer reforma agrária. Ou seja, o *Programa* enunciava os princípios de uma abordagem cautelosa para com a reforma econômica e social”. (AMORIM NETO, 2002, 254)

O modelo industrial introduzido pelo presidente Rómulo Betancourt, primeiro presidente da era democrática, precisava de muitos recursos para ser implementado. Os valores necessários superavam os ganhos obtidos pelo país com a exploração do petróleo. A aplicação deste modelo por quase 40 anos provocou o endividamento do país, que combinado com a rede de corrupção, e com o enriquecimento ilícito de funcionários dos governos que se estabeleceram ao longo dos anos de aplicação do ponto fixo, levou o país a uma situação de crise econômica na década de 80. Após 30 anos dos acordos entre os partidos das elites, quando o governo Perez resolve lançar um pacote de ajustes economicos de orientação neoliberal, estouram as manifestações populares conhecidas como *caracazo*¹⁴. Estava anunciado o fim do modelo político dominado pelos tradicionais partidos.

Mas somente nove anos depois, com a eleição de Hugo Chávez, com 56% dos votos válidos em 1998 estaria começando a se abrir um novo ciclo político no país. Chávez entrou para a cena política do país ao comandar uma tentativa de golpe contra o governo de Perez em 1992. Ao perceber o fracasso da intentona negocia um espaço em rede nacional de televisão para apresentar sua rendição. Explica aos demais militares que “por enquanto” teriam que render armas. Esta aparição e o “por enquanto” tornaram Chávez uma das figuras mais populares do país. Quando chega ao governo as aspirações de mudança no país eram maiores do que pensavam as elites tradicionais. Ele não pretendia ser um fenômeno passageiro em meio à crise política, seu projeto incluía mudanças legislativas e a ampliação de seu mandato. Com a

¹³ Comitê de Organização Política Eleitoral Independente trata-se de um partido democrata cristão, composto por grupos conservadores, principalmente a Igreja Católica e o empresariado.

¹⁴ As manifestações levaram milhares às ruas da capital e tiveram mais de 300 mortes nos confrontos com a polícia. Segundo algumas organizações de defesa de direitos humanos o número pode chegar passar de mil mortos. Os hospitais contabilizaram até 1,5 mil mortes (MARINGONI, 2004).

aprovação da nova carta constitucional em 1999 através de referendun nacional os partidos políticos tradicionais vêm reduzido o espaço para eles. A nova carta mudou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela em alusão ao “libertador” Simon Bolívar¹⁵.

A partir de então o governo começou a se enfrentar com a evasão de divisas¹⁶, da oposição internacional dos organismos financeiros, as paralisações patronais e a campanha da mídia oposicionista. Segundo Coggiola (2006) podemos considerar dois ataques como os principais que sofreu o governo Chávez. A tentativa de golpe em 11 de abril de 2002 quando os empresários, grupos midiáticos, políticos e partidos tradicionais, além de parte do exército e da guarda sequestraram o presidente e em seu lugar impuseram o presidente da Fedecamaras Pedro Carmona. Mas num gesto inesperado mesmo aos partidários de Chávez a população tomou as ruas de Caracas exigindo a volta do presidente deposto. Enquanto isso as redes de Televisão transmitiam vídeos de desenhos animados, o que demonstrava a parcialidade com que tratavam as informações.

O segundo ataque acontece quando a oposição organizou o *Paro Petrolero*, uma grande greve geral do setor de dezembro de 2002 até fevereiro do ano seguinte. A greve fez com que o PIB do país diminuísse em 17,8% e chegou a reduzir quase a zero a produção. Embora o movimento fosse enfraquecendo a cada dia, contando com as manifestações de trabalhadores que queriam entrar nas fábricas e trabalhar¹⁷ o Paro só terminou de fato com a negociação dos termos que previa a convocação de um plebiscito sobre a permanência de Chávez. Após a realização do plebiscito e a vitória do governo, um importante grupo empresarial aceitou o governo e os investimentos voltaram para o país. A volta dos investimentos, combinados com a alta do petróleo puderam proporcionar a realização das políticas sociais do governo.

2.2.2 *As mudanças na era Chávez*

Podemos dizer que o fracasso do golpe em 2002 é um divisor de águas no governo de Chávez. Com a consolidação da vitória do chavismo após o paro petrolero em 2003 e o acordo com

¹⁵ Na Venezuela existe um verdadeiro culto nacional a Simon Bolivar, chamado de *El Libertador* pelo papel que cumpriu na independencia do país e de varios outros na America do Sul. Varios governos, mais a esquerda e mais a direita, investiram na associação com a imagem de Bolivar. Exemplo disso são as homenagens a ele, com estatuas em quase todas as cidades do país, varias cidades com o nome de El Libertador, um estado chamado Bolivar, para citar os mais expresivos. Porém Chávez converte o heroi nacional em precursor de suas politicas.

¹⁶ As reservas do país caíram de US\$ 16,1 bilhões para US\$ 12,2 bilhões, no ano de 2001 e na primeira semana de fevereiro US\$ 700 milhões em divisas deixam o país. Para conter a economia o presidente reduziu os gastos do governo pela metade, derrubou o bolívar, mas apenas postergou o pagamento da divida externa.

¹⁷ Durante a paralisação o governo Chávez chegou a cogitar a questão da gestão operaria, problemas técnicos e principalmente a possibilidade de fugir das mão do governo fizeram Chávez abandonar a idéia.

um setor empresarial que se incorporou ao governo¹⁸, inicia-se uma nova fase da estratégia chavista.

Neste período temos a consolidação do que o historiador venezuelano Domingo Alberto Rangel tem chamado de “boliburguesia” (2006). Ele percebeu que nos últimos anos depois da ascensão de Hugo Chávez nasceram setores empresariais importantes na Venezuela, formados a partir da corrupção e rendas petrolíferas do Estado. O mais importante destes empresários é Diosdado Cabello, considerado o número dois do chavismo, companheiro de Chávez na tentativa de golpe de 1992, vice-presidente de 2000 à 2002, e atual governador do estado de Miranda.

O governo Chávez vem tentando uma reversão do processo de “abertura petrolífera” iniciado pelo governo Caldeira, seu antecessor no cargo. Chávez através da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) vem forçando os preços do petróleo para gerar maiores rendas. Reverteu os investimentos que a Petróleos de Venezuela (PDVSA) fazia no exterior (COGGIOLA, 2006, p.123), mudou a legislação que concedia maiores rendas ao petróleo quando explorado por empresas estrangeiras, nacionalizou a plataforma de exploração conhecida como faixa do Orinoco, onde a PDVSA passa a controlar algo em torno de 60% da produção. Ao mesmo tempo o país ratifica o acordo com os Estados Unidos de provisão petrolífera na véspera do ataque ao Iraque, criou novas empresas de capital misto e mantém 40% da produção petrolífera do país feita por exploração multinacional (LAMRANI, 2007).

O governo promoveu a nacionalização de algumas empresas importantes no país, como a *Compañia Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela* (CANTV) do ramo de telecomunicações, a *Electricidad de Caracas* (EDC), a *Siderurgica del Orinoco* (SIDOR), para citar as mais importantes e fora do setor de petróleo.

Um dos setores em que o governo tem uma postura mais insisiva é nos meios de comunicação. Depois da importante participação dos canais de televisão no golpe de 2002 o governo tem falado na construção de uma nova “hegemonia comunicacional”¹⁹. Por isso tem

¹⁸ Após uma reunião em 2004 entre o presidente Hugo Chaves, o ex-presidente estadunidense Jimi Carter e o megaempresário Gustavo Cisneros foi firmado um acordo de cooperação em que esses tiveram assegurados seus investimentos. Carter teve assegurado a manutenção das empresas mistas na área do petróleo e a exploração do gás do país, enquanto ao Sr. Cisneros foi garantida o fim da RCTV, principal concorrente.

¹⁹ O governo da Venezuela utiliza do conceito de Gramsci para justificar a falta de liberdade de expressão no país. Muito diferentes das mediações apresentadas por Martin-Barbero (1987) onde as camadas populares utilizam dos instrumentos de comunicação em favor de sua cultura, o que aparece é um reforço do governo contra todas as posturas que sejam críticas ao seu projeto. O programa Observatório da Imprensa da TV Brasil

investido contra os meios de imprensa independentes. Os três principais canais privados do país foram diferentemente tratados. A RCTV foi fechada com o encerramento de sua concessão, no mesmo dia foi ampliada por mais cinco anos a concessão da Venevision, canal que fez um acordo com o governo e agora figura como imprensa não-oficial, porém ligada ao governo. O único canal livre, a Globovisión tem ainda cinco anos de concessão, como o governo não conseguiu atriá-lo segue uma política de hostilidade generalizada. Seus reporteres são impedidos de participar nas coletivas do presidente, sofrem ataques no exercício de suas atividades, e os outros meios como a mídia impressa são constantemente multados, como é o caso do Jornal *Tal Cual* ligado a Teodoro Petkoff.

No campo político se destaca a tentativa frustrada de aprovação de uma nova constituição e o uso de manobras como o referendo para legitimar sua permanencia no poder por tempo indeterminado. Este período é também de implementação da união de vários partidos do polo patriótico e a formação do Partido Socialista Único da Venezuela (PSUV). A oposição é tratada de forma indiscriminada, quem é contra o governo é considerado golpista. Há um regime de funcionamento legal das instituições do país, o que não quer dizer que há uma democracia liberal funcionando.

2.2.3 *O novo Movimento Sindical Venezuelano*

Na Venezuela a principal central sindical estava ligada ao modelo do ponto fixo. A Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV) foi parte ativa no período do ponto fixo compondo uma elite operária com as rendas do petróleo. No início da década de 90 apoiou os planos de ajuste mesmo quando perdia boa parte de suas bases políticas nestes processos. Em abril de 2002 comandaram as manifestações políticas que tentaram dar um golpe no governo Chávez²⁰.

A tentativa de Chávez em compor certa hegemonia passou inicialmente pela tentativa de cooptação da CTV. Em 1999 contrariando o direito de autonomia de organização obrigou a CTV a um referendo sobre a renovação das direções sindicais (BORGES, 2004). Chávez esperava que a grande votação que obteve para presidente também influísse nos meios operários. Foram vários os protestos internacionais contra esta tentativa de submissão dos

dedicou edição especial (17/11/09 e 24/11/09) ao contexto da imprensa na Venezuela. No quais os diversos entrevistados de ambos os lados (governo e oposição) demonstram a dificuldade de tratar a questão sem que as paixões políticas interfiram.

²⁰ É verdade que a direção da central parecia não conhecer os verdadeiros interesses dos grupos que se apossaram do poder e no momento seguinte terão um papel muito menor no *paro petrolero*.

movimentos sociais. Apesar disso, o resultado foi desfavorável ao governo, uma das poucas derrotas nestes 12 anos. Como não foi possível ao governo dirigir a central naquele momento e a mais a frente diante a tentativa de golpe de 2002 os setores chavistas partem para a construção de uma nova organização.

A construção de uma nova central sindical também chama a atenção de setores da esquerda não chavistas que nunca aceitaram a condução dada pela CTV às lutas sindicais e que também se puseram contrários à tentativa de golpe de Estado. Esta nova organização ganhou o nome de União Nacional de Trabalhadores (UNT) e hoje se converteu na maior central sindical do país. Realizou alguns congressos e parte para o próximo num acirrado clima entre as principais correntes políticas dela constituintes. Os conflitos em seu interior se dão principalmente entre a confiança que cada um dos grupos deposita no governo. (MARINGONI, 2004)

O grupo mais chavista era ligado à corrente Força Socialista Bolivariana dos Trabalhadores (FSTB). Esta corrente rompeu suas ligações com a central pelas dificuldades de constituir-se em maioria. Portanto o setor mais próximo do chavismo deixou a central que agora conta com correntes mais independentes. O grupo Autonomia Sindical é ligado ao Partido Patria para Todos (PPT), o terceiro maior partido da base chavista. Estes se constituem em uma corrente mais moderada. O Coletivo de Trabalhadores em Revolução (CTR) reúne em seu interior desde militantes rompidos com o trotskismo, setores não marxistas e militantes do Partido Comunista. No último congresso estas três correntes abandonaram plenária final como protesto pela forma de condução do evento²¹.

A maior corrente da UNT é a Corrente Classista, Unitária, Revolucionária e Autônoma (C-CURA). Corrente mais independente e ligada a um partido sem registro *Unidad Socialista de Izquierda* (USI) de orientação assumidamente trotskista. Enquanto esta corrente estiver na direção da central pode-se dizer que o chavismo não conseguiu realizar seu objetivo de transformar o sindicalismo em uma força social atrelada ao seu projeto. O governo inclusive tentou por diversas vezes fragilizar este grupo que tem caracterizado Chávez com “ditador” e

²¹ Informações presentes em [laclase.info](http://laclase.info/nacionales/quienes-traicionaron-la-autonomia-sindical-no-tienen-moral-para-convocar-un-congreso-omla) <http://laclase.info/nacionales/quienes-traicionaron-la-autonomia-sindical-no-tienen-moral-para-convocar-un-congreso-omla>

“burguês”. Um destas tentativas foi a demissão do secretario geral da UNT principal liderança desta corrente Orlando Chirinos em 2009²² de seu posto de funcionário da PDVSA.

O movimento sindical venezuelano esteve boa parte do século XX atrelado aos governos. Os dirigentes da CTV se beneficiavam durante o período da democracia do ponto fixo. Ao iniciar um novo movimento sindical ele encontra uma esquina conflituosa, entre a independência política e crítica e a inclusão no projeto do governo. A intenção de governo Chávez é o controle dos meios de comunicação, dos meios de representação (através do PSUV) e da organização sindical, com o controle da UNT.

2.3 O Protesto Indígena no Equador

O Equador esta colocado no grupo dos cinco países mais pobres da região sul-americana. Sua maior riqueza são as rendas provenientes da extração de petróleo. O país apresenta três regiões geográficas que não seriam importantes para este texto se eles não tivessem também consequências sociais, econômicas e políticas. A região amazônica é muito isolada do restante do país, possui uma população bastante diminuta e predominantemente indígena. As tensões centrais do país estão entre a costa onde está o principal polo econômico do país, a cidade de Guayaquil, a maior parte das bases dos partidos conservadores. Do outro lado a serra aparece como centro político, com a capital do país Quito e base dos partidos de esquerda e centro esquerda.

Podemos afirmar que as identidades indígenas no Equador têm relação direta com a divisão destas regiões. Até meados do século XX, antes dos processos de urbanização e da auto-organização enquanto atores sociais, suas identidades baseavam-se apenas no mundo rural. Por isso os processos de modernização, acompanhados pelo êxodo rural e migração para a costa foi também de abandono da identidade étnica. Aos poucos vão sendo perdidos os costumes, a língua deixa de ser a principal e posteriormente deixa de ser falada por novas gerações (hoje menos de 5% da população conhece as línguas dos povos pré-colombianos) e já não conseguem se enxergar como indígenas. Atualmente apenas 7% da população se declara indígena (CAMPELLO, 2008). Alguns levantamentos paralelos feitos por

²² Outro exemplo de seu enfrentamento com o governo foi a greve da empresa de peças de higiene a *Sanitarios Maracay*, no estado de Aragua. Nesta greve o Ministro do Trabalho, um ex-membro da UNT, ligado a FSTB, José Ramón Rivero se posicionou contra a reivindicação dos manifestantes de que a empresa fosse nacionalizada, pois não queria cumprir o contrato coletivo. O polícia reprimiu os grevistas para que a fábrica retomasse suas atividades. Pagou aos trabalhadores a dívida da empresa não sem antes prender mais de 15 grevistas. Ainda assim um grupo de 70 ex-funcionários ainda ocupa uma das instalações da fábrica.

pesquisadores não conseguem chegar a um consenso da fração exata desta etnia. A maioria das divergências se deve a dificuldades encontradas na metodologia mais precisa para a contabilização neste censo (GUERRERO E OSPINA, 2003). Apesar disso podemos dizer que em geral as pesquisas apontam algo na casa dos 20% à 30%.

Segundo Guerrero e Ospina (2003) a modernização do país tem duas fases marcantes. A primeira tem o Estado como seu principal agente, ela dura até poucos anos após o período da ditadura. A segunda fase iniciada no governo de Osvaldo Hurtado (1981-1984) caracteriza-se por uma progressiva diminuição do papel do Estado na economia como motor do processo de modernização. Estudos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) demonstram que este segundo período ganha um novo impulso a partir da década de 1990, principalmente entre 92-93 quando as políticas de liberalização do comércio, abertura financeira, reforma tributária e de privatizações avançam no Equador.

[...] do conservador León Febres Cordero (1984-1988), até Lucio Gutierrez (2003-2005), todos perseguiram, em maior ou menor grau, o aprofundamento do modelo econômico de cunho neoliberal iniciado durante o governo de Hurtado. Entre eles, destacam-se as gestões de Febres Cordero, e Gustavo Noboa que, assim como Osvaldo Hurtado, cumpriram rigorosamente todas as condicionalidades impostas por organismos multilaterais. Duas décadas de estagnação econômica e a persistência de altos níveis de desigualdade de renda, no entanto, angariaram pouco apoio popular ao modelo neoliberal no Equador. Em 1998, a queda dos preços de petróleo, associada ao fenômeno do El Niño, levou a uma ampla crise no setor agrícola do país, e que desembocou em um colapso sem precedentes do sistema bancário. Além de cessar unilateralmente o pagamento de sua dívida externa, o governo de Jamil Mahuad tomou a decisão extrema de dolarizar a economia equatoriana após o colapso de 1999. (CAMPELLO, 2008: 8-9)

O Equador tem ficado conhecido na região pela capacidade de mobilização de seu povo. Concomitante à aplicação dos programas de ajuste de inspiração neoliberal foram organizados movimentos de protesto aos rumos que estava tomando a economia nacional. O momento mais importante deste período foi a formação da Coordenadora de Movimentos Sociais, formada por vários sindicatos e pelos movimentos indígenas em 1995. Desde o levante indígena do começo da década que a CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador) havia adquirido um novo caráter, expandido sua força e capacidade de mobilização. Antes de sua fundação na década de 80 já tinham existido outras organizações dos povos indígenas equatorianos. A FEI (Federação Equatoriana de Índios) foi formada no início do século XX, com o apoio dos partidos comunista e tinha abrangência nacional. Esta foi uma etapa importante da luta indígena, e estava diretamente ligada com a crise do trabalho no campo.

El antecedente inmediato para el surgimiento del movimiento indígena en el Ecuador como sujeto social es la desestructuración del sistema de haciendas. La lucha por la tierra vino acompañada del fortalecimiento de las organizaciones rurales y la revitalización de procesos identitarios con profundos contenidos étnicos. Es importante resaltar el rol jugado por la Iglesia, los partidos políticos de izquierda, el Estado y las organizaciones no gubernamentales de desarrollo en el proceso organizativo indígena, pese a que cada uno de estos agentes externos partía de concepciones, objetivos y lógicas de intervención muy distintas y que probablemente ninguno de ellos podía avizorar la fuerza que tomaría el movimiento en los años siguientes (MALDONADO, 2004:68)

Na década de 60 aparece o movimento indígena a favor de uma reforma agrária. Até que em 1972 surge a ECUARUNARI (*Confederación de Pueblos de la Nacionalidad Kichwa del Ecuador*) a primeira organização para unir os índios da serra, sejam eles camponeses ou cidadãos. Na região amazônica aparece uma outra forma de reivindicação, que esta mais ligada a forma de inclusão na sociedade. Desta forma a CONFENIAE (*Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana*) é a primeira a por em pauta a existência de múltiplas nacionalidades no Equador. Em 1986 surge a CONAIE, ela representava uma síntese das reivindicações das organizações indígenas das duas regiões do país: a serra e a amazônica (MALDONADO, 2004:68). Esta unificação será fundamental para os desdobramentos futuros do movimento social equatoriano. Pois ela possuiu a ser uma referência central às manifestações daí em diante.

Os povos indígenas apresentam modos de vida muitos específicos entre eles, mas têm criado características próprias para a unidade de ação, principalmente no Equador. O que os identifica não é um passado folclórico pré-colombiano e sim questões como autonomia, cultural e inclusive político-administrativa, com questões como a plurinacionalidade, reforma agrária, políticas de sustentação aos pequenos produtores, controle dos recursos naturais.

No entanto na década de 80 a CONAIE era ainda um aglomerado de organizações locais com uma pauta semiestruturada e calendários e maneiras de levar a frente suas reivindicações bastante diferentes. Com a crise associada ao modelo econômico implementado e a situação no campo que levou ao aumento da dependência ao mercado que teve seus custos aumentados, os indígenas percebem a necessidade de maior organização nacional. Aos poucos isso foi acontecendo até que em julho de 1990, o movimento social indígena debutou pelas ruas de Quito apresentando-se como aquele que seria o sujeito social mais importante do país naquela década. Neste período tem incorporado a sua pauta reivindicações de “nada só para indígenas” em que amplia suas demandas para as parcelas pobres, aprendizado de militância e

criação de novos espaços de protesto, além do fortalecimento de sua organização (GUARDERAS, 2000:14).

Desde entonces, la CONAIE apareció como la cabeza visible del proceso, y gran parte de los dirigentes locales, o incluso los propios dirigentes de la Coordinadora de Conflictos Agrarios, confluyeron en ella. Muchas organizaciones dispersas, que mantenían lazos eventuales o no los tenían, empezaron a vincularse de forma permanente a la organización nacional. En cierto modo podríamos decir, aún a riesgo de exagerar, que la actual CONAIE es mucho más el resultado del levantamiento de 1990 que su productora. (GUERRERO e OSPINA)

O levante indígena de 1990 também teve o papel de criar para as outras organizações sociais em referência a CONAIE. Desta forma estabeleceu laços com muitas outros movimentos que estavam dispersos. Não por acaso irá levar adiante a proposta de uma coordenação dos movimentos sociais e terá tamanha adesão que surge um poder paralelo ao Estado conjuntamente com outros movimentos sociais.

A partir del levantamiento de 1990, los pueblos indios, junto a otros movimientos sociales, han resistido parcialmente las políticas de ajuste estructural y las llamadas reformas estructurales, y propiciado la vigencia constitucional de los derechos colectivos de los pueblos y de los nuevos derechos humanos derivados de las demandas de las organizaciones de mujeres, ecologistas y GLTB (Gay-Lesbico-Travesti-Bisexual) conquistados en la Asamblea Constituyente de 1997, que a la par afirmó algunas reformas neoliberales como expresión de la relación de fuerzas. Junto a amplios sectores sociales, la CONAIE fue protagonista central de las movilizaciones que llevaron a la caída sucesiva de los gobiernos de Bucaram, Mahuad y Gutiérrez. (Moreano, 2006:70)

Em 1995 por desdobramento do nascimento da Coordenadoria de Movimentos Sociais (CMS) e da campanha pelo voto contra a privatização do seguro social em plebiscito nacional, surge o Pachakutik, a expressão eleitoral do movimento indígena que passou a ser não apenas um sujeito social com peso relevante mais passou a haver um braço político institucional. O Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik - Novo País é um partido político de tendência indígena e socialista. Da mesma forma que na fundação da CONAIE foi necessário um grande acordo político para poder fundar este partido nacional, devido as diferentes postura do movimento nas regiões do país. Os indígenas da Amazônia tinham uma visão estritamente étnica, e acreditavam que este partido deveria representar apenas os interesses indígenas. Na serra se pensava num partido de arestas mais largas, que pudesse representar a esquerda política numa organização multiétnica. O partido poderia fazer alianças com outras organizações políticas afins embora tenha feito campanha sistemática de provocação e contestação aos partidos tradicionais. Desta forma busca democratizar o espaço público além do reconhecimento do país de sua condição de plurinacionalidade (DÁVALOS, 2005). Os novos partidos políticos com origem num movimento social tem suas principais expressões no

MAS (Bolívia) e no Pachakukit (Equador) e também refletem este mal estar com os partidos tradicionais.²³

Logo na primeira participação eleitoral o Pachakutik conseguirá eleger parlamentares e também elegerá membros do executivo, prefeitos e alcades. No ano seguinte irá se enfrentar com o governo de Abdala Bucaram. O novo governo apresentou não apenas uma postura bastante excêntrica, que não agradava nem mesmo a elite quitenha, mais ainda em poucos meses de governo estava afundado em denúncias de corrupção, que também envolviam membros da família do presidente. Os protestos começaram a crescer e o congresso tomou a decisão de destituir Bucaram alegando insanidade mental.

A saída de Bucaram e a ascensão do presidente da câmara dos deputados²⁴ Fabian Alarcón foi importante para refazer o pacto entre as elites econômicas e políticas. A reorganização dos setores tradicionais tornou possível a eleição em 1998 de Jamil Mahuad, membro do partido Democracia Radical e um dos parlamentares mais críticos ao governo de Bucaram. Ao tomar posse Mahuad encontrou o país mergulhado em uma das piores crises de sua história. Consequência da crise que atingirá a região em 1999. No Equador cerca de 10 instituições financeiras decretam falência. Na tentativa de conter a falência dos bancos foi necessário emitir papel moeda, o que provocou a desvalorização da moeda nacional diante de um surto inflacionário. As iniciativas para tentar resolver a crise criavam problemas ainda maiores. Na desesperada intenção de conter a inflação optou pela dolarização da economia.

As medidas do governo que já vinham sendo contestadas por protestos ganham uma nova direção. Em dezembro de 1999 a CONAIE decide convocar o Parlamento dos Povos. Tal organismo surgiu no Cantão indígena de Guamote e foi incorporado pela CONAIE e CMS para todo o país. Este parlamento consiste no estabelecimento de uma democracia direta, que pretende ampliar a participação democrática a começar por recusar a reconhecer as instituições da democracia liberal.

La conformación de Parlamentos Indígenas y Populares ha sido una constante cuando las coyunturas políticas han llevado a la necesidad de crear un espacio de contrapoder. Durante el proceso de derrocamiento del presidente Jamil Mahuad, el

²³ No Equador em janeiro de 2007 tomou posse Rafael Corrêa, que desde já assinalava o fortalecimento na região de um nacionalismo. O governo de Corrêa tem demonstrado seguidor da linha chavista, empreendendo algumas nacionalizações, buscando renegociar os valores da dívida externa do país e aprovando uma nova constituição federal (DÁVALOS, 2006). Trata-se do segundo presidente consecutivo (o primeiro foi o Gen. Guttiérrez) eleito com apoio dos movimentos sociais indígenas.

²⁴ No Equador não existe senado, visto que o parlamento nacional é unicameral.

movimiento indígena llama a desconocer a los tres poderes del Estado. Se crean una serie de parlamentos indígenas en varias provincias del país. El nombre no es casual: es una instancia de gobierno paralela al Parlamento de la República. (MALDONADO, 2004 : 71)

O Parlamento dos Povos deliberou pela luta até a saída do presidente e convocou as marchas de janeiro de 2000. As tentativas de impor Estados de sítio não surtiam efeito pois as manifestações continuavam a crescer. O presidente Mahuad articulou uma dissolução do parlamento e aglutinou mais forças para que pudesse levar a cabo sua repressão aos movimentos sociais, porém a falta de apoio das exército para esta medida o fez recuar. Nas forças armadas, enquanto o alto comando se declarava a favor da legalidade e pela continuidade de Mahuad, internamente enfrentavam uma divisão, pois médias patentes tentavam contribuir com o movimento.

No dia 21 de Janeiro 2000 os protestos chegaram ao seu auge com a queda de Mahuad e e destituição do Parlamento Nacional. Durante algumas horas assumiu o poder um triunvirato que se denominou Junta de Salvação Nacional, composta pelo presidente da CONAIE Antonio Vargas, por um membro do exército o coronel Lúcio Gutiérrez, e por um membro da corte suprema o ministro Carlos Solorzano. A junta também havia delegado ao parlamento dos povos o papel do poder legislativo. Pela primeira vez na história do país uma wipala²⁵ aparecia no palácio presidencial. Para a fração indígena aquela junta representava o resultado de meses de luta contra um projeto econômico e talvez ainda mais, depois de mais de 500 anos, enfim a volta ao poder. No entanto uma série de negociações políticas com os militares que culminaram com o restabelecimento da ordem legal com a posse do vice de Mahuad, Gustavo Noboa.

Al año siguiente [2001], el movimiento indígena protagoniza un nuevo levantamiento que tiene características particulares. En primer lugar se trata de una movilización eminentemente indígena. Por primera vez en la historia se logra la unidad de las tres organizaciones indígenas nacionales –CONAIE, Federación Nacional de Organizaciones Campesinas e Indígenas y Negras del Ecuador (FENOCIN), Federación Ecuatoriana de Indígenas Evangélicos (FEINE)– que marcan distancias con sus antiguos aliados de los movimientos sociales. En segundo lugar, el levantamiento cuenta con una participación protagónica de las autoridades indígenas electas –Alcaldes y Prefectos– en 2000. Una tercera característica es la fuerte represión gubernamental que el levantamiento tiene que enfrentar, dejando un saldo de siete muertos, algo sin precedentes en movilizaciones anteriores. La última característica y quizá la más importante es el peso de las reivindicaciones nacionales en la protesta, reflejadas en el lema del levantamiento “Nada sólo para los indios” (MALDONADO, 2004: 3)

²⁵ Vestimenta típica dos indígenas andinos

Embora os setores tradicionais da elite política do país tenham conseguido se organizar neste período para dar prosseguimento ao projeto de reformas econômicas e privatizações, as eleições para presidente do ano seguinte dariam a vitória a Lúcio Gutiérrez, com amplo apoio popular e em aliança com o Pachakutik. “O Pachakutik se apresentava como a reserva moral da aliança e, mais ainda, como a força capaz de imprimir coerência programática ao processo de governo”(GALLEGOS, 2003:42)²⁶. O apoio do movimento indígena é considerado fundamental para a vitória Gutierrez.

Mas a chegada ao poder (mais uma vez) com os militares, em particular com o coronel Gutiérrez é bastante prejudicial ao movimento indígena. É verdade que nomeou alguns membros do Pachakutik ao seu ministério mas, em cerca de três meses, os indígenas perceberam que se tratava de um estelionato eleitoral. Aos poucos o governo foi incorporando vários pontos que outrora criticara, quando era oposição, como o estreitamento da relação com os Estados Unidos, e a continuidade dos planos econômicos.

El nuevo régimen con claras características autoritarias se ha convertido en el mejor aliado del gobierno norteamericano, fiel cumplidor de los mandatos del Fondo Monetario Internacional. Pese a la creciente oposición de sectores muy diversos del Ecuador, el gobierno del Coronel ha establecido una estrategia clara de ingreso del país en el Plan Colombia. Ha promovido con mucha fuerza el proceso de negociación para la firma del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas y del Tratado de Libre Comercio. Está empeñado en la privatización de las principales empresas públicas y prácticamente está regalando los recursos energéticos y biológicos del país. (MALDONADO, 2004 : 74)

O movimento indígena que havia saído enfraquecido depois dos eventos de 21 de janeiro, ao se recuperar esbarra num apoio indevido. Mas existem outros movimentos sociais no país que ao organizarem um *escrache* em frente a casa do presidente são chamados de forajidos por ele. Os setores sindicais e populares que antes haviam estado sobre a direção da CONAIE se juntam na Rebelião dos Forajidos, se quem é contrário ao governo é forajido então “somos todos forajidos”(UNDA, 2005:158)

A divisão dos papéis entre as direções de CONAIE e Pachakutik fez com que aos poucos elas fossem se distanciando e sendo criado um espaço formal de diálogo entre elas. Este distanciamento penalizou o movimento indígena que não conseguiu responder às mudanças de rumo do governo Gutiérrez. Apesar da participação de ambas as organizações nos protestos que geraram a queda do presidente que haviam apoiado, o desgaste das ilusões, a

²⁶ Tradução livre.

demora para definir o caminho a tomar e esta falta de unidade na ação fez com que ambas se atrasassem ao processo de mobilização, que ficou a cargo dos partidos tradicionais.

Hemos resaltado estos elementos, que apuntan en un sentido claro de resistencia y de renovación. Pero también hubieron de los otros, los conservadores, incluso reaccionarios: la conciencia media expresó también cierto racismo, hubieron también discursos antipolíticos, se reprodujeron comportamientos jerárquicos, se presentaron sentimientos anti-izquierdistas. Creemos, no obstante, que estos últimos elementos no fueron los que mayoritariamente se expresaron en *el conjunto de la movilización*. Pero muestran con claridad que los forajidos, así, en bloque, son un espejismo creado por la propia movilización. Lo real son los sentidos contrapuestos que ellos expresaron. (UNDA, 2006:37)

Se podemos dizer que o movimento indígena não foi decisivo na queda de Gutiérrez e que outros setores realizaram o papel de protagonista por outro lado o potencial de mobilização que a CONAIE alcançou não se perdeu na desalento com Gutiérrez, ela permaneceu latente para ser capaz de influenciar decisivamente na eleição de mais um presidente crítico ao modelo econômico dominante. Em 2006 é eleito Rafael Corrêa, ex-ministro da economia se destacou ao enfrentar o Banco Mundial, o FMI e rever o pagamento da dívida externa.

O governo de Corrêa vem atendendo a demanda dos movimentos sociais. Conseguiu se manter no governo, algo notável para um país com tanta instabilidade política²⁷; convocou a assembléia constituinte aprovando por plebiscito nacional uma nova constituição; não assinou o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos; criou uma secretaria própria para tratar da relação com as forças sociais²⁸ e vem sabendo dialogar com a oposição. Mas ainda há críticas por sua relação com os movimentos sociais. Diferente de outros presidentes da América do Sul que vieram da militância sindical, como Lula e Morales, Corrêa é um intelectual, formado nos Estados Unidos e com “comportamento governamental [que] desconhece a força social e política de coletivos sociais cujas abordagens históricas abriram as portas para que o país viva o fenômeno Corrêa” (LARREA, 2006:260). O governo vem dando uma atenção especial à produção agrícola, particularmente aos setores voltados para a exportação. Esta opção econômica aponta para a importância que os grandes produtores o parece possui no governo (GALLEGOS e MINTEGUIAGA, 2007:94).

²⁷ Desde 1997 na queda de Bucaram o Equador passou por 5 presidentes, pela ordem: o Interino Alarcón; Mahuad; a Junta de Salvação com três nomes que durou dois dias; Noboa; Gutiérrez; Palácio.

²⁸ “Un tercer hecho, no menos importante, fue la creación por parte del gobierno de la Secretaría de Pueblos, Movimientos Sociales y Participación Ciudadana. ¿Un intento de comandar a las organizaciones desde el gobierno? ¿Una forma de institucionalizarlas? ¿Una secretaria para “construir” la base social del gobierno? ¿O un espacio para establecer canales de diálogo y formación de alianzas desde una óptica de respeto a la diversidad y las diferencias?”(LARREA, 2006:261).

Se observa, en suma, un rol activo del Estado en la economía, con un sello desarrollista al que se le ha agregado tendencias redistributivas “hacia abajo”. Este neodesarrollismo se expresa en el énfasis a la inversión productiva pública; en la idea de que el financiamiento del desarrollo debe efectuarse a partir de capitales nacionales y de ahorro interno; y en la búsqueda de un tipo de interés moderado que procure la reactivación productiva (aspecto crucial en un país que, como el Ecuador, perdió con la dolarización los instrumentos para generar un tipo de cambio competitivo). De cara a la Asamblea Constituyente, el gobierno y otras fuerzas de izquierda plantean la recuperación de la propiedad pública de los recursos naturales estratégicos (agua, biodiversidad y energía) que fueron abiertos a la privatización durante los años noventa. Más allá de las herencias desarrollistas, no obstante, la creación de una Subsecretaría de Economía Social y Solidaria en el Ministerio de Economía evidencia una visión más compleja de los diversos componentes de la economía nacional. El reconocimiento institucional de este sector no tiene precedentes en el país. (GALLEGOS e MINTEGUIAGA, 2007:95)

A relação de estar com o governo mais uma vez tem levado a uma postura ambígua por parte das principais organizações do movimento indígena em particular a CONAIE. Mas diferentes da eleição de Gutierréz, o apoio a Corrêa foi melhor negociado e os protestos e críticas são mais bem demarcados. Hoje sua atuação está ligada ao movimento ambiental, por isso as críticas ao TLC, que causaria impactos ambientais além da perda da soberania, e as questões que envolvem grandes empresas de petróleo e mineração²⁹.

2.4 Movimento *Piquetero* na Argentina

Na Argentina durante a década de 90 surgiu um movimento social que se caracteriza principalmente por seu repertório de protestos. O movimento *piquetero* aparece com o aumento da quantidade de desempregados e estes passam a fechar ruas e estradas com a utilização de piquetes. Os autores que tem se dedicado ao estudo deste movimento têm dividido a sua breve história em três etapas principais. Podemos dizer que a gênese deste movimento acontece durante o Governo Menem quando este tipo de protesto começa a aparecer e aos poucos vão se organizando os grupos políticos. O segundo momento seria já no final da década de 90 quando os diversos grupos empreendem esforços para realizar o primeiro congresso *piquetero*, é a partir dele que podemos falar na existência de um movimento entre eles. Este segundo momento também coincide com o auge do movimento, quando da participação dos grupos nas manifestações que levariam a deposição do presidente Fernando De La Rúa em 2001. Em sua última etapa a partir de 2002 e principalmente com a chegada de Nestor Kischner a presidência podemos dizer que o movimento entra em outro

²⁹ A empresa brasileira Petrobras foi alvo de duras críticas ao tentar explorar a Petróleo no Parque Nacional Yasuni uma das reservas naturais reconhecidas pela ONU (CAMPELO, 2008:5).

período marcado pelo fim das grandes marchas de protesto e bastante dependentes das políticas assistências promovidas pelo governo.

2.4.1 *Governo Menem*

A vitória eleitoral do Peronismo em 1989, após a antecipação das eleições devido ao fracasso na condução econômica pelo governo da União Cívica Radical (UCR) levou ao poder Carlos Menem que não era um nacionalista populista como na tradição do seu partido. O novo presidente apresentava novas propostas, ele estava atento ao seu tempo, aos novos modelos políticos econômicos promovidos pelas as agências e organismos econômicos internacionais. Neste período o governo vai orientar a política econômica em vista da abertura ao mercado e diminuição da intervenção do Estado na economia. Na Argentina desde o final dos anos 70 que já havia uma tendência para este tipo de política.

O que chama verdadeiramente a atenção é que o programa de reformas estruturais só conseguiu ser implementado com relativo sucesso a partir dos anos 90, isto é ao longo da primeira gestão do presidente Menem. Tanto o governo militar que tinha o controle total do aparelho burocrático institucional e os mecanismos autoritários e repressivos a sua disposição, quanto a gestão radical que buscou forjar pactos sociais que respaldassem suas iniciativas econômicas e políticas, fracassaram na sua capacidade de concretizar efetivamente políticas de reforma estrutural (HOPSTEIN, 2007 :63).

Foram três as grandes reformas que aconteceram neste período. A liberalização comercial, para isso era necessário uma moeda forte; a reforma tributária para facilitar as importações e exportações e; a privatização de várias empresas estatais. Com estas medidas o governo consegue frear a hiperinflação deixada pelo governo Alfonsín. O controle da inflação e o crescimento da economia, junto com a reforma constitucional, permitem a Menem uma fácil reeleição em 1995. No entanto o desemprego continuou crescendo durante os dois períodos de governo. O que contribuiu para o nascimento e proliferação de movimentos sociais de trabalhadores desempregados em várias regiões do país.

O governo Menem teve que cooptar vários setores para conseguir implementar seus programas. A começar pelo sindicalismo da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), central sindical historicamente ligada ao peronismo. Seus dirigentes apoiaram as reformas, mesmo quando estas reduziam sua base política, para conseguiram manterem-se no aparato sindical. Esta postura de nenhuma forma pode ser considerada tranqüila, houve pressões por todos os lados e ao menos duas importantes rupturas na central. O sindicato dos transportes formou uma ala dissidente da CGT enquanto outros setores, que se opunham frontalmente as reformas e que estavam ligados aos setores das empresas privatizadas e os profissionais da educação

formaram a Central de Trabajadores Argentinos (CTA) em 1992 (HOPSTEIN, 2007:75). Com a União Cívica Radical foi feito um acordo que permitia a reeleição em todas as instâncias que ficou conhecido como “Pacto de Olivos”. Com este acordo suprapartidário Menem pode reeleger-se, diante de uma oposição enfraquecida.

2.4.2 *Surge o Movimento Piquetero*

O movimento *piquetero* surgiu na segunda metade da década de 90 e está ligado aos protestos de trabalhadores desempregados no país. Estes protestos adquiriram características próprias ao adotar o uso de piquetes e fechamentos de ruas e estradas impedindo a livre circulação no interior do país. Aos poucos, a partir da forma de atuação eles começaram a ser identificados e se identificaram enquanto *piqueteros*. O piquete é uma prática corrente no movimento sindical, principalmente em momentos de greve quando servem para conter o fluxo de pessoas nos prédios em que funcionam os locais de trabalho dos grevistas. A transferência destes das portarias dos prédios para o meio de ruas e estradas resultou num protesto que iria além do aumento salarial, ou benefícios ligados a causas trabalhistas, os *piqueteros* estavam nascendo contestando a ordem social e política estabelecida.

Através dessa estratégia de luta, os *piqueteros* conseguiram estabelecer uma importante linha de resistência e uma capacidade de mobilização massiva da qual poucos movimentos dispõem. Com a ocupação dos espaços públicos – ruas, caminhos, estradas e pontes – o movimento procura afetar diretamente a esfera de circulação do capital que, no contexto do atual regime de acumulação, constitui uma estratégia que atinge diretamente a base da produção de riqueza, centrada no livre fluxo de mercadorias, pessoas, informações e conhecimentos. (HOPSTEIN, 2007:105)

Em 1994 na cidade de Senillosa vários trabalhadores ligados a construção civil que não encontravam empregos realizaram os primeiros fechamentos de estradas característicos desta nova forma de protesto no país. Em 1996 começam a aparecer às primeiras manifestações que encontrarão esta identificação posteriormente. Desde 1991 o governo Menem estava promovendo uma reorientação sobre a concessão da exploração de petróleo na Argentina. A empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) começa a se abrir ao capital misto, o que levou ao desmonte de várias instalações e reestruturações internas que causaram demissões. No início da década 1990 a empresa contava com mais de 50 mil funcionários aos poucos foi perdendo postos de trabalho até chegar a menos de 6 mil no final dos processos de reestruturação (HOPSTEIN, 2007:109). Em algumas cidades o reflexo destas modificações foram maiores chegando a retração econômica de 75% onde a empresa era a principal empregadora. Entre estas cidades aparecem Cutral-Co e Plaza Huincul, na província de

Neuquén, e em General Mosconi e Tartagal, na província de Salta. Nestas cidades os trabalhadores desempregados começam a se organizar em busca de subsídios ou retorno de seus empregos.

Na capital Buenos Aires os movimentos de vizinhos que lutavam por melhores condições de transporte, saneamento básico, educação e atendimento médico, utilizam desta experiência para formarem grupos de desempregados que reivindicavam empregos. Os primeiros protestos de desempregados que se ocuparam de fechamentos de ruas e estradas além da formação de piquetes aconteceram com a solidariedade de vários outros setores dos movimentos sociais, como no caso dos estudantes secundaristas, em outros havia uma união de forças entre trabalhadores, em outra a participação de professores. Outras organizações como a CTA, partidos políticos e o próprio peronismo contribuirão para este primeiro momento da organização piquetera.

Os protestos dos anos 1996 e 1997 ganharam o nome de *pueblada(s)*. Este termo é um neologismo criado no interior do próprio movimento social do país. Como os protestos partiam das cidades e povoados (*pueblos* no espanhol) em que a economia local foi mais afetada na Argentina os protestos estavam gerando, novas formas, novos nomes, novas caras.

Os governos lançaram mão de várias tentativas de restringir o poder de atuação do movimento. O governo da província de Neuquén, por exemplo, começa a ceder subsídios no valor de 200 pesos para famílias onde os homens estivessem desempregados. Na província de Buenos Aires o então governador Eduardo Duhalde já possuía uma política assistencialista ligados ao movimento de mulheres. Os setores desempregados foram incluídos nesta campanha que continha distribuição de alimentos e inscrições para programas sociais de emprego. Mas “para participar, os desempregados eram obrigados a se filiar no Partido Justicialista, o que gerava um descontentamento muito grande. Durante a campanha eleitoral de 1997, a equipe de Duhalde chegou a entregar alguns desses benefícios assistencialistas nos comícios do PJ”(PADUA, 2009:73). Combinaram-se as práticas assistencialistas com uma repressão policial aos protestos de rua que eram organizados pelos desempregados. Porém, enquanto a atitude dos governantes buscava diminuir as manifestações elas contribuíram exatamente para o contrário, uma quantidade ainda maior de pessoas passaram a participar dos protestos. Em algumas cidades não foi possível adquirir bolsas para os desempregados, mas houve jubileu das contas atrasadas de água e luz que haviam sido cortadas, além de obras públicas nas localidades.

Enquanto o governo concedia alguns benefícios com o intuito de diminuir os protestos eles continuavam crescendo, pois os desempregados encaravam a postura dos governantes como uma vitória parcial de seus protestos. Por outro lado os trabalhadores eram solidários a vários de seus companheiros que haviam sido presos durante as manifestações. A consolidação destes movimentos estava levando a formação dos Movimentos de Trabalhadores Desocupados (MTD). Em Buenos Aires um dos mais importantes movimentos de desempregados será o Movimento Independente de Jubilados e Pensionistas (MIJP) que mudará sua composição e nome incluindo o termo desocupados e se chamando pelo sigla de MIJD.

2.4.3 Fim do Governo Menem, eleição de De La Rúa e agravamento da crise.

Durante a década de 1990 enquanto o governo Menem aprofundava suas reformas econômicas, foi surgindo no país um novo setor político de centro-esquerda para ocupar lugar de oposição que estava faltando no país. Este novo partido era a FREPASO (Frente por um País Solidário). No final da década a FREPASO parecia pronta para ocupar o posto de terceira força política do país (PALERMO e NOVARRO, 2000). Nas eleições de 1999, para conseguir vencer as eleições optou por compor um bloco chamado de *Alianza* conjuntamente com a UCR. Nas disputas internas do bloco a candidatura presidencial ficou com Fernando De la Rúa da UCR. Durante as eleições a *Alianza* enfrentou o candidato do PJ, governador de Buenos Aires, Eduardo Duhalde que disputava com Menem a liderança do partido e o candidato do menemismo Domingo Cavallo que havia criado uma legenda própria.

Os sentimentos de mudança no final do governo Menem eram muito grandes. Denúncias de corrupção envolvendo o presidente e a crise financeira que assolava a região fez o presidente perder muito sua popularidade. Ao mesmo tempo ganhou espaço o projeto político da *Alianza*. Enfim De la Rúa venceu as eleições. Mas o novo governo não teve sensibilidade para perceber o próprio contexto que o elegeu. Os trabalhadores verão aos poucos a *Alianza* se romper devido à aproximação cada vez maior entre De la Rúa com as propostas políticas do menemismo. Sem conseguir resolver a crise que se abatia sobre a economia o presidente convida Domingos Cavallo para o ministério da fazenda.

No mesmo período os movimentos de desempregados que percebiam não poder contar com aquele governo intensificavam sua organização. Este período foi marcado pelo aparecimento de diversos congressos dos setores pela região e algumas organizações chegaram a propor a realização do *Congresso Nacional Piquetero*. Enfim na mês de junho de 2001 os vários

movimentos de desempregados realizaram a primeira *Assembléia Nacional Piquetera* com a presença de cerca de duas mil pessoas.

As assembléias foram importantes, pois balizaram uma intervenção minimamente unitária para os *piqueteros* e agendas comuns para todo o país e principalmente, estava constituído um movimento social nacional. Vários outros setores olhavam o movimento como o grande sujeito social daquele momento, outros setores começam a se organizar nos meios piqueteros, que antes se compunham somente de desempregados. O repertório deste movimento começa a ser utilizado por trabalhadores em situação de greve. Eles reforçam as assembléias nos bairros criando um verdadeiro complexo nacional de democracia radical.

No mesmo ano em que os piqueteros se constituíam como um movimento nacional a crise econômica chegava a patamares insustentáveis. Numa tentativa improvisada De La Rúa decreta o confisco da poupança para conter a evasão de divisas. O resultado foi imediato, várias manifestações de descontentamento se espalharam pelo país. Protestos de rua, *escraches*³⁰ e atos na *Plaza de Mayo*. Com a manutenção da política pelos governos os manifestantes passaram a promover saques nos supermercados. No dia 19 de dezembro diante de uma grande atividade de saque pelos manifestantes o governo decretou estado de sítio no país. Diante disso, imediatamente, espontaneamente³¹ milhares de pessoas saíram as ruas para protestar na madrugada do dia 20. A renúncia do presidente era pouco, os manifestantes exigiam: “*que se vayan todos*”.

Os protestos do dezembro argentino, por vezes chamado de *argentinazo* ou *cacerolazo*, não foram protagonizados pelos *piqueteros*. Também não seria certo atribuir a este ou aquele a autoria de um levante com tais proporções de espontaneidade. Por outro lado a oportunidade criada por esta nova forma de protesto que foram surgindo neste período com os *piqueteros* foram fundamentais para que surgissem essas manifestações

2.4.4 *Existem Piqueteros após a crise de 2001?*

A crise política de 2001 foi um grande rechaço a todos os políticos que ocupavam cargos na Argentina. A chegada de Duhalde ao poder e a estabilidade conseguida por ele diante de toda a crise demonstrou que o peronismo ainda conseguiria contornar a situação. Mas o setor do PJ que ascende é o de oposição ao menemismo, um setor mais ligado a reformas sociais e que

³⁰ No próximo capítulo será abordado este tipo de protesto.

³¹ Este cenário fica explícito no documentário de Fernando Solanas “*Memoria del saqueo*”(2004) que consegue captar o exato momento da explosão popular espontânea.

iria tentar resolver o impasse com os *piqueteros* gerando planos assistenciais e mudando a política econômica. A vitória eleitoral de Kirchner em 2003 e a forma como este lidou com o movimento iriam comprovar esta tese.

Las negociaciones y la transferencia discrecional del control de cupos de planes por organización fueron marcando el ritmo de la protesta. La cantidad de acciones de protesta disminuyó sensiblemente, y su localización geográfica se concentró en las grandes áreas urbanas. Algunas organizaciones fueron beneficiadas más que otras, pero en general el impacto fue notorio en términos de la metodología de la protesta: parte del acuerdo tácito fue precisamente concentrar la protesta sobre los organismos gubernamentales. El otro mecanismo de Duhalde fue el de armar un doble táctica de deslegitimación de la protesta. Primero, extremando la falacia de la contraposición de derechos a un extremo delirante (incluso instalando el miedo de que los piqueteros cortaran las rutas a los balnearios tradicionales de Buenos Aires en plena temporada de vacaciones). Segundo, recurriendo a la teoría manzana podrida en su faceta más extrema: la teoría de los dos demonios. El Duhaldismo, secundado por sectores del piqueterismo, avivó el argumento predilecto del pasado gobierno de facto para justificar la amenaza o la acción represiva contra las acciones de protesta. El saldo de esta faceta de la táctica de deslegitimación fueron dos muertos a mediados del 2002 y otros tantos heridos de bala. (MASSETTI, 2006:32)

Se por um lado não é possível afirmar um fim dos movimentos piqueteros podemos por outro lado afirmar que eles sofrem da crise do ciclo de protestos destes últimos anos. Manifestações cada vez mais localizadas e uma estrutura de movimento cada vez mais voltada a administração da distribuição dos subsídios. São estas características que fazem alguns argentinos (favoráveis ou contrários ao movimento) afirmarem que piqueteros “eram os de antes” (MASSETTI, 2006).

Dentre os movimentos sociais deste estudo os *Piqueteros* tem as características de organização mais difusa, visto que é formado por pelo menos três grandes direções políticas. Mas ainda assim o verdadeiro órgão deliberador são as assembleias do movimento que acontecem nos bairros. De fato há mais de uma forma de condução, mais de uma maneira de ocupar suas direções, há várias visões com relação ao governo e suas políticas públicas. Por outro lado as interpretações que tem sido feitas sobre o movimento tem colaborado com a dificuldade de compreendê-lo visto as variedade de posturas existentes.

As divisões presentes nos meios *piqueteros* podem ser interpretadas de diferentes formas. Enquanto alguns autores ressaltam a divisão política do movimento entre as posturas críticas, que ficou a cargo do marxismo clássico e do trotskismo; a postura centrista de críticas com reservas, que ficou a cargo de *hollowaistas*³²; e aqueles que são alinhados, ou seja, o neo

³² As correntes que se aproximam do pensamento político de Holloway. Ele pretende um marxismo pós moderno em que o poder do Estado é despresado e as forças sociais conseguiriam a hegemonia contando com lutas sociais.

peronistas ou chavistas (MASSETTI, 2006:31). Os agrupamentos zonais convergem em três blocos principais: um ligado a CTA, de hegemonia social cristã; outro a CCC (Corrente Classista e Combativa) ligado ao MTD Anibal Verón e um terceiro o Bloco Piquetero, ligado ao partido Obrero. Um ponto de vista perceberá que as pessoas não estão tão conscientes destas divisões e transitam entre um movimento o que demonstra que esta nomenclatura é bastante artificial (QUIROS, 2009:130).

Desde o início dos protestos *piqueteros* os governos vincularam ao movimento a concessão de subsídios. Ao trabalhador caberia a realização de algum trabalho voluntário registrado pelo movimento, então o governo pagava o subsídio. Desde então foi o movimento quem escolheu os trabalhos realizados pelas pessoas o que contribuiu para

“A criação de novas modalidades de organização e de produção de caráter coletivo, autogestivo e cooperativo – em creches, restaurantes, padarias e hortas comunitárias – constitui um elemento inovador por ter conseguido instalar formas de trabalho vivo para além da relação salarial (formal ou informal)”. (HOPSTEIN, 2007 16)

Com a chegada ao governo de Duhalde começam a aparecer os planos não vinculados ao movimento, ou como chamam alguns, “os planos que o governo dá”. Enquanto em alguns planos o militante deve fazer atividades junto à comunidade e ao movimento para receber este subsídio, em outro a inscrição enquanto desempregado o habilita a receber o subsídio. O principal deste subsídios é o *Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados* (Plano Homens e Mulheres Chefes de Família Desempregados) que vem sendo distribuído para cerca de 2 milhões de famílias³³. Alguns debates em torno dos subsídios aferiam que este contribui com o desemprego e seriam a única razão para sustentação de um movimento como os piqueteros, portanto, apenas a razão material moveria o piqueterismo. O debate parece bastante pertinente, para muitos ativistas os incentivos seletivos impostos pelo movimento como a presença aos atos e assembléias eram unicamente para atingir ao benefício do subsídio, numa visão olsoniana. Outros autores tem ressaltado que a participação em manifestações e reuniões são por demais custosos diante dos pequenos valores pagos pelos planos, por isso teria de haver algum incentivo não material, a ideologia por exemplo, contribuindo para atuação individual (QUIROS, 2009 133-134). Outra visão é que destaca que o subsídio contribuiu para por em evidencia os problemas que já vinham sendo enfrentados pelas pessoas, como o desemprego e a ausência de políticas públicas, e que fossem canalizados para este recurso. Os

³³ Um relato extraído de Quiros acerca das UGLs (Unidades de Gestão Local) às apresentam como um modelo de *Gestão Participativa* que promovem a comunicação entre a sociedade civil e o Estado (2009).

governos vêm tentando apresentar os subsídios como uma “dádiva”³⁴ mas Hopstein acredita que eles são uma política pública e que deve ser encarada como direito adquirido (2007:121).

2.5 O Movimento Sem Terra no Brasil

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o movimento social mais estudado da região sul-americana. Nestes estudos têm sido ressaltadas as práticas pedagógicas do movimento (ALVARENGA e TEODORO, 2009; CALDART, 2008), que possui um constante empenho em alfabetizar e formar politicamente seus militantes ao mesmo tempo em que sua organização interna é admirada por contar com pessoas que conhecem seus objetivos, respeitam o modelo interno para as decisões que o movimento vem construindo, e as formas que são organizadas suas marchas, ocupações, congressos, para citar os principais eventos realizados pelo movimento.

O modelo agrário brasileiro permite grandes concentrações de terras e com o crescimento da população e o aumento da mecanização do campo tem gerado o êxodo rural e conseqüente aumento do desemprego nas cidades. Por isso alguns autores têm chamado de Modernização Dolorosa, pois eleva as tecnologias aos padrões dos países desenvolvidos, mas mantendo a concentração fundiária (STEDILE E FERNANDES, 1999:15).

2.5.1 *Das Origens ao Governo Collor*

O ciclo político de ditadura militar que passou pela maioria dos países da América do Sul começa a perder sua força no final da década de 70, período em que estouraram greves de trabalhadores principalmente no ABC paulista. Começa no Brasil um longo processo de redemocratização que vai durar até a posse de Sarney o primeiro presidente civil depois de 20 anos (o restabelecimento da democracia liberal só seria consolidado com o processo eleitoral em 1989). A fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi resultado deste período do novo momento político que vivia o país de retorno as liberdades de organização. Algumas outras importantes organizações nasceram neste período com objetivos semelhantes ao do MST. Entre elas o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). As três organizações foram fundadas em meio à crise do regime militar e o novo ambiente de liberdades no país. Embora possamos alegar distintos epicentros para cada uma destas organizações elas convergem na base formada a partir organizações de esquerda, movimentos sindicais, intelectuais e os religiosos ligados a Teologia da Libertação.

³⁴ Mais sobre a “dádiva” na política ver Oliveira, 1994.

Ao mesmo tempo irão criar estruturas organizativas muito diferentes, mas não deixaram de ser as três principais referências de protestos no Brasil nas décadas seguintes.

O centro irradiador do MST foi a região sul do país. Em 1978 trabalhadores rurais que colonizavam uma reserva florestal em Nonoai desde 1962 foram expulsos, pois aquelas terras também eram reivindicadas como de domínio indígena. Sem terem para onde ir cerca de 1200 famílias resolvem acampar à beira da estrada pois haviam perdido tudo. Eles esperavam por alguma posição do governo. Depois de alguns meses a maior parte das famílias aceitou a primeira solução encontrada pelo governo que consistia na migração para o Mato Grosso. Porém muitos ainda permaneceram no local ou algumas foram acolhidas na casa de parentes (FERNANDES E STEDILE, 1999).

Aqueles que permaneceram a beira da estrada formaram núcleos e começaram organizar a ocupação à alguma terra pública. A tentativa de colonizar outra reserva florestal foi duramente reprimida pela polícia e além de não receberam apoio popular. Com o tempo eles descobrem uma fazenda que havia sido comprada pelo governo na década de 60 com fins de reforma agrária não havia sido completamente entregue aos sem terra. A parte que permaneceu com o governo foi arrendada pelos fazendeiros que se diziam donos. O governo tinha um problema judicial para resolver e os trabalhadores um motivo para reivindicarem àquelas terras. Assim surgiu o marco da luta dos sem terra a ocupação da fazenda Macali (ROSA, 2009 ; FERNANDES E STEDILE, 1999).

O governo quando autorizou a ocupação da Macali abriu um precedente para que alguns trabalhadores que estavam morando na casa de parentes desde a desapropriação da reserva em Nonoai e também outros trabalhadores rurais: meeiros, boias frias, desempregados, passassem a querer um pedaço de terra visto que “o governo tá dando terra” (ROSA, 2009). O desenvolvimento das ocupações fez aparecer outros trabalhadores, que até então não se encheravam como sem terra, mas que de fato possuíam esta condição.

Os precedentes da luta por terra no Brasil são muito anteriores a Macali. Podemos dizer que movimentos como os quilombos, Canudos, Contestado, etc já faziam parte da luta por democratizar o meio rural no Brasil. Na década de 60 surgiu o primeiro movimento que se identificou enquanto sem terra, era o MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra). O MASTER surgiu no Rio Grande do Sul e era ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) durante o governo de Leonel Brizola, apesar de reunir as famílias sem terra do estado ele não

foi um movimento atuante e pesquisadores como Rosa (2009) ressaltam a dificuldade de encontrar vestígios da ligação deste movimento com as principais ocupações de terra do período. No nordeste se organizaram as Ligas Camponesas eles prestavam serviços médicos, jurídicos e assistência na formação de cooperativas. Desempenhavam ainda trabalho de alfabetização e formação política. O MST se identifica como herdeiro destas lutas.

Depois de seu primeiro congresso em 1984 podemos considerar oficialmente fundado este movimento. Mas o período a seguir foi de consolidação e resistência, ao menos por dez anos o movimento passou por turbulências que poderiam ter provocado seu fim. Durante o governo Sarney foi aprovado um plano nacional de reforma agrária, a resposta dos latifundiários foi a formação da UDR (União Democrática Ruralista) para precionar o governo contra a desapropriação de terras. Diante disso o governo recuou e não aplicou o plano. Ao mesmo tempo os ruralistas se sentiram mais fortes para “agir por conta própria”. O peso dos ruralistas foi decisivo para impor ao texto constitucional de 1988 a necessidade de regulamentação complementar para a realização da reforma agrária.

As eleições de 1989 foram um marco no Brasil. Novos partidos apareciam e dominavam o cenário, ao mesmo tempo que Luiz Inácio da Silva um líder operário despontava como um dos principais candidatos. A vitória de Fernando Collor converteu o jovem político nordestino de “caçador de marajás” à caçador dos movimentos sociais. Foram anos duríssimos para o MST que teve suas sedes invadidas pela polícia federal, documentos foram levados e abertos pedidos de prisão de algumas lideranças do movimento (STEDILE E FERNADES, 1999:54). Mas o governo não conseguiu terminar o mandato. Em meio a escandalos de corrupção que envolviam diretamente o presidente e seu tesoureiro de campanha Paulo Cesar Farias, o movimento popular tomou as ruas pela saída do presidente. Foi o período dos caras-pintadas (como ficaram conhecidos os estudantes, principalmente do ensino médio, que pintaram a cara de verde amarelo durante os protestos). Em setembro de 1992 o congresso federal aprovaria o *impeachment* do presidente. Segundo João Pedro Stedile (1999) um dos principais quadros do MST, caso Collor não tivesse deixado o governo naquele momento o MST poderia não existir na atualidade, tamanha era a defensiva em que se encontrava a organização. O novo presidente Itamar Franco tinha que conversar com todos os setores para conseguir governabilidade. Por isso recebeu várias vezes os líderes do MST e a questão agrária voltou para a pauta do governo. Somente depois desta crise política e com a posse de Itamar Franco foi enfim regulamentada a reforma agrária no Brasil.

2.5.2 *O enfrentamento ao Governo Cardoso*

A abertura de canais de negociação com o MST durante o governo de Franco deixaria para os governos posteriores a necessidade de adotar uma linha mais conciliadora. O presidente Fernando Henrique Cardoso se propôs a promover um grande número de assentamentos. Com isso pretendia por fim ao problema agrário (ou reduzir a capacidade do movimento). Este foi o período em que mais famílias foram assentadas, mas também o de maior número de ocupações de terra. Mas não foi o bastante, a política do governo soou ao movimento como vitória e a perspectiva de que se intensificassem as ocupações poderiam garantir mais assentamentos.

Diante do fortalecimento do ativismo social no campo, os ruralistas também voltam a se organizar, pois a UDR ficou entre 1994 e 1996 desativada. Dentro deste processo de reação dos latifundiários veio a ocorrer o conflito de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará. Em Abril de 1996 dezenove membros do movimento foram mortos em confronto com a polícia que tentava desfazer uma ocupação. O “massacre de Carajás” como passou a ser chamado gerou um reconhecimento importante ao movimento que ganhou mais impulso. Em seguida vieram uma série de campanhas que serviriam como propaganda do movimento. O arquiteto Oscar Niemayer desenhou um monumento em homenagem as vítimas do massacre que foi erguido na vizinha cidade de Marabá. O projeto “Terra” lançou um livro e um CD, com músicas de Chico Buarque, texto de José Saramago e Fotografias de Sebastião Salgado. A renda da venda do livro possibilitou a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes. Os sem terra organizaram a Marcha que correu o Brasil rumo a capital federal. O movimento estava consolidado e preparado para ser o grande protagonista das manifestações a partir de então.

Por outro lado, neste mesmo período uma derrota importante para o sindicalismo repercutiu profundamente para os rumos políticos posteriores. O greve dos trabalhadores petroleiros em 1995 durou 32 dias, até que o justiça autorizou o corte do ponto e o pagamento de multa caso a greve continuasse. O comando da greve recuou, não houve qualquer ganho mesmo tendo sido a maior greve de todos os tempos na Petrobrás. Um novo período estava inaugurado para o sindicalismo. Suas lutas já não conseguiriam as vitórias de outros tempos. Em seguida veio o processo de transferência das empresas estatais para o capital privado nacional e internacional através das privatizações. Diante da derrota que provocou ao movimento

sindical e frente a grande oposição que lhe fazia o MST, o governo começa a mudar a sua política frente ao movimento,

Todavia, a questão agrária se manteve, exatamente por causa de seu caráter estrutural, como afirmamos na introdução deste artigo. Fracassada a teoria do governo FHC, ele iniciou uma estratégia completamente oposta. Investiu na criminalização das ocupações de terra, criando medidas provisórias para não assentar famílias ocupantes de terra e não desapropriar terras ocupadas. Estas medidas políticas atingiram parcialmente as ações dos movimentos camponeses, como pode ser observado na diminuição do número de famílias ocupantes na segunda gestão do governo FHC. Como as ocupações determinam a criação de assentamentos, a diminuição do número de famílias ocupantes representou a diminuição do número de famílias assentadas. (FERNANDES, 2008: 78-79)

Neste ponto cabe resaltar que o segundo governo de Cardoso apresenta algumas mudanças importantes com relação ao primeiro. A sua proposta de reforma do Estado concentrou-se basicamente no primeiro mandato. Com a crise de 1999, a desvalorização do real e as acusações de corrupção, o governo passa para uma atitude mais cautelosa, desloca seus laços para os setores ruralistas. Durante o primeiro mandato que pretendia uma reforma de Estado modernizante buscou implementar a distribuição de terra. No segundo momento quando foi necessária uma aliança com os ruralistas, passou a enfrentar o Movimento Sem Terra.

3.5.3 *A Reforma Agrária no Governo Lula*

A eleição de Luíz Inácio da Silva, o Lula, acontece em uma conjuntura de crise e endividamento do governo Cardoso. A crise de 1999 colocou o segundo mandato do presidente a mercê dos empréstimos feitos as instituições financeiras internacionais, e durante as eleições de 2002 o presidente convida os candidatos a assinarem um compromisso de cumprimento do acordo firmado com o FMI. Para alguns intelectuais o governo Lula é continuidade do anterior³⁵.

Desde que assumiu o governo em 2002, o agro-negócio ganhou mais destaque no Brasil. As negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) não avançaram devido ao papel da agricultura para os países envolvidos. Enquanto os EUA implementam subsídios aos seus produtores agrícolas, a América Latina liderada pelo Brasil exigia o fim desta barreira

³⁵ Segundo Boito Jr (2005) o programa econômico implementado por Lula é um plano neoliberal, que consiste em retirar direitos sociais e trabalhistas, manter e aprofundar o plano de privatizações, a abertura comercial e a desregulamentação financeira. A mudança de governo reorientou o papel do capital industrial e agrário nacional, revertendo o processo de déficit da balança comercial através da política de exportação, onde o agro-negócio tem papel fundamental. Mas ao mesmo tempo o setor financeiro segue se beneficiando com lucros exorbitantes. Algumas políticas importantes para o setor usurário como a estabilidade monetária, a manutenção de altas taxas de juros básico, a integração dos mercados financeiros nacional e internacional, liberdade para o capital financeiro cobrar o juros, são as principais políticas que permitem comparações entre o atual governo e o governo Cardoso.

para a competição “justa” com a economia estadunidense. Ao mesmo tempo existe uma relação histórica entre o PT e o MST. O próprio presidente Lula é visto como o representante dos movimentos populares que conseguiu chegar ao poder através deles. A solução encontrada pelo governo tem sido ampliar a fronteira agrícola brasileira. Por isso o governo tem buscado regularizar assentamentos camponeses na Amazônia.

De forma velada, o governo Lula não desapropria terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político do agronegócio. Mesmo em regiões de terras declaradamente griladas, ou seja, terras públicas sob o domínio dos latifundiários e do agronegócio, o governo não tem atuado intensamente no sentido de desapropriar as terras. (FERNANDES, 2008:80)

No Brasil diferente de outros países ainda há como fugir a reforma agrária e aumentar o número de camponeses, investindo sobre a floresta. Através de desmatamento o governo tem evitado um confronto com os latifundiários no momento da promoção de assentamentos. Mais que isso a ampliação da fronteira agrícola também tem beneficiado ao latifúndio. O tempo para se conseguir a regularização fundiária tem aumentado o que tem causado desmobilização.

2.5.4 *Características*

O MST é portanto um movimento social experiente, muito mais testado que os outros. Atua sobre sua coordenação um conjunto importante de quadros intelectuais, mas a direção se dá na eleição direta desde a base. Seus contatos com o mundo acadêmico se dão devido a grande preocupação com a formação de seus militantes. A Escola Nacional Florestan Fernandes faz parte deste projeto educacional. Nela se formam os militantes em vários níveis de ensino que vão até o ensino médio, mas com pretensões de formar uma universidade³⁶. Além disso, promove cursos de formação política, criou uma editora para publicações próprias, e possui outros órgão de comunicação como um jornal e uma revista.

O MST representa cerca de 63% das famílias mobilizadas pela reforma agrária no Brasil (FERNANDES, 2003). Ainda assim o nome “sem terra” foi transformado no imaginário popular em sinonimo de militante do MST. Outros 93 movimentos diferentes habitam a zona rural brasileira. A maior parte deles é composta de militantes que até pouco tempo faziam parte do MST, e que por desentendimentos políticos resolver formar outro agrupamento.

³⁶ O repasse do governo federal na ordem de 7 milhões para as escolas de formação tem sido amplamente debatidos.nota

A força de atração e capacidade de aglutinação do MST também está ligada a sua gênese. O movimento foi criado com a ajuda das pastorais da terra, que embora ecumênicas são formadas na Igreja Católica. O ecumenismo foi importante na formação de um grande movimento nacional, mas ao mesmo tempo a tradição católica legou a identidade ao MST. Nos encontros dos movimentos sempre há o que eles chamam de mística, uma mistura de teatro e religião que busca a memória das lutas camponesas do passado ou dos sem terra no presente para formar uma identidade. Outras marcas do movimento também foram importantes neste processo de pertencimento, o boné vermelho, a bandeira com o mapa do Brasil, a lona preta dos acampamentos, o hino do MST e outras músicas, para citar os mais importantes.

O MST hoje é mais que um movimento social. Através da via campesina passou a reunir ao seu redor os movimentos sociais mais próximos e se constituir numa organização internacional. A forma de organização leva a comparação com um partido (mesmo sem participação eleitoral), de fato a atuação unificada e os debates nas células se assemelha ao centralismo democrático leninista. Mas parece que a proposta que mais se combina com a luta pela reforma agrária no movimento é seu cunho pedagógico. Para alguns autores com a pedagogia o movimento adquire uma organização que vai além do campo, vai à cidade fazer a reforma agrária; vai além da sua base, conquistar a população para suas bandeiras; vai além da reforma agrária, busca construir uma nova cultura.

CAPÍTULO 3 - COMPARAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA DO SUL

3.1 Introdução metodológica: sociologia histórica e análise comparada

A metodologia comparada tem sido aplicada por uma parte considerável das pesquisas em áreas sociais, chegando a ser considerado o principal método utilizado por cientistas políticos. Por outro lado um conjunto importante de estudos utiliza os movimentos sociais como objeto, Touraine chega a considerar estes como o principal objeto de estudo da sociologia. Neste capítulo fez-se um esforço por comparar os movimentos sociais. Outros autores têm feito com habilidade este percurso, principalmente Tilly, Tarrow e McAdam que constituem a teoria dominante na comparação entre movimentos sociais. A sociologia histórica desenvolvida por estes autores tem dispensado uma atenção às condições causais dos movimentos, atribuindo à ótica da oportunidade política certa centralidade.

Os estudos sociológicos históricos nascem das diferenças que os autores nutriam com a teoria estrutural-funcionalista e sua tentativa de explicar o meio social de forma apartada da história. As categorias parsonianas, que se julgavam capazes de se aplicarem a qualquer época e lugar (espaço e tempo) começam a perder espaço ao longo da década de 60. Este novo campo teórico resgata a história e a insere enquanto uma categoria chave para compreender o social. Neste mesmo sentido são contestados os princípios da modernização como a sua preocupação com o equilíbrio social, é neste contexto que foi possível a criação de um trabalho como “*Estados e Revoluções Sociais análise comparativa da França, Rússia e China*” de Theda Skocpol (SKOCPOL e MISCOLCI, 2004). Esse trabalho, consagrado a mudanças sociais será responsável pelo desenvolvimento deste campo de trabalho por vezes também tratado como neo-institucionalismo histórico.

Os estudos sociológicos históricos são responsáveis por levantar questões sobre estrutura social ou processos compreendidos no tempo e espaço. Apoiam-se em hipóteses ligadas a eventos históricos na busca de suas conseqüências. Através do desenvolvimento histórico de um ambiente, ressaltando as variáveis de ação mais relevantes, e utilizando um ou mais casos são capazes de compreender conseqüências inesperadas nas transformações sociais (SKOCPOL e MISCOLCI, 2004).

Os estudos que partem desta vertente enfocam principalmente as disputas conflituosas entre a organização institucional da sociedade e as estruturas econômicas de “tal modo que determinados interesses são privilegiados em detrimento de outros” (HALL e TAYLOR, 1996; 194). Nesta concepção o Estado se apresenta como um autor autônomo e capaz de fazer escolhas e formular metas políticas.

Os teóricos ligados a sociologia histórica desenvolveram em suas pesquisas diversos conceitos. Por exemplo, o de trajetórias dependentes (*Path dependence*) para o estabelecimento de hipóteses sobre o desenvolvimento econômico ou político de uma região. O conceito de *Path Dependence* demonstra por que alguns arranjos que não são eficientes ainda assim perduram no tempo. Pois mesmo que atuem agentes racionais, quando uma escolha tecnológica menos eficaz foi feita no passado, os atores passaram a atuar sobre ela e buscar o melhor resultado possível dentro daquele contexto e a mudança implica readaptação.

Path Dependency significa que um país, ao iniciar uma trilha, tem os custos aumentados para revertê-la. Existirão outros pontos de escolha, mas as barreiras de certos arranjos institucionais obstuirão uma reversão fácil da escolha inicial. (FERNANDES, 79)

Além disso, a mudança institucional somente é possível quando existe um benefício em jogo maior que os custos que ela acarretará, por isso a manutenção do poder de alguns atores prejudica as mudanças que possam vir a ocorrer visto que as regras são feitas por esses próprios atores.

Outro importante conceito que vem sendo trabalhado por estes teóricos tem a ver com os momentos de transição, ou chamados de momentos críticos. Nestes momentos, que podem durar anos ou até décadas, inaugura-se um legado político. Ou seja, o momento crítico é também o momento fundador da *Path dependence*. Estes dois conceitos da sociologia histórica serão recorrentes nos trabalhos políticos comparativistas que escolhem para objeto o desenvolvimento dos países. Os comparativistas que utilizam a sociologia histórica possuem algumas diferenças importantes com relação aqueles ligados a escolha racional.

A divergência entre os institucionalistas históricos e os rational choicers não se dá sobre o conceito de comportamento racional, porém sobre o individualismo metodológico. A escolha racional trabalha com uma lógica dedutiva, ou seja, a partir do comportamento maximizador universal dos indivíduos busca-se explicar as escolhas e decisões institucionais num dado momento. O institucionalismo histórico utiliza estudos de caso, que partem das instituições, para explicar o comportamento estratégico dos indivíduos e grupos sociais numa dada seqüência e momento da história.” (FERNANDES, 2002;82-83)

Os métodos empregados neste tipo de análise comparativista parte dos “Cânones da indução” ligados a teoria política de John Stuart Mill. No Método da concordância, ou método dos casos mais iguais, casos que tem em comum o fenômeno que se pretende explicar e partilham também um conjunto de fatores causais, embora variem de outros modos que possam ter parecido causalmente relevantes. Em sua aplicação são escolhidos casos que coincidem em todas as características (ou variáveis explicativas) menos em uma, presente unicamente num caso, no único no qual se manifesta o objeto de estudo.

O outro método utilizado é o Método da Diferença, ou dos casos mais diferentes, neste se parte do contraste entre os casos nos quais estão fenômenos a serem explicados e as suas causas hipotéticas e outros casos que, tanto os fenômenos como as causas nelas não verifiquem. Neste método são selecionados casos nos quais em todos acontece ou aconteceu o fenômeno a ser explicado, e que diferem em todas as características em análise exceto uma considerada como possível fator explicativo.

Theda Skocpol (1979) analisa as revoluções sociais que aconteceram na França, Rússia e na China em busca a encontra possíveis elementos explicativos em todas elas. A autora utiliza o método da concordância para chegar às hipóteses macro-causais que levaram a eclosão destas revoluções. Ela percebe que nos três casos se sustentavam estruturas Estatais altamente opulentas, com o poder autocraticamente centralizado, e politicamente deverás ambiciosa. Passando por contextos de disputa diversos, mas estes Estados mantiveram sua autonomia frente às outras potências imperialistas. Nos três casos ainda haveria a necessidade de disputa no campo militar com países mais desenvolvidos. Com este trabalho Skocpol pretende realçar os fatores objetivos das revoluções. A teoria marxista de revolução estava dedicando cada vez maior importância aos fatores de ordem subjetiva, são os casos das teorias da vanguarda revolucionária, a importância atribuída à consciência, citados pela autora (SKOCPOL, 1979).

Os trabalhos de Skocpol têm se apresentado com uma análise macrocausal, por isso se especializaram em uma maior descrição e análises históricas em busca de algum grau de generalizações teóricas. Diante disso seus trabalhos tem se válido de critérios mais qualitativos e de um número menor de casos. Uma busca por comunicar com dois eixos de pesquisa, um nomotético utilizando da comparação de casos, tenta confirmar uma teoria através de postulados mais gerais. Para tal usa-se o método da concordância. O outro eixo é o ideográfico, por meio do qual se busca realçar as diferenças, para tal, vem sendo utilizado o método da diferença (MULHALL, 1998)

O uso que Theda Skocpol fez do modelo de Mill vem sendo criticado por importantes trabalhos em sociologia históricos. Em algumas críticas o método aparece como a-histórico e em conformidade com o estrutural funcionalismo (BURAWOY, 1994) que julga criticar. Mas os problemas não dizem respeito ao método em si, visto que o próprio autor discordava de seu uso nos estudos das dinâmicas políticas e sociais. Por isso quando Skocpol resolve utilizar este método estaria incorrendo ao método indutivo e os ônus oriundos de sua aplicação. Segundo Burawoy maior riqueza do trabalho da autora estaria nos momentos em que ela rompe com o método comparativo indutivo e passa a fazer um estudo de caso investigativo (1994).

Ao comparar eventos que julga semelhantes em variação de tempo e espaço Skocpol estaria tratando os fatos históricos apartados da própria história. Ela deixa de considerar os fatores de agregação que os fatos exercem uns nos outros. Ou seja, falta a análise da autora um conceito hoje tão caro à sociologia histórica que é o de *Path Dependence*. O conceito já foi abordado acima em uma das dimensões que esta relacionada, a dificuldade de mudar uma trajetória depois de adota. Mas a *path dependence* deve ser vista ainda em uma dimensão mais ampla que é a capacidade de o passado influenciar nos acontecimentos do presente. Nestes casos os grandes acontecimentos históricos se influenciam mutuamente. Este enunciado já teria aparecido de forma bastante precisa na mais importante obra histórica e política de Marx, o 18 Brumário de Luís Bonaparte quando afirma que:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 329:1978)

Ao mesmo tempo quando se busca comparar os eventos recorre-se a alguns fatores explicativos que julga serem os mais relevantes. No raciocínio indutivo estes fatores, ou as variáveis chaves, acabam por excluir fatores importantes em favor da irredutibilidade do método. Por exemplo, Skocpol deixa de considerar em sua análise da revolução Russa o papel desempenhado pela classe operária (ausente das outras crises revolucionárias que ela estudou) para o desempenho do evento. Por ordem epistemológica sua concepção também exclui a importância dos fatores microcausais, como a liderança de um Lênin e a importância do partido bolchevique. Mas é importante considerar que “as estruturas se efetivam nos atores ou em ações através de elementos ou eventos contingentes” (MENIUCCI, 23:1998).

A origem do presente debate está relacionada com a formulação que os autores possuem sobre verdade. Quando Skocpol trata os fatos históricos como dados empíricos ela parece desconsiderar a construção interpretativa do próprio fato. Em outras palavras, não reconhece que, as análises formuladas sobre o passado estão relacionadas com as teorias que aparecem no presente. Desta forma ao tratar a história como dados ela desconsidera a história da coleta destas informações. Por outro lado a crítica feita à autora incorre ao mesmo erro, o de considerar o método como a busca da verdade. Mas não parece ser este o objetivo da utilização do método comparativo, pelo contrário, a importância desse está em proporcionar uma aproximação do real a partir da utilização de variáveis que se repetem em diversos casos o que permite uma comparação, por isso Lipjart defendeu que “o método comparativo é considerado aqui como um método de descobrir inter-relações entre as variáveis, e não como um método de medição”³⁷ (682:1971) Ao mesmo tempo, o pesquisador deve estar utilizando da descrição e estudo de caso mais completos possíveis para detectar e incorporar os elementos contingentes, presentes apenas em algum dos casos, às suas análises.

A ação coletiva de confronto deve possuir maneiras próprias de se apresentar em cada momento histórico. Os pontos a seguir apresentam o surgimento dos cinco movimentos sociais estudados e o repertório de protestos a eles relacionado. Em seguida usaremos a análise comparada das características a partir do confronto entre semelhanças e diferenças dos movimentos sociais. Finalmente, procurou-se identificar possíveis fatores explicativos do surgimento desses movimentos sociais, a ser testados como tais em futuros trabalhos que apliquem com esse objetivo algum dos métodos comparados acima citados.

3.2 Características que possibilitaram o surgimento dos novos movimentos sociais

No primeiro capítulo foi apresentado o revigoramento dos estudos que buscam tratar da temática dos movimentos sociais. Este novo ânimo está interligado à atual conjuntura e aumento da ação coletiva de conflito na região sul americana. A conclusão exposta por Tarrow (2009) foi que a existência por si só de um problema não garante a existência de ação coletiva, mesmo onde os benefícios pode ser muito grandes. Para que houvesse um novo ciclo de protestos a partir dos anos 2000 foi necessário: um quadro político favorável, em que mundialmente aumentava a organização dos protestos e movimentos sociais; a crise de um

³⁷ Tradução livre de ‘The comparative method is defined here as one of the basic methods-the others being the experimental, statistical, and case study methods-of establishing general empirical propositions’.

modelo de apropriação das riquezas, a verdadeiras crises financeiras que se transformaram em crises políticas; uma base disposta a se mobilizar, um conjunto de desempregados ou subempregados; a necessidade material como combustível dos primeiros protestos; e sujeitos sociais voltados a um novo tipo de organização, ou seja, que as influências do velho não impedissem a ascensão do novo.

Mas além de um problema por si só não garantir a ação coletiva uma série de elementos que se combinam no contexto histórico dos movimentos também não conseguem explicar todos os fatores que atuam sobre a formação dos mesmos. Portanto não há intenção neste ponto de afirmar que estes são os únicos elementos causais importantes à aparição destes movimentos sociais e de um ciclo de protestos. Aqui são apresentados apenas aqueles que contribuíram igualmente para toda a região. Mas como pode ser notado não foram em todos os países que estes movimentos se desenvolveram. Por isso estudos de caso, como os que foram estudados no capítulo anterior, podem ampliar o entendimento sobre as causas particulares da existência destes movimentos sociais. Neste ponto apresentam-se os principais fatores regionais da ascensão de movimentos sociais no atual período.

3.2.1 Ascensão nos anos 90/2000 frente aos programas de ajuste econômicos

Os movimentos sociais estudados surgiram em diferentes momentos, no entanto será durante o final dos anos 90 que eles irão crescer e assumir a condição central que possuem para os protestos em seus países. A CSUTCB (*Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolívia*), por exemplo, surge na década de 60. No entanto se considerarmos somente o movimento cocaleiro esta data passa a ser concomitante a proibição da produção de coca em 1996 e desde ano, até o ciclo de protestos de 2000, não parou de ganhar novos ativistas. O desemprego sempre esteve presente na Argentina, mas o primeiro movimento de desempregados surgiu em 1994. Somente três anos depois começaram a serem chamados de *piqueteros*. Os indígenas no Equador também possuem longa data em termos de organizações. As Organizações que deram origem a CONAIE datam da década de 60. A própria CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador) se constituiu em 1986. No Brasil o MST fez seu primeiro congresso em 1984 embora eles atribuam a sua origem nas ocupações de terra do final da ditadura em 1978. Bem diferente é o caso da UNT, na Venezuela que aparece somente em 2003.

Os movimentos estudados não apresentaram todas as suas características que possuem hoje desde a fundação. A principal delas para este ponto, o fato de se constituírem em movimentos

sociais centrais (mais a frente trataremos deste tema) só pode se fazer presente quando a ação coletiva ganha contornos de protesto público. Mais que isso, quando este movimento passa a ser o grande aglutinador das lutas sociais, praticamente o organizador da pauta nacional de protestos. De diferentes formas isso irá acontecer num mesmo período com os movimentos que buscamos comparar.

A partir de meados da década de 1990 acontece uma gestação das mudanças que viriam acontecer no cenário político e social. Podemos dizer que em cada país há um momento crítico em que os sujeitos sociais analisados passam à condição de protagonistas dos protestos políticos. No Brasil irá acontecer com o MST em 1996. O presidente Cardoso buscava aumentar a quantidade de famílias assentadas para diminuir a base do movimento (FERNANDES, 2008). No Equador após a fundação da CONAIE o ano de 1990 iniciou os grandes protestos indígenas nacionais, mas o momento de ruptura foi em 1999, quando ela convocou o Parlamento dos Povos. Estava clara daí por diante o papel protagonista que o movimento indígena teria para o país nos anos seguintes.

Na Argentina os *piqueteros* apareceram na primeira metade da década de 90. O “*Argentinazo*” de dezembro de 2001 contribuiu para a renúncia de De La Rúa, elevou a posição deste movimento, que não foi o principal convocador dos protestos, não conseguiram se organizar bem diante deles, ainda assim foram considerados por muitos sua principal motivação. Na Bolívia com a proibição da produção de coca na década de 90 surge um grupo político importante que será fundamental para a reorganização da COB e dos protestos no país, mas foi a privatização de uma empresa de água em Cochabamba que deu início a essa onda de protestos que ficaria conhecida como guerra da água.

O caso que parece diferente dos estudados é sem dúvida encontrado na Venezuela. A central sindical UNT foi fundada em 2003, embora seja importante para os protestos no país ela ainda é pouco representativa para ser considerada um movimento social central. Diríamos que a situação de antagonismo que ainda vive a Venezuela, bem como o reconhecido aspecto populista do presidente Chávez tornou o próprio governo o maior aglutinador de protestos do país. Por outro lado a oposição de direita que também não pode ser caracterizada como um movimento social³⁸ consegue levar outro grande número de pessoas para seus protestos. Na

³⁸ Cabe resaltar que boa parte do movimento estudantil tem feito oposição ao governo Chávez. Estes estudantes atuam com as mesmas características do movimento social universitário do restante da América do Sul. Eles

UNT existem setores que possuem ligações com partidos *puntufijistas*, setores declaradamente chavistas e setores críticos ao governo, dentre eles alguns apóiam parcialmente as políticas do governo e outros gostariam de uma política ainda mais radical. Os setores que formam hoje a central foram importantes no período pré-UNT para a manutenção do mandato de Chávez durante o golpe em 2002.

3.2.2 Ampliação da base atribuída ao aumento do desemprego

Na Bolívia a escassez de estanho nas minas diminuiu a demanda por mão de obra no setor. Em meio ao desemprego e sem outras oportunidades muitos ex-mineiros viram na ascensão do comércio da folha de coca o caminho para obter alguma renda para sua família. Com as políticas que pretendiam eliminar o cultivo da coca na região andina estes trabalhadores, partem para os protestos em defesa de sua condição. O desemprego no campo também atingiu os trabalhadores no Brasil e no Equador a mecanização da lavoura e outros avanços técnicos proporcionaram a redução dos postos de trabalho agrícola. Em ambos os casos os novos desempregados resolvem exigir a reforma agrária sendo que no Brasil com uma identidade de trabalhador rural sem terra, e no Equador desenvolvendo a identidade indígena.

Na Argentina a década de 1990 foi de reestruturação econômica. O programa de privatizações e a abertura do comércio levaram muitas cidades a perderem seus principais agentes empregadores. Outros setores dependiam do consumo dos funcionários das ex-estatais. O aumento do desemprego fez com que os trabalhadores passassem a cobrar do Estado algum subsídio para que eles pudessem obter itens essenciais.

A massa de trabalhadores desempregados nas décadas de 80 e 90 formou o que hoje tem sido identificado como a base dos movimentos sociais. O nascimento dos cocaleiros e a conseqüente incorporação a CSUTCB retratam a dupla origem dos ativistas bolivianos. Por um lado os cocaleiros se identificam como trabalhadores camponeses, por outro identificam nos sindicatos e na COB o formato de movimento capaz de levar a frente suas aspirações. No Equador e no Brasil as modificações no campo oriundas da mecanização contribuíram para dois movimentos distintos: o Movimento dos Sem-Terra do Brasil possui grande organização em suas ações, mas a direção está diretamente relacionada ao poder exercido por núcleos de base; a CONAIE do Equador possui uma organização centralizada, com eleição de presidentes e congressos restritos enquanto a atuação é bastante difusa e dependente das

foram fundamentais na derrota do governo no pacote de reforma constitucional em 2007. No entanto a maior parte da oposição Chavista organiza apenas protestos como a “marcha dos celulares” e não movimentos sociais.

nacionalidades em seu interior. Na Argentina o Movimento de Trabalhadores Desocupados reflete o aumento do desemprego urbano.

3.2.3 *Superação dos Atores Tradicionais*

Na América do Sul a ação coletiva de confronto se desenvolveu principalmente em duas frentes de atuação. A primeira delas importada da Europa, constitui o modelo tradicional de movimento operário. Sua atuação estava ligada aos sindicatos e aos partidos políticos de esquerda. Na região os partidos de esquerda (comunista, socialista ou trabalhista) se revezaram como os que mais atraíam os trabalhadores. Na Argentina, por exemplo, a central sindical estava associada ao peronismo. No Venezuela a CTV participou do modelo do ponto fixo. Na Bolívia a COB que nasceu sobre influência do marxismo ortodoxo passou ao controle do populismo do MNR. Mas em outros países o modelo se aproximou da matriz européia com o fim dos regimes militares: no Brasil o PT/CUT, no Uruguai FA/PIT-CNT³⁹ e no Chile PS/CUT⁴⁰.

A outra ação coletiva de confronto que foi marcante na região é a guerrilha. Influenciada pelo guevarismo, mas principalmente pelo ambiente político antidemocrático. Vários partidos que foram postos na ilegalidade durante o regime militar resolveram adotar esta forma de ação⁴¹. Embora a natureza desta tática leve a restrição da base seus líderes usam de uma combinação importante entre questões levantadas pelos movimentos sociais, e da própria indignação provocada pelo regime autoritário.

“A tolerância do Estado em relação ao confronto não violento é uma faca de dois gumes. De um lado, proporciona maneiras relativamente sem risco de reunir um grande número de pessoas e dá-lhes a sensação de estarem agindo significativamente em benefício de suas crenças. Por outro lado, tira dos organizadores uma arma poderosa: a indignação. É mais fácil mobilizar-se contra uma polícia violenta e excêntrica que atira insurgentes jovens e sinceros na cadeia do que contra autoridades públicas que parecem sensatas e que organizam seminários para os participantes de demonstrações e ainda protegem a sua liberdade de expressão contra os opositores” (Tarow, 2009: 115)

Os processos de redemocratização e maior tolerância diante da ação coletiva de protesto, combinados a derrota do exército Sandinista, que ocorreu na Nicarágua e repercutiu por todo o continente, tornaram a guerrilha cada dia menos expressiva. Coincidentemente nos dois países em que ainda se encontram resquícios dos grupos guerrilheiros (Colômbia e Peru) são

³⁹ Frente Ampla e Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores

⁴⁰ Partido Socialista e Central Única de Trabajadores

⁴¹ O uso de um repertório como este não aparece apenas nas ditaduras, ao menos na Venezuela e no Peru, o que se contestou foi a natureza do sistema democrático.

aqueles que encontram maior resistência às organizações de esquerda e centro esquerda e ainda não conseguiram eleger um representante deste novo ciclo político. Nestes países há uma forte identificação entre ser de esquerda e ser guerrilheiro e “embora a violência impressione as pessoas, ela tem uma limitação severa na formação de movimentos, pois restringe e assusta simpatizantes” (Tarrow, 2009:127).

A aparição de novas formas de ação coletiva e de movimentos sociais coincide com a crise dos partidos marxistas. O formato tradicional do partido leninista, com uma organização centralizada através de seu formato de democracia interna tornou-se cada vez mais raro. Ao mesmo tempo os “comunistas” tem feito um deslocamento de seu eixo político para o centro. Os novos partidos que surgem com nomes e discursos que remetem ao socialismo, como o MAS na Bolívia e o PSUV na Venezuela, na verdade utilizam velhos símbolos para atrair a atenção dos militantes populares. Seus líderes sabem que novos sujeitos precisam da identificação com o que já foi consagrado para em seguida criarem sua própria identidade (MELUCCI, 2001). O MAS tem uma ideologia que caminha entre o popular e o indianismo. O PSUV segue a mesma linha dos partidos criados pelos governos nacionalistas da década de 40 e 50 uma organização para ampliar o poder do grande líder diante da massa.

O sindicalismo vem perdendo grande parte da sua base política. A liderança tradicional perde espaço como referência nos protestos. No caso da CTV venezuelana a aliança com setores golpistas fez com que desse lugar a uma nova central. Na Argentina a CGT há muitos anos a direção da central é identificada com as políticas que comprometem a existência de sua base, por isso são rechaçadas pelos grupos *piqueteros*. A COB da Bolívia sempre soube incorporar os setores camponeses, mesmo porque os setores tidos como operários eram na verdade os mineiros do estanho. Por esta sua versatilidade tem tido uma sobrevida com o apoio da CSUTCB um central camponesa a ela incorporada.

Os fatores que levaram ao enfraquecimento dos partidos leninistas e das organizações sindicais podem ser encarados de diversas formas. Existe um novo ânimo na região e ele está relacionado à invenção criativa, fazer algo diferente. Mas sem dúvida que abriram espaço para esta forma de ver o mundo o fato dos movimentos sociais tradicionais não terem conseguido enfrentar os anos de implementação do Consenso de Washington e a flexibilização das relações de trabalho, além do fato de ter desaparecido um marco para os militantes de esquerda que foi a URSS. Foram também despertadas algumas demandas que sempre haviam sido postas atrás da identidade de classe. A partir deste momento ganhou importância outros

tipos de movimentos sociais na América Latina, o feminismo, o indianismo, o movimento negro. A marca da nova onda de movimentos sociais é a heterogeneidade, são muitos formatos, muitas demandas, muitos contatos com o antigo e a constante criação do novo. A experiência que se teve com a ação coletiva nas décadas passadas tem servido para orientar ou movimentos sociais na atualidade. “A verdade é que os países com fortes NMS’s, tendem a ser países onde foram e talvez sejam fortes os velhos movimentos sociais⁴²” (SANTOS, 2001,179) e que sentiram mais os impactos da derrubada do socialismo real.

3.2.4 Relação entre propostas políticas e reivindicações econômicas

O grande debate da atualidade das ciências sociais, entre a determinação do micro e do macro, entre o individualismo metodológico e as disposições macro-causais, está no centro da disputa teórica dos estudos sobre movimentos sociais. Aparece uma dicotomia entre fundamentação objetiva e subjetiva, a busca por bens materiais ou um sentido ideológico dado a sua ação coletiva. A própria construção do conceito de movimentos sociais reflete esta separação entre duas concepções. Quando se propôs a existência de “novos movimentos sociais” pensava-se na superação da questão material, presente nos movimentos sociais tradicionais, mas

“não se pode deduzir orientações e comportamentos de “condições objetivas dadas”. Tais deduções pressupõem uma noção de “necessidade objetivas” que moveriam os atores sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades.”(SADER, 1988:42)

Em todos os casos os movimentos sociais estudados neste trabalho de alguma forma possuem uma relação de diálogo entre reivindicações econômicas ou políticas (bens negociáveis) e propostas culturais transformadoras (bens não negociáveis). O impulso inicial de cada um destes movimentos é uma realidade concreta, está relacionada a ganhos imediatos, ou seja, bens que podem ser transados. A manutenção do cultivo da coca, a reforma agrária, emprego, salário, são estes os motores dos movimentos sociais da América do Sul. A base do que vieram a ser os movimentos perceberam que os protestos poderiam manter uma posição, no caso da perda do emprego, ou a única forma de obter algum ganho no caso da reforma agrária.

No entanto existe uma combinação entre as propostas de racionalidade com a simbologia da memória (este ponto será melhor detalhado à frente) e a ideologia. Se não fosse assim, qual

⁴² “Y la verdad es que los países con fuertes NMSs, tienden a ser países donde fueron, y quizás todavía son fuertes los viejos movimientos sociales.”(SANTOS, 2001:179)

seria a força que contribui para que os ex-militantes do MST continuem colaborando após a sua família transformar-se em assentada? Como a luta por direitos dos indígenas se transforma em proposta de plurinacionalidade? Como explicar a opção pelos *piqueteros* se os ganhos são tão pequenos? Não conseguiremos compreender a complexa atuação dos movimentos sociais se pensarmos apenas nas propostas que podem ser transacionadas. Após constituir-se enquanto grupo de pressão os militantes desenvolvem uma “visão de mundo” diferente da lógica pragmática. Assim constroem novas relações de solidariedade que irão além dos protestos cotidianos. Desta forma partem da possibilidade da reversão da distribuição dos recursos para uma “visão de mundo” que possibilita uma transformação das orientações hegemônicas no campo da cultura, política e economia.

Quando Touraine percebe a institucionalização dos movimentos e declara a derrota do seu projeto político do NMS, parece que há uma derrota das teorias que desconsideravam a dimensão orgânica presente em toda a ação coletiva. Pensava-se os movimentos enquanto não institucionalizados e transformadores apenas de aspectos culturais, tais como a tolerância às diferenças religiosas, a diversidade sexual, a superação dos preconceitos, etc. Mas pode-se perceber que o quadro político latino americano mudou e deve boa parte destas mudanças a capacidade da sociedade civil construir ações coletivas capazes de influenciar no funcionamento do Estado. Desta forma a teoria da Mobilização Política apresenta resultados mais próximos à realidade latina, quando dá importância à reivindicação e a mudança política. Estes resultados já vinham sendo apresentados por teóricos como Sader (1988) que percebem a dificuldade de enquadrar os movimentos populares no marco teórico até então consagrado.

3.2 Novas Formas de Agir

Os trabalhos de Tarrow têm utilizado o conceito de “confronto político” para diferentes formas de ação coletiva. Eles têm colocado em um mesmo quadro os movimentos sociais e outras formas de conflito. “O ato que esta na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções é a ação coletiva de confronto.”(TARROW, 2009:19). Desta forma buscam estabelecer uma relação teórica entre conceitos que vinham sendo trabalhados separadamente pelos pesquisadores sociais, mas que encontram grandes ligações na experiência prática. Ao mesmo tempo, que ampliam a possibilidade de interpretações dos movimentos sociais eles indicam a centralidade dos fatores políticos para suas análises. Adotam uma postura distinta da teoria do “Novos Movimentos Sociais” em que a busca por modificar fatores culturais são mais importantes que as reivindicações no âmbito Estatal. Para os autores da teoria da

mobilização política no confronto político necessariamente deve aparecer a figura do Estado, ou seja, “pelo menos um grupo da interação (incluindo terceiros) é um governo, isto é, uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território definido” (MC ADAM, TARROW e TILLY, 2009:12).

Uma das características do confronto é como os atores “fazem” este confronto. Em geral as sociedades possuem uma quantidade de formas de confronto que aparecem e desaparecem na história. Algumas formas de protestos ficam mais conhecidas entre os ativistas em um determinado período, há uma identificação com certos formatos, eles apresentam algumas vantagens, e constituem o que Tarrow vem chamando de “ação coletiva modular” (2009:49). As modificações sociais trarão mudanças para este repertório de confronto. Porém as mudanças são geralmente muito lentas e dependem de transformações do Estado e/ou do capitalismo. Quando há uma transformação de uma trajetória histórica, ocorre um rearranjo das forças políticas e sociais.

Na América do Sul percebe-se atualmente uma transformação do “repertório do confronto” fruto das transformações originadas nas crises políticas e econômicas dos últimos anos. Isso não quer dizer que desapareceram completamente as antigas formas de protesto. A atuação dos partidos leninistas, por exemplo, tem sido importante para compreender o piqueterismo na Argentina, enquanto na Venezuela várias destas organizações ingressaram no PSUV de Chávez. O centro da questão é que diante deste ciclo de protestos elas não conseguiram e não devem conseguir protagonismo. Os adeptos da teoria da vanguarda poderiam falar de crise de direção.

As formas de protestos que desapareceram ou que tenham perdido espaço não estão sepultadas. Elas possuem condição de se regenerarem e voltarem a ser práticas correntes dos movimentos sociais. Um bom exemplo disso foi a forma com que os desempregados da Argentina utilizaram o piquete. Os ativistas fizeram uma leitura totalmente nova quando levaram esta prática para locais públicos além dos locais de trabalho. Neste ponto pretendemos abordar algumas novidades regionais para o confronto político advindas do ciclo de protestos. Por isso aparecerão as novidades da ação coletiva de confronto no que se refere a utilização de piquetes, ocupações de fábricas desativadas, a um formato de protesto que vem sendo chamado de *escrache* e aparecimento de organizações de “democracia radical”.

3.2.1 *Piquetes*

O movimento operário desde seus tempos iniciais já utiliza a prática de fechar as portas de fábricas com o uso de piquetes. Esta é uma forma de evitar que outros trabalhadores se ocupem da produção enquanto os mesmo protestam com a greve. Na Argentina diante da impossibilidade de recuperar seus postos de trabalho, que muitas vezes haviam sido extintos, os trabalhadores resolvem fazer piquete em outros espaços. Enquanto no momento anterior a prática do piquete suspendia temporariamente a produção dentro de uma fábrica, neste novo momento ele é responsável por parar uma cidade até mesmo um país. Os piquetes são postos em ruas, rodovias, pontes, viadutos, o intuito é desorganizar a rotina estabelecida. Na Argentina este tipo de protesto tem causado grandes efeitos: alimentos que são perdidos nos transportes; ocorrem atrasos na entrega de mercadorias; por vezes os países vizinhos são afetados (HOPSTEIN, 2007). Mas, o maior efeito deste protesto talvez tenha sido sua própria existência enquanto modelo como parte do repertório desta década. Na Argentina os desempregados passaram a se identificar a partir da forma de protestos. Nos países da região a forma foi apropriada e aparece constantemente nas ações coletivas. No Brasil, o MST que antes usava as margens das rodovias para acampar e tinha com a marcha (o movimento) grande identificação passou a fazer protestos paralisando rodovias federais. A Bolívia que é um país com menor estrutura de estradas e transporte, o piquete tem maiores transtornos (TAPIA, 2005).

3.2.2 *As Fábricas Recuperadas*

Durante o período de escravidão nas Américas é possível registrar alguns casos em que os trabalhadores tomaram o controle da produção em uma fazenda. Este cenário pode ocorrer por diversos motivos, desde uma revolução como no Haiti, à razões de abandono por parte dos antigos proprietários. As lutas camponesas do século XX até chegarmos ao MST na atualidade têm haver com a distribuição mais equânime da terra. No campo sempre parece que fez parte da mentalidade camponesa, em se faltando produtividade os trabalhadores podem desenvolver a atividade por eles mesmos.

Embora a ocupação dos meios de produção faça parte da visão de mundo do movimento operário, principalmente quando ligados aos partidos marxistas, este evento sempre foi enxergado como um processo maior, que levaria a “desapropriação” de toda uma classe de produtores. As iniciativas que são tomadas na região, cada vez mais constantemente apresentam ruptura do sistema econômico, mas ao mesmo tempo em que há uma grande

mobilização, os trabalhadores tomam a produção. Este evento vai acontecer por motivos diferentes ao menos em três países. Na Argentina em meio à crise de 2000, sem terem como manter a produção muitas empresas fecham suas portas e declaram falência (HOPSTEIN, 2007). Na Bolívia a privatização da empresa de água do Chapare em 2000 elevaria o valor do consumo para o dobro do preço⁴³. Na Venezuela a empresa de peças higiênicas *Sanitarios Maracay* se recusava em cumprir a convenção coletiva (HISE, 2007). Nos três casos os trabalhadores ocuparam a sede da empresa e retomaram a produção.

3.2.3 *Escrache*

Na Argentina foi cada vez mais comum na última década a utilização de um protesto contra a pessoa ou uma empresa acusados de algum dano à sociedade. Surgido com as atividades do movimento de H.I.J.O.S. (*Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*) passa a fazer parte do repertório de protestos da década quando é incorporado pelos desempregados e piqueteros. Para o *escrache* não é necessário um número grande de pessoas, pois o mesmo consiste em ir até a casa ou local de trabalho de alguém envolvido em denúncias de crimes e realizar uma campanha de desmoralização pública. Inicialmente usados para denunciar abusos contra os direitos humanos, logo passaria a ser usado na defesa do meio ambiente, contra a corrupção e em outros eventos onde houvesse insatisfação popular.

Os *escraches* podem funcionar de diversas maneiras: em programas de rádio, televisão, manifestações de rua durante as quais escrevem nos muros, colam cartazes, divulgam por megafone através de telefonemas ou cartas enfim fazem com que os outros: vizinhos, colegas de trabalho, amigos, saibam que aquela pessoa atentou contra os direitos humanos ou cometeu algum outro ato condenável. Esta é uma forma de protesto que consegue muito bem se adaptar a internet, por isso a rede mundial tem sido uma importante arma destes manifestantes.

O *escrache* tem recebido críticas por ser uma forma de marcar os adversários próprios de modelos autocráticos. O fascismo utilizou deste tipo de ação para marcar as casas dos republicanos durante a guerra civil espanhola. Para combater a impunidade dos ataques

⁴³ O evento que ficou conhecido como “guerra da água” consta em vários trabalhos sobre a atualidade política na Bolívia (TAPIA, 2005 ; GUTIERREZ e LORINI, 2007). Para visualizar imagens do que foi o este protesto ver o documentário “The Corporation” de Mark Achbar e Jennifer Abbott.

produzidos contra os direitos humanos faz-se o uso de uma arbitrariedade contra estes próprios direitos, com a liberdade de opinião política e de expressão⁴⁴.

Os *escraches* tomaram novas dimensões ao serem identificados como parte deste novo repertório de protestos. Na Argentina mesmo, muitos políticos corruptos foram alvos deste tipo de protesto. Algumas empresas também passaram para o alvo de *escraches*, seja porque utilizam trabalho ilegal, desmatam, põem sob risco a vida da comunidade, para citar algumas razões. Como não poderia deixar de ser passou a existir em vários países da região, seja com este nome, como no caso do Equador, ou com outro nome com o de *funa* no Chile. No Equador o então presidente Lucio Gutiérrez respondendo a um *eschache* na frente de sua casa falou que aqueles eram foragidos e desde então os manifestações contra o presidente passaram a ser chamadas de “marchas dos foragidos” (UNDA, 2005).

3.2.4 *Aparecimento de Organizações de Democracia Radical*

Durante os períodos mais intensos dos protestos recentes na região tem aparecido algum tipo de organização que pretendem uma democracia diferente do modelo liberal e representativo. Os participantes querem mais que o direito (em alguns casos o dever) ao voto de tempos em tempos. Não confiam que representantes eleitos possam construir as mudanças que almejam. Ao mesmo tempo vão além da proposta de “democratizar a democracia” (SANTOS, 2003) que utilizam os conselhos setoriais, a discussão do orçamento ou outros órgão para incluir a participação direta na democracia liberal. A proposta de uma “democracia radical” transforma os próprios sujeitos reunidos em atores do poder político.

O Parlamento dos Povos do Equador talvez seja a mais elaborada destas experiências na atualidade. Surgido localmente, quando estendido ao nível nacional tinha o objetivo expresso desconsiderar o *establish* e construir algo novo a partir da experiência dos movimentos sociais, dos trabalhadores e indígenas (MALDONADO, 2004). Na Venezuela os círculos bolivarianos surgiram autônomos nos *cerros* no início do governo de Chávez e desempenham um papel fundamental na organização popular que impediu o golpe de 2002⁴⁵. As assembleias populares dos bairros na Argentina tornaram-se comuns em 2002. Boa parte da base do

44 Para uma análise crítica destes protestos ver “*El escrache*” Por Mariano Grondona publicado em [lanacion.com](http://www.lanacion.com) 4 de febrero de 2009

http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1096356&pid=5786191&toi=6261

45 Aos poucos os Círculos passam a desempenhar um papel semelhante ao desempenhados pelos conselhos e assembleias do orçamento participativo para a democracia participativa no Brasil (BURKE, 2003). No entanto se expande suas relações com o governo o que priva sua autonomia. Os setores de oposição ao governo têm acusado os Círculos Bolivarianos de atuarem na formação de grupos paramilitares usados para reprimir setores não chavistas.

movimento *piquetero* fazia parte destas assembléias. Uma pesquisa do diário *Clarín* apurou que 50% dos moradores da capital consideravam as assembléias “um passo a frente e uma nova forma de governar” (apud HOPSTEIN, 2007:99). Estimasse que em 2002 cerca de 300 assembléias se reuniam com cerca de 200 participantes em cada uma delas. Em vários casos elas levaram as recuperações de fábricas fechadas no período da crise. Na Bolívia a experiência de democracia radical leva o nome de “coordenadoras”. Com um funcionamento complexo cada cidade possui uma para cada setor, água, terras, gás, etc. As mais importantes são as de Cochabamba e Potosí, onde foram responsáveis pelos maiores levantes deste período (GUTIERREZ e LORINI, 2007).

Dentre os países que estão sendo estudados apenas o Brasil não transformou o confronto por terras levado pelo MST a uma verdadeira forma de democracia paralela. Muitas particularidades deste país podem ter contribuído. A principal delas foi que a onda de protesto no Brasil não adquiriu a proporção dos outros países. Combinado com isso o PT, que possui uma aliança histórica com o MST, conseguiu canalizar grande parte da insatisfação popular para a via institucional.

Nos momentos em que houve oportunidade, nos quais os movimentos sociais conseguiram construir maiores protestos e conseqüências mais significativas, também apareceram organismos de democracia radical.

3.3 Características semelhantes dos Movimentos Sociais

Os movimentos sociais no novo século tem se destacado pela sua heterogeneidade. Enquanto, no período anterior, um formato mais constante com características mais formatadas dominou as escolhas dos ativistas, atualmente a diferença é umas das características mais relevantes. Por esta razão nem sempre as características comuns são necessariamente as mais importantes ao movimento individualmente. Neste ponto foram destacados alguns traços considerados comuns aos cinco movimentos sociais estudados. Em primeiro lugar além de levantarem questões que envolvem interesses nacionais eles podem ser considerados movimentos sociais centrais, pois são capazes de guiar a agenda nacional dos protestos. Para que adquiram esta posição é necessário um investimento em comunicação. A mídia tradicional não consegue absorver esta demanda, já que por suas características de mercado tende a adotar uma postura que atenda ao modelo estabelecido. Por isso as redes de movimentos vêm sendo desenvolvidas e com elas se contribui em outro ponto que é a afirmação de uma identidade.

Por fim, a capacidade dos sujeitos tornarem-se atores capazes de transformar não apenas o campo cultural, mas principalmente o cenário político. Em seguida destacamos estas quatro características que são diferentemente traduzidas por cada um dos movimentos.

3.3.1 *Movimentos Sociais Centrais*

A opção destes cinco movimentos sociais que estão sendo analisados parte de uma característica fundamental que é de serem considerados centrais. Isso quer dizer que são considerados a principal referência nacional quando se fala em movimentos sociais que sejam populares. Na maior parte dos casos construiu uma grande estrutura de movimentos, com uma organização que tende a ser copiada por outros setores sociais. São aqueles mais estudados e ao mesmo tempo os que mais aparecem nos jornais de grande circulação (como veremos não necessariamente da forma que gostariam de aparecer). São promotores de redes de movimentos e de redes de redes de movimentos. Hoje se fala em criar redes de movimentos sociais que possam praticar ações coletivas coordenadas, agregarem uma quantidade maior de pessoas e trocar suas experiências entre os ativistas. Por serem considerados centrais os movimentos que escolhemos têm a característica de fomentarem as redes, divulgarem suas experiências, fazer com que os outros sigam seu calendário.

Os movimentos sociais centrais adquirem um poder de agenda em sua atuação. Primeiramente conseguem tornar os seus protestos parte da agenda de outros movimentos que estão na sua periferia. Em seguida sua centralidade ativista faz com que tenham a prioridade na pauta das questões sociais a serem tratadas pelos governos. Pode parecer comum que as questões sociais mais importantes dêem origem a grandes movimentos sociais, por vezes centrais. Mas como estamos desenvolvendo ao longo deste trabalho não é somente a existência de uma carência o que leva os atores a adotarem a ação coletiva, esta possibilidade havia sido descartada deste o século XIX.

Marx compreendeu que a privação e a opressão, só por si, não constituíam alicerce para um movimento. A própria noção de classe como moldura do esforço de mobilização implica que *um grupo tem que partilhar recursos e também interesses* para se poder tornar uma força social. O estilo “dialético” de Marx levou-o a procurar não só os aspectos da opressão mas também as oportunidades inerentes à estrutura social. O capitalismo explora os trabalhadores, mas ao gerá-los gera também os seus próprios coveiros – *porque o sistema capitalista, por sua própria natureza, gerou as oportunidades que levarão ao seu próprio derrube* (como é, por exemplo, o espaço social proporcionado pela fábrica). (Flacks, 2005:60)

Não parece possível distinguir objetivamente entre as questões sociais existentes aquelas que atendem as maiores necessidade. As questões que podem ser consideradas centrais adotam

uma escolha subjetiva, são construídos na ação coletiva. Na capacidade de atores sociais mais organizados e capazes dos maiores protestos imporem suas questões diante de outras. Para isso elas devem ao menos ser consideradas propostas legítimas aos ativistas de outros movimentos.

3.3.2 *Relação própria com os meios de comunicação*

Este ponto pretende abordar dois aspectos da influência dos meios de comunicação na atuação dos movimentos sociais. Por um lado, os ativistas reclamam que a grande mídia costuma deturpar as suas ações tratando-as como criminosas. Por outro, os movimentos investem cada vez mais no desenvolvimento de mídias alternativas, para que possam expor o seu ponto de vista.

Não é novidade o tratamento dispensado aos movimentos sociais como caso de polícia (SANSON, 2008). As críticas expostas pelos movimentos sociais a uma ordem estabelecida são freqüentemente tratadas como o próprio estabelecimento da desordem. O avanço técnico dos meios de comunicação do último século transformou a mídia em um instrumento central para a democracia. Ela é importante para controlar os poderes, investigar corrupção, denunciar políticos desonestos. Mas quando se trata de questões sociais percebe-se um comportamento que não ajuda a esclarecer. O debate sobre a relação entre a mídia e os movimentos sociais acaba envolvendo pesquisadores de várias áreas distintas, como sociologia, ciência política, comunicação, direito, na busca de compreender esta difícil relação.

“os meios de comunicação estão longe de ser expectadores neutros ao enquadrar os fatos dos movimentos. A mídia pode não trabalhar diretamente para a classe governante, mas certamente não trabalha para os movimentos sociais. Numa sociedade capitalista pelo menos, a mídia está no mercado para reportar as notícias, mas apenas ficam no mercado se reportam sobre o que interessa aos leitores ou telespectadores, ou sobre o que o editor pensa que interessa.”(Tarrow, 2009:151)

A capacidade de os movimentos sociais reverterem esta relação é muito difícil. A mídia está inserida no funcionamento do mercado capitalista, portanto depende de financiamentos que por vezes pode vir de agentes criticados pelos protestos populares. Por isso alguns autores pensam que a mídia tem um papel perante os movimentos que seria

precisamente para amplificar sus defectos, para controlar sus palabras, sus gestos, para sobreexponerlos. Está de por medio todo un engranaje de tipo semiótico-político en el cual los medios de comunicación se convierten no en intercesores (médiums diría Mac Luhan), sino en protagonistas, en relevos del poder. Algo

parecido a lo que sucede en Venezuela cuando los medios asumieron el relevo de la colapsada clase política. (Dávalos, 2003: 48).

Por isso muitos ativistas sul-americanos se solidarizam com a atitude do governo da Venezuela diante dos meios de comunicação. Neste país o governo travou uma guerra pelo controle dos meios de comunicação, que vem classificando de hegemonia comunicacional. Durante o golpe de Carmona em 2002 as redes de televisão exerceram papel importante na organização do ataque. Os políticos se reuniram na sede da rede *Venevisión* pertencente ao grupo Cisneros. Durante os protestos de oposição ao governo utilizaram de manipulação de imagens para acusar o governo de ter atacado a tiros contra a manifestação. O documentário “*The Revolution Will Not Be Televised*” (2002) de Kim Bartley e Donnacha O'Briain desvenda as técnicas de edição utilizados. Este evento tem sido usado como justificativa para todos os ataques do governo à livre imprensa na Venezuela. Depois de rever concessões e atrair alguns meios para seu projeto hoje o governo detém mais de 70% da mídia do país. Os canais de televisão do governo têm uma programação que dedica mais espaço aos setores sociais, mas não ajudam a entender o que se passa no país, pois tem um comportamento maniqueísta onde quem está contra o governo faz parte da mídia golpista aliado ao imperialismo.

Tendo em vista a incapacidade de disputar espaço nos meios de comunicação profissionais estabelecidos, os movimentos sociais tem se voltado para a construção de mídias alternativas. Exercem um papel fundamental neste projeto as redes de movimentos sociais. Através de uma rede um movimento que antes parecia isolado tem suas ações percebidas por outros ativistas, trocam-se experiências, compartilham vitórias, criam um campo político para o confronto (SCHERER-WARRER, 2006). Estas redes são muitas vezes fomentadas por ONG's ou por movimentos centrais que gozam de maior facilidade para construção de mídias próprias. Os movimentos possuem veículos próprios como jornais, boletins, revistas, rádios para divulgar eventos e promover debates. Usam a rede mundial de computadores para serem conhecidos em todo o mundo e estabelecem trocas de informações através do correio eletrônico e páginas de relacionamento. Além de os movimentos sociais possuírem páginas próprias as rede de movimentos também possuem seus *sites*. Ainda há aquelas tentativas de construção de uma jurisprudência dos movimentos através de canais como Centro de Mídia Independente (CMI).

3.3.3 Aspecto identitário e Simbólico

Um aspecto que já foi apresentado anteriormente e que colabora com as tentativas de adaptar as teorias européias de movimentos sociais à América Latina é a importância da cultura que

aparece através da identidade. Os movimentos sociais centrais na América Latina apresentam ao menos duas identidades distintas. A primeira e a talvez mais forte é a identidade nacional, que leva os sujeitos a compartilharem uma série de traços culturais com seus compatriotas. Em segundo, a busca por se construir uma identidade de classe. Visto o atraso da nossa industrialização e a quantidade muito grande de excluídos se fala mais em uma identidade popular que propriamente uma identidade de classe. Embora as nossas identidades centrais ainda não tenham sido consolidadas elas começam a se fragmentar e surgem “novas” identidades.

O aparecimento de novas identidades tornou mais importantes à atuação de alguns sujeitos políticos que antes estavam encobertos pela centralidade que exercia a identidade de classe. A aspiração por mudanças, o conjunto de novas demandas oriundas da diversificação das identidades fez (re)surgir vários movimentos tais como o étnico, o feminista, o ligado a diversidade sexual, o ecológico, o negro, o de moradores.

A tradução desta identidade em símbolos é fundamental para a atração dos ativistas. Na América Latina a tensão “entre desenvolver símbolos dinâmicos que criam novas identidades e realizarão mudanças e oferecer símbolos que sejam familiares às pessoas e baseado em suas próprias culturas” (TARROW, 2009:140) de certa forma tem sido resolvida pelos indígenas da região andina atribuindo caráter transformador a eles mesmo enquanto povos originários. São retomados símbolos e linguagem desconhecidos pela maior parte das novas gerações, mas que fazem sentido ao resgate histórico das etnias e nacionalidades.

Os indígenas da Bolívia começaram a apresentarem-se com esta identidade na década de 90. Desde os anos 50, sobre a orientação do MNR durante a revolução, que eles tem sido identificados como camponeses. Na década de 70 as guerrilhas indígenas começam a mudar esta postura que só agora se vê consolidada. A partir deste momento era necessário separar entre o camponês a serviço do tráfico de drogas e o indígena cocaleiros que mantêm tradições milenares. Os indígenas andinos perderam muitas de suas tradições. Como vemos no Equador são poucos aqueles que conhecem a língua dos povos originários. Com o crescimento dos movimentos indígenas na região um conjunto de termos indígenas é incorporado ao cotidiano dos ativistas, trajes típicos são revalorizados assim como os costumes perdidos por gerações anteriores passam a serem resgatados.

Por outro lado o movimento *piquetero* construiu sua identidade a partir de sua forma de atuação. Sua identidade de luta urbana se encerra no próprio contexto das lutas sindicais que muitos de seus ativistas participaram no passado através do formato dos protestos. No MST a mística (apresentada no capítulo 3) tem sido central na construção da identidade. Ela é uma herança dos grupos religiosos que contribuíram na formação do movimento. A mística é um momento em que as causas do movimento são reafirmadas, os militantes acreditam possuir força com o resgate histórico das lutas das camponesas.

Mas se por um lado se constituem símbolos e novas identidades não é pelas mesmas razões apresentadas pelo NMS na Europa. Mais uma vez apresentam os sentidos desta modernidade acentada em “culturas híbridas” (CANCLINI, 1997). As questões materiais latino-americanas não foram resolvidas, elas se entrelaçam com novas questões, influenciam as decisões políticas e transformam as relações culturais.

“una de las características propias de América Latina es que no hay movimientos sociales puros o claramente definidos, dadas la multidimensionalidad, no solamente de las relaciones sociales sino también de los propios sentidos de la acción colectiva. Por ejemplo, es probable que un movimiento de orientación clasista este acompañado de juicios étnicos y sexuales, que lo diferencian y lo asimilan a otros movimientos de orientación culturalista con contenidos clasistas. Así, los movimientos sociales se nutren con innumerables energías que incluyen, em su constitución, desde formas orgánicas de acción social por el control del sistema político y cultural hasta modos de transformación y participación cotidiana de auto-reproducción societária”(PONTE apud SANTOS, 2001:180-181)

3.3.4 *Capacidade de Influenciar nos acontecimentos políticos.*

Em janeiro de 2003 os ativistas do Fórum Social Mundial param suas atividades por algum tempo para assistirem ao vivo a transmissão do pronunciamento do presidente Lula em Davos na Suíça. Pela primeira vez na curta história dos dois fóruns antagônicos aparecia alguém com ousadia o bastante para participar dos dois eventos. Mais que isso, o fórum “inimigo” agora possuía ao menos um aliado (a assertiva é válida de ambos os ângulos). Se por um lado não foram todos os participantes a ver com bons olhos os aplausos a Lula, por outro a grande audiência de seu discurso para os países ricos demonstrava muito do caráter do governo recém eleito e de sua relação com os movimentos sociais da região. A chegada ao poder de um presidente com o perfil de Lula foi uma novidade para o Brasil e para a região. O líder de um dos maiores partidos de esquerda do mundo chegou ao governo.

No período após o início do ciclo de protestos, apareceram na região vários governos que apresentam um discurso de oposição ao modelo econômico do Consenso de Washington

(Chávez na Venezuela; Correa no Equador; Morales na Bolívia e Kirchner na Argentina). Estes governos têm dado uma atenção diferente aos movimentos sociais mesmo porque buscam serem identificados como verdadeiros porta-vozes dos oprimidos. A proposta de trabalhar com a ótica da oportunidade (TARROW, 2009) leva a compreender as manifestações sociais como uma consequência de espaços abertos por um ciclo político instalado na região. Mas, como foi visto, às condições para o aparecimento do novo ciclo de protestos é anterior aos governos recém instalados. Neste meio encontramos a capacidade política da sociedade civil transformar ambiente político.

La movilización “responde” a un contexto económico que no controla aunque también, parcialmente, influye en él. Sin embargo, la lectura de las relaciones numéricas sustentadas en la coincidencia temporal es ante todo un indicio para explorar. Esta exploración debe hacerse en tres niveles: el nivel de las demandas explícitas de los actores sociales, el nivel de las modificaciones que el contexto provoca en los actores, y el nivel de las demandas y propuestas que el propio actor pone sobre la mesa, teniendo presente que al hacerlo crea la coyuntura política e influye en el cambio social. En síntesis, cómo el contexto transforma y condiciona a los actores, pero también cómo la acción de los actores transforma el contexto (GUERRERO CAZAR e OSPINA, 2003)

As condições sociais a partir de 2000 tornaram urgente a pauta dos conflitos sociais. O Estado precisava dar uma resposta a esta nova pauta. Alguns setores das elites políticas e econômicas deslocam seu apoio a candidatos de esquerda, vendo nesta a única forma de manter certa estabilidade diante do período de exacerbação dos conflitos. Em contrapartida quando alguns destes candidatos antes de chegarem ao governo se aproximam de posições de centro. Por isso nestes países as mudanças são mais pragmáticas e sem rupturas relevantes com as políticas precedentes, como o caso de Brasil, Chile e Uruguai. No entanto há casos que o contexto social apresenta tal nível de conflitividade que obriga os governos a apresentarem políticas nacionalistas e populistas e com propostas de “refundação nacional”, caso de Venezuela, Bolívia e Equador, o que tem permitido falar na existência de “duas esquerdas” latino-americanas (BORSANI, 2008).

Na tentativa de responder aos protestos, parte da elite dirigente passa a enxergar os partidos que possuem diálogo com os movimentos sociais e ao mesmo tempo algum compromisso com a institucionalidade como solução ao problema. Os governos têm utilizado três táticas diferentes para conter a ação coletiva de conflito: a indiferença, a cooptação e a repressão (FERNANDES, 2008). A indiferença ou isolamento provocam a invisibilidade da questão levantada, mas diante a persistência dos protestos deixa de ser viável seguir com esta tática. Na cooptação são oferecidas soluções parciais, no intuito de tentar dividir os ativistas, podem

também investir sobre os líderes com ofertas de cargos e regalias. De modo Geral ela não acaba com o movimento que tende a continuar, mas sem a capacidade de mobilização que tinha anteriormente. Nos casos em que não é possível manter a indiferença e a cooptação não surte o efeito desejado pelos governantes passa-se a uma terceira tática, a que leva a repressão sistemática dos participantes de protestos e a perseguição dos movimentos. Em alguns casos a maior repressão também não consegue reduzir o volume de protestos, pelo contrário a violência se transforma em indignação e combustível para novos protestos. Outras vezes o levante é tão repentino que o governo não consegue se mobilizar internamente para encontrar soluções.

“Os movimentos, principalmente os ciclo de ondas de movimentos, são os principais catalizadores de mudança social e como tal são parte de lutas nacionais pelo poder. Essa dimensão da análise inscreve os movimentos num processo político mais amplo e nos fornece elementos para a compreensão dos movimentos sociais como força social e como parte da luta mais geral pelo controle do poder na sociedade civil e política.” (TARROW, 2009:105)

A citação acima colabora com o que viemos defendendo neste ponto. Porém em Tarrow a intervenção da sociedade civil nunca se completa. Ela sempre permanece uma coadjuvante e nunca o próprio ator político, ou seja, os movimentos sociais seriam incapazes de alcançar o poder.

Até o presente não houve casos em que os atores sociais vinculados aos protestos chegassem aos governos através de ruptura institucional. O uso das instituições legais leva a uma visão de mundo que ressalta a importância dos bens negociáveis diante das questões de cunho utópico. Para que continuem desta forma as instituições democráticas devem permitir que estes grupos se organizem, lancem candidatos, e garantir que caso vençam seus adversários irão aceitar o resultado, algo que não parece seguro por parte dos setores nacionalista da esquerda sul-americana.

3.4 Os Principais Pontos de Diferenças entre os Movimentos

Ainda nos falta apresentar aquelas diferenças mais substanciais entre os movimentos sociais estudados. Neste ponto apresentasse as duas principais diferenças. Inicialmente com relação a qual tipo de movimento pode ser cada um deles, neste ponto buscamos incorporar variados tipos possíveis de classificação. Em seguida vamos tratar da estrutura interna dos movimentos sociais, daremos especial atenção ao formato das direções e sua relações com os militantes de base.

3.4.1 *Tipos de Movimento*

Podemos classificar os movimentos estudados de diversas formas. A primeira classificação e que permeou todo o debate é se o formato é de um novo ou de um movimento social tradicional. Geralmente quando se pensa em movimento social tradicional está se falando do conflito no mundo do trabalho, representado pelo movimento operário e sindical. Para esta definição apenas um dos movimentos pesquisados possui tais características é a UNT central sindical da Venezuela. Os demais movimentos não possuem uma base operária e apenas a CSUTCB em que se organizam os cocaleiros da Bolívia tem uma organização em formato sindical, mas de base camponesa.

Outra diferença seria com relação ao tipo de reivindicação dos movimentos. Em outro ponto já foi dito sobre a importância das lutas de longo prazo e as propostas de transformação cultural. Chegamos à conclusão que nestes movimentos sociais sempre há uma questão de necessidades objetivas. Diante à condição atual da qual partem suas ações podemos classificar em dois tipos. Aqueles que são ofensivos buscam benefícios que lhes garante uma condição melhor que a atual. Os outros podem ser considerados defensivos, pois preservar alguma posição diante de uma ofensiva do Estado ou das grandes empresas. Apesar da dificuldade em se objetivar o que perdas e ganhos em determinados momentos (TARROW, 2009). A mobilização dos grupos cocaleiros é defensiva porque se dá a partir da necessidade de impedir a proibição do cultivo e consumo da folha de coca na região Andina. Nos outros casos sempre há uma combinação entre a mobilização ofensiva e defensiva, principalmente com relação a questões sindicais.

Outra distinção que poderíamos nos propor a fazer seria o caráter geoespacial de aparição destes movimentos que podem ser no campo ou na cidade. O domínio territorial parece ser importante para estes movimentos. Enquanto no período anterior a fábrica foi o campo das disputas, hoje ela se apresenta no território, no bairro, na estrada, na ocupação, na aldeia, etc. Podemos dizer que são movimentos urbanos a UNT e seus sindicatos venezuelanos e os *Piqueteros* e as assembléias de bairros argentinos. Mas as modificações no meio rural nos impedem de classificar os demais como apenas movimentos rurais. O MST, por exemplo, costuma afirmar que a reforma agrária se faz no campo, mas se ganha na cidade, por isso, ocupam prédios públicos, fazem marchas, passeatas pelas cidades. A CONAIE equatoriana busca unificar as causas dos indígenas da cidade com os da Amazônia. A CSUTCB boliviana

e os cocaleiros são alocados no campo, mas não deixam de precipitar ações nas cidades, como a “Guerra do Gás” e a “Guerra da Água”.

Os movimentos pretendem incluir as pessoas que estão fora do sistema ou modificar a distribuição de recursos atual? O movimento sindical sempre tem buscado uma nova distribuição onde os trabalhadores possam ampliar sua gratificação. Os desempregados, como é o caso do MST e de *Piqueteros*, pretendem passarem à condição de incluídos do sistema. Os movimentos de indígenas são um pouco diferentes, tanto no Equador quanto na Bolívia a etnia é discriminada, ocupam os piores postos de trabalho e muitos sobrevivem com subempregos. Podem ser considerados um sub-classe⁴⁶ e neste sentido buscam a sua inclusão.

Apresentamos algumas das várias formas de classificar os movimentos sociais. Mas o que percebemos é que não são as características intrínsecas que tornam importantes as comparações, pelo contrário é na possibilidade de terem causas e conseqüências semelhantes, ao mesmo tempo em que exercem um papel criativo no desenvolvimento, apropriação e divulgação de novas formas de protestos social.

3.4.2 *Formato das Direções*

Um dos principais objetivos dos movimentos sociais é a inclusão. Poderíamos falar numa maior democracia social. No entanto, podemos dizer que estes movimentos espelham as mudanças que pretendem? São democráticos os movimentos que buscam a democratização? O trabalho de Robert Michels nos alerta sobre como os organizadores passam a tentar manter o movimento e se apegam as rotinas burocráticas que os afastam de seus representados (MICHELS, 1977).

Os movimentos estudados são bastante recentes e não demonstram este tipo de conduta. No entanto quando mais centralizado maior a possibilidade de desviar para este caminho. A mais próxima deste desvio parece ser a UNT da Venezuela, não apenas por ser uma central sindical, mas pelo fato de a direção não conseguir se entender com os grupos políticos em seu interior. De um lado a oposição sindical tem apoio do governo e promove uma campanha de

⁴⁶ O termo subclasse é usado por Bauman ao se referir aqueles que não conseguem desenvolver uma identidade (2006). Neste caso parecem muito mais semelhantes ao trabalho feito por Jessé Souza que desenvolve o conceito de “ralé” que estariam retroalimentando uma condição de excluído da modernidade, ou seja, não cidadã (2003). Neste debate os movimentos sociais podem ser a chave para modificar esta relação a medida que são capazes de incluir este sujeito mesmo antes do Estado nas lutas por inclusão e cidadania.

difamação utilizando os meios de comunicação. Do outro lado a direção da central, que para manter uma postura anti-chavista tem atrasado a realização do congresso da central.

No Equador e no Brasil as modificações no campo oriundas da mecanização contribuíram para dois movimentos distintos. O Movimento dos Sem-Terra do Brasil possui unidade nacional em suas ações, no entanto o mais importante órgão deliberativo são os núcleos de base em cada assentamento, por isso seus congressos não possuem eleição de delegados, todos os militantes podem participar. Por parte da CONAIE do Equador que possui uma organização centralizada, com eleição de presidentes e congressos restritos, a atuação dos ativistas é bastante difusa até devido às nacionalidades no interior da confederação.

Algo semelhante ao equador ocorre à CSUTCB na Bolívia. Possui uma direção centralizada, mas a existência de diversos grupos e nações indígenas faz com que a ação coletiva não consiga obter tal grau de unidade. Na Argentina os vários movimentos de trabalhadores desocupados não se entendem para criar uma direção nacional de piqueteros. Com o desgaste da relação com o peronismo os ativistas têm preferido formatos que não sejam semelhantes à centralização. Diversas organizações disputam uma hegemonia, pois sequer existe alguma organização nacional regular. Por isso a atuação sempre parte dos núcleos de bairros em que se reúnem os movimentos.

Portanto, a UNT, a CSUTCB e a CONAIE tem caráter mais centralizado e inclusive direção verticalizada, em conformidade com o fato de serem organizações registradas. O caso do MST a direção é horizontalizada e eleita desde os grupos de base durante encontros. Por outro lado é a organização que consegue maior coesão interna entre todas as estudadas, o que demonstra a força da direção nacional que geralmente tem suas políticas acatadas pelos núcleos de base. O caso dos *piqueteros* a direção nacional não existe. Competem três grupos piqueteros por maior quantidade de adeptos, mas não há nenhuma formalização destes blocos.

3.5 Conclusão

Neste capítulo foi possível perceber alguns aspectos presentes nos movimentos sociais considerados centrais nos países da América Latina : a) a influência da identidade para estes atores, por isso o uso de símbolos e o desenvolvimento de protestos aparecem como aspectos culturais e histórico desta época; b) pode-se detectar as diferentes formas e usos da comunicação, o desenvolvimento de comunicação em rede e apropriação de de meio de

comunicação com o objetivo de se contrapor as informações divulgadas sobre eles pelos principais meios de comunicação; c) a influência que exercem sobre o campo político, os movimentos sociais, através de protestos tem sido capazes de transformam-se em uma das causas da ascensão de governos de esquerda e de um novo ciclo político; d) percebe-se a diversidade interna presente nos movimentos sociais.

A primeira parte deste capítulo se dedicou a apontar fatores da conjuntura que estão presentes na região e nos ajudam a compreender o surgimento e o perfil destes movimentos sociais. Para que possam ser vistos como fatores explicativos dos movimentos sociais seria necessário adotar um procedimento ainda mais rigoroso. Seria necessário confrontar com os países da região em que estes atores não apareceram e detectar o grau de relação que eles estabeleceram com tais fatores, tarefa que devera ser abordada em futuros trabalhos com esse objetivo, mas alguns dos possíveis fatores ainda podem ser indicados. O quadro a seguir ajudará neste trabalho, pois destaca alguns dos aspectos abordados durante o texto.

Quadro Comparativo – Movimentos Sociais na América do Sul de 1990 à 2010

País	Movimento Social	Ascensão	Início do Ciclo de Protestos	Repertório de Protestos		Queda de Presidente	Governo Nacionalista
				Democracia Radical	Outros		
Brasil	MST	1996	-	não	P	-	Não
Argentina	Piqueteros	1997	1999	sim	P, E, R	1	Sim
Equador	Indijenas	1990	1999	sim	E	2	Sim
Bolívia	Cocaleros	1996	2000	sim	P, R	2	Sim
Venezuela	UNT	2003	2002	sim	R	1	Sim

Legenda: P - Piquetes; E – Escraches; R – Empresas recuperadas.

O MST possui diversos aspectos tratados no texto que o assemelham aos demais movimentos estudados no entanto a conjuntura dos outros países é muito mais influenciada por seus movimentos sociais centrais. Na conjuntura econômica em todos estes países foram adotados

os programas de ajuste econômicos orientado pelas agências financeiras internacionais. A adoção destes modelos não diminuiu o desemprego, e pelo contrário ainda agravou a insatisfação. No entanto no Brasil o MST mesmo sendo mais bem organizado do os demais (e talvez por isso) não consegue levar à frente protestos que sejam tão contundentes para alterar o fluir político. Por isso percebemos que após a consolidação do MST em 1996 não houve queda de nenhum presidente no país, e sua influência para com o governo do PT não torna o presidente um crítico da globalização ou dos países ricos. Muito diferente das crises e quedas de presidentes nos demais países e governos com calorosa retorica anti-neoliberal.

Outro aspecto importante é que nos países em que os movimentos sociais centrais foram mais influentes apareceram entre as suas atividades modelos alternativos de democracia. Outras formas de protesto são compartilhadas por estes movimentos mas apenas esta está presente somente na conjunturas mais radicalizadas. Ou pode-se dizer que o MST é o único com uma organização que maior que este tipo de estrutura externa.

Neste capítulo também se percebe que houve uma superação dos atores tradicionais, sejam eles os atores sociais responsáveis pelas ações de confronto, como no caso dos movimentos sindicais, sejam os de atores políticos, como os partidos tradicionais da região. Na Venezuela, no Equador e na Bolívia e parcialmente da Argentina os partidos políticos tradicionais foram devastados pela crise dos sistemas partidários (BORSANI, 2008). Os sistemas democráticos que tentavam se consolidar após a ditadura (nos três últimos casos) ou já estavam consolidados (no caso da Venezuela) se fragmentaram. Dos partidos que haviam nestes países na década de 80 apenas o justicialismo na Argentina ainda é um partido relevante do sistema político desse país.

4 – CONCLUSÃO

O ciclo de protestos iniciado no ano 2000 havia apresentado um caráter de confronto com o sistema capitalista e o modelo democrático liberal. Em alguns países se registraram conflitos generalizados entre os movimentos sociais em protesto e a ordem política institucional vigente. No Equador a institucionalidade chegou a ser parcialmente alterada e os militares tiveram papel importante nessa crise, mas quem a pôs em marcha foram os movimentos sociais quando convocaram o “parlamento dos povos” para suspender os três poderes em favor do estabelecimento de uma “democracia radical” ou direta. Na Bolívia dois presidentes foram obrigados a fugir do palácio de governo. Na Argentina os protestos generalizados possuíam uma palavra de ordem anarquista: “*que se vayan todos*”. Na Venezuela o conflito entre governo e oposição esteve em vias de transformar-se numa guerra civil, vários setores da oposição sindical da CTV estiveram nos protestos da base chavista. Estes setores se organizariam para a fundação da nova central sindical.

O clima de radicalização dos conflitos se manifestou num repertório de protestos igualmente radical. Eles pararam o fluir normal da vida para demonstrar desde seu “agir” que pretendem uma outra ordem político-social. A utilização de movimentos que almejam uma “democracia radical” desafia a democracia representativa. Enquanto a recuperação de fábricas é na prática a gestação de uma nova economia. O repertório de protestos que acende neste período demonstra uma tendência à ruptura com a ordem política, social e econômica vigente nos respectivos países.

No entanto, apesar do caráter dos protestos, não há ruptura institucional neste período. O Estado conseguiu encontrar alguma saída no marco constitucional. Nos escassos casos em que houve algum abalo normativo, como no Equador ou na Venezuela, ele foi rapidamente contornado. A opção pela via legal tem demonstrado a força das instituições da democracia existente na região. Ao mesmo tempo, que os movimentos sociais têm ações radicalizadas, elas não são transformadas em propostas políticas de ruptura com as instituições democráticas vigentes. Ou ainda, como pretende Holloway, estes não miram o Estado, pretendem “mudar o mundo sem tomar o poder” (2003).

A prioridade pela via democrática autorizou a chegada aos governos candidatos da esquerda em alguns casos favoráveis a suas reivindicações ou propostas de transformações profundas. Com exceção da tentativa de golpe na Venezuela e os confrontos por autonomia na Bolívia, as elites tradicionais souberam respeitar os resultados das eleições, mesmo quando os atores políticos chegavam ao governo com as questões levantadas pelos movimentos sociais. No caso dos governos considerados mais a esquerda têm sido central para seus mandatos as propostas de mudança constitucional.

A disposição com o direito por parte dos movimentos sociais dos anos 2000 é muito diferente da que existiu com os sujeitos sociais da outra geração. Foi necessária uma série de acontecimentos mundiais e locais para que a ação coletiva de conflito que antes esteve centrada no sindicalismo e na guerrilha perdessem sua força. Mas, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, depois do refluxo da década de 90, surgem movimentos fortes, criativos e transformadores. Os movimentos sociais tradicionais são principalmente o sindicalismo. Este se localiza na relação entre capital e trabalho, na América Latina grande parte deles foi atrelada a governos populistas. Os movimentos populares que surgem com o final das ditaduras são bastante fragmentados, não se constituem em movimentos centrais. No atualidade alguns movimentos se converter em movimentos sociais centrais e passam a ser referências para os demais movimentos sociais de seus países e da região. Conseguem transformar a sua agenda no calendário nacional de protestos.

A utilização dos meios de comunicação tem possibilitado falar em movimentos em rede. As redes contribuem para a divulgação dos movimentos e para estabelecer entre eles diversas trocas culturais. Os aspectos culturais são importantes para a identidade dos movimentos, contribuem na ação e coesão interna. Mas também atuam no estabelecimento de um campo ético-político. Este campo possibilita voltar a utilizar o conceito de classes sociais, mas retirando a naturalização e a função atribuída a ela pelo marxismo. Esta teoria parte da existência de uma construção social que dá origem a classe, nela os movimentos aparecem de forma importante e reforçam o caráter transformador da mesma.

A importância da cultura nos movimentos sociais na América Latina contribuiu para que a teoria dos “novos movimentos sociais” tenha grande abrangência na região. No entanto, desde a década de 80, se percebeu que os movimentos sociais sul americanos possuem alguma reivindicação que corresponde a uma “necessidade objetiva”. A existência de uma questão material contribui para alguns pontos da teoria da “mobilização de recursos”. Para essa teoria

a ação coletiva vai depender da organização presente nestes movimentos. Como foi observado, os movimentos sociais apresentam uma heterogeneidade quanto a organização e ao tipo de movimentos. Mais que isso, a organização dos sujeitos sociais estudados é muito difusa. O movimento com maior organização é o MST e está em uma conjuntura, a brasileira, que apresenta protestos menores e menos radicalizados.

Para que surgissem estes movimentos e para que dessem origem a um ciclo de protestos foram necessárias determinadas oportunidades políticas. Algumas destas oportunidades são comuns aos movimentos na América do Sul: a insatisfação popular com as políticas econômicas que orientaram os programas de ajuste da década de 90 e as crises econômicas que transformaram o “neoliberalismo” em um virtual inimigo, aquele que representava o outro campo com relação aos protestos; o crescimento do desemprego e do subemprego aumentou a massa de desocupados, muitos deles com experiência de organização sindical e que estavam vendo seu padrão de consumo se deteriorando ; a superação dos atores tradicionais, com o enfraquecimento dos partidos de esquerda e a crise do sistema de partidos.

Os atores sociais provocaram manifestações com a intenção de influenciar nos eventos políticos. Diferente do que propõe alguns autores, não estavam restritos a mudanças sócio-culturais, nem pretendiam mudar o sistema por fora do Estado. Os protestos contribuíram na saída de presidentes, em crises políticas que mudaram equipes de governo, na instauração de comissões parlamentares de inquérito, na demissão de funcionários, em mudanças de leis, em novas constituições, impediram um golpe de Estado e propiciaram a chegada ao governo de representantes da esquerda política. Ainda há movimentos sociais que deram origem a partidos políticos, como é o caso do MAS na Bolívia.

Nos países onde os protestos foram mais intensos como na Venezuela, no Equador e na Bolívia os governos eleitos empreenderam mudanças mais radicais. Nestes países a chegada dos novos governos ao poder também foi precedida de uma reformulação do sistemas partidários. Os partidos políticos tradicionais que a algumas décadas (na Venezuela 4 e no Equador e Bolívia 2) participavam de sistemas democráticos em vias de consolidação, desaparecem do cenário ou se encontram extremamente reduzidos. Nestes países os governos realizaram Assembléias Constitucionais e empreenderam processos de nacionalização.

Na Argentina embora os protestos tenham sido intensos, ela não conseguiu eleger um representante de fora do Partido Justicialista (peronismo), um dos tradicionais partidos do

país. O outro partido tradicional praticamente sumiu das listas eleitorais, a UCR sofreu várias rupturas após a crise do governo De La Rúa. No entanto os governos de Néstor e Cristina Kirchner representam a esquerda do PJ e na sua retórica política atacaram constantemente o FMI e outros organismos económicos internacionais e se aproximaram dos presidentes com perfil mais nacionalistas dos países citados acima. No Brasil não houve grandes manifestações, o sistema político pós ditadura continua se consolidando, no entanto possui um movimento social forte e organizado.

O ciclo de protestos parece estar terminando, após a chegada ao poder dos atuais presidentes eles conseguiram converter os protestos em disputas eleitorais. No entanto as questões por eles levantadas ainda não se encontram resolvidas, e novos capítulos estão para serem escritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. *As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate* Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009
- ALVARENGA, Ana Maria e TEODORO, Antonio. *A “lenda” ou História da Borboleta: os movimentos sociais e a educação, o caso do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a educação no Campo*. Em: EccoS – Revista Científica, São Paulo V. II n° I pág. 193-207 2009
- AMORIM NETO, Octavio. *De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira* In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, n°2, pp.251-274 2002
- ANDREWS, George Reid. *América Afro Latina, 1800-2000*. São Carlos; EdUFSCar, 2007
- BARROS FILHO, Omar de. *Bolivia: vocação e destino*. São Paulo, ed. Versus; 1980
- BAUMAN, Z. *Identidade*, Jorge Zahar; Rio de Janeiro, 2006
- BOITO JR, Armando. *A burguesia no Governo Lula*. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Buenos Aires. Agosto 2006
- BORGES, Altamiro. *O novo sindicalismo na Venezuela* em: rebellion.org 28-07-2004 acesso em 10/12/2009
- BORSANI, Hugo. *Gobiernos de Izquierda, Sistemas de Partidos y los Desafíos para la Consolidación de La Democracia en América del Sur* em: Stockholm Review Of Latin American Studies Issue No. 3, December, 2008
- BURAWOY, Michael. *Dois Métodos à Procura da Ciência. Skocpol versus Trotsky* em: Revista Critica de Ciências Sociais, n°40 Coimbra, outubro de 1994
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Média*. São Paulo: 2ª edição; Companhia das Letras, 1999.
- CALDART, Rosali Sales. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo* em: GENTILI, P. GAUDÊNCIO, F.(org) *A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho*. Buenos Aires: CLACSO, 2008
- CAMPELLO, Daniela. *Equador - Integração Econômica e Inserção Regional no Governo de Rafael Correa* em: OPSA Estudos e Cenários (out.2008) <http://observatorio.iuperj.br>
- CANCLINI, N.G. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade* Ed. EDUSP, São Paulo, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. 1. 5ª. ed. São Paulo: Paz e Terra 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. *América Latina Siglo XXI ¿Una Revolución En Marcha?* In: www.rebellion.org 2006

DÁVALOS, Pablo. *De Paja de páramo sembraremos el mundo Izquierda, Utopia y Movimiento Indígena em Ecuador.* em: César A. Rodriguez Garavito, Patrick S. Barreth e Daniel Chavez (org). *La Nueva Izquierda em America Latina – Sus Orígenes y trayectorias futuras – Bogotá: grupo editorial Norma, 2005*

_____. *Plurinacionalidad y poder político en el movimiento indígena ecuatoriano.* En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. No. 9. Buenos Aires : CLACSO, 2003

DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70.* Rio de Janeiro; Relume-Durumá: ANPOCS, 1995

DOMINGUES, José Maurício. *Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades.* Análise de Conjuntura OPSA nº 2, fevereiro/2007

ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia E. e DAGNINO, E. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.* Novas leituras. UFMG Editora, Belo Horizonte
Política cultural & cultura política. 2000

FERNANDES, Antonio Sergio Araújo. *Path Dependency e os Estudos Históricos Comparados em:* BIB, São Paulo nº52 pag. 79-102 1 semestre de 2002

FERNANDES, Bernardo Mançano. *O MST e as reformas agrárias do Brasil em:* OSAL, ano IX, nº 24: Buenos Aires: CLACSO, 2008

_____. *O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula em:* OSAL, ano IV, nº 11: Buenos Aires: CLACSO, 2003 pag 31-41

_____ e STEDILE, João Pedro. *Brava Gente A trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil.* São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 1999.

FLACKS, D. *A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais em:* Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, Coimbra, CES; Outubro 2005: 45-66

GALLEGOS, Franklin Ramirez. *El Paso del Movimiento indio y Pachakutik por el poder em:* OSAL, ano IV, nº 11: Buenos Aires: CLACSO, 2003 pag 41-54

GALLEGOS, Franklin R. e MINTEGUIAGA, Analía *El nuevo tiempo del Estado. La política posneoliberal del correísmo en OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año VIII, Nº 22, septiembre 2007.*

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos* Ed. Loyola, São Paulo, 2000

GRONDONA, Mariano. *El escrache em:* lanacion.com 4 de febrero de 2009
http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1096356&pid=5786191&toi=6261

GUARDERAS, Augusto Barrera. *Ecuador, o cuando la crisis se hace cotidiana* em: OSAL, ano I, n° 1: Buenos Aires: CLACSO, 2000 pag 11-16

GUERRERO CAZAR, Fernando; OSPINA Peralta, Pablo. *El giro histórico: entre la larga y la corta duración*. En publicación: El poder dela comunidad. Ajuste estructural y movimiento indígena en los Andes ecuatorianos. Fernando Guerrero Cazar y Pablo Ospina Peralta. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Becas CLASO/ASDI. 2003. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/guerrero/cap1.rtf>

GUTIERREZ, C. J. e LORINI, I. *A Trilha de Morales Novo movimento social indígena na Bolívia* em: Novos Estudos. Cebrap. 77, Março 2007 pp. 49-70.

HALL, P.A. & TAYLOR, R.R. *As Três Versões do Neo-Institucionalismo* em: Lua Nova N° 58— 2003

HALL, S. *A identidade Cultural na Pós Modernidade*, DP & A; Rio de Janeiro, 2003

HISE, Megan. *Workers Control at Venezuela's Sanitarios Maracay under Attack August 18th 2007* em: <http://venezuelanalysis.com/analysis/2555> acesso em 10/02/2009

HOLLOWAY, John. *Mudar o Mundo sem tomar o Poder*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

HOPSTEIN, Graciela. *A Rebelião Argentina – Assembléias de Bairro, piqueteros e empresas recuperadas*. Rio de Janeiro: Ed e-papers, 2007

_____. *Piqueteiros* em: SADER, Emir & JINKINGS, Ivana (Coord.) *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe* Ed. Boitempo, Rio de Janeiro, 2006

LAMRANI, Salim. *Soberanía petrolera, reformas sociales e independencia económica en Venezuela* Em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=50895> acesso em 15 de março de 2007

LARREA, A. M. *Encuentros e Desencuentros, el compleja relação entre gobierno e movimientos sociales en Ecuador en OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año VII, N° 21, septiembre 2006.

LIPJARD, Arend. *Comparative Politics and the Comparative Method* em : *The American Political Science Review*, Vol. 65, No. 3, pp. 682-693 - Sep., 1971

LOWY, Michel. *Ideologias e Ciência Social Elementos para uma análise marxista*. São Paulo; Ed Cortez, 1993.

_____. (org.) *O Marxismo na América Latina uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2ª Ed, 2006

MALDONADO, Ana María Larrea. *El Movimiento Indígena Ecuatoriano: participación y resistencia* em: OSAL, ano V, n° 13: Buenos Aires: CLACSO, 2004 pag 67-77.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa Poder petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARTIN-BARBERO, J. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Consenso de Washington* em: SADER, Emir & JINKINGS, Ivana (Coord.) *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe* Ed. Boitempo, Rio de Janeiro, 2006

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* em: Os Pensadores, Ed Abril Cultural: São Paulo, 1978

_____ e ENGELS, F. *A ideologia Alemã Feuerbach a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista*. São Paulo; Martin Claret, 2006

MASSETI, Astor. "*Piqueteros eran los de antes*" em: Sobre las transformaciones en la Protesta Piquetera. Em: Laboratorio - Cambio Estructural y Desigualdad Social (CEyDS) / Facultad de Ciencias Sociales, UBA. Buenos Aires: Ano 8; Número 19, 2006

MCADAM, D, TARROW, S e TILLY, C. *Para Mapear o Confronto Político* em: *Lua Nova*, São Paulo, 76: 11-48, 2009

MELUCCI, Alberto. *A invenção do Presente movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ; Ed. Vozes, 2001.

MENICUCCI, T. M. G. *Sociologia histórica comparativa: questões metodológicas*. Em: Locus (Juiz de Fora), Juiz de Fora/MG, v. 4, n. 1, p. 19-38, 1998.

MICHELS, R. *Os partidos políticos*. São Paulo: 2ª ed. Senzala, 1977

MOREANO, A. *Ecuador en la Encrucijada* em: OSAL, ano VII, nº 19: Buenos Aires: CLACSO, 2006 pag 65-75

MULHALL, T e Morais, J. V. "*Mapeando o Reino*" da *Sociologia Histórica* em: ANPOCS, Caxambú, 1998

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva* Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PACO, Felix Patzi. *Insurgencia y Sumisión: Movimientos Sociales y indigenas*, ed. Driva, La Paz, 2007

PADUA, Danilo Destro "*Que se vayan todos!*": "*Piqueteros*" e a agenda neoliberal na *Argentina (1989-2001)* / Danilo Destro Padua. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

PALERMO, V. e NOVARO, M. *Los Dilemas de la Centro-izquierda argentina. El "Frente País Solidario" entre la identidad y la gobernabilidad* em: MALLO, S. e MOREIRA, C. *La Larga Espera, Itinerarios de la izquierda em Argentina, Brasil e Uruguay*. Montevideo; ed. Banda Oriental, 2000 pags 15-59.

PETRAS, James. *Entre la insurrección y la reacción: Evo Morales, en busca de un capitalismo normal* In:rebelión.org 14 de abril de 2007

PRZEWORSKI, Adam. *Marxismo e Escolha Nacional* Tradução de Heloísa Jahn revista por Fábio Wanderley Reis em: *Politics & Society* (1985) 14, n° 4, p. 379-409.

QUIRÓS, Julieta. *Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas* em: *Mana* 15, 2009 pag 127-153

RANGEL, Domingo Alberto. *La Boliburguesia / Correo del Caroní* In: soberania.org 20/04/2006

ROSA, Marcelo Carvalho. *Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil* em: *Lua Nova*, São Paulo, 76: 197-227, 2009

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.

SALLUM JR, Basílio. *Classes, Cultura e Ação Coletiva* em: *Lua Nova* n#65 São Paulo maio-agosto de 2005

SANSON, C. *O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil* em: *OSAL* Ano IX N° 24 - Outubro de 2008

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Los nuevos movimientos sociales* em: *Revista del Observatorio Social de América Latina/OSAL*, 5, 2001 pag 177-188.

_____ (org.), *Democratizar a Democracia os caminhos da democracia participativa*; Rio de Janeiro; Ed Civilização Brasileira, 2003.

SCHERER-WARREN, I. *Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais* em: *Revista Sociedade e Estado*, vol 21; Brasília, 2006.

_____. *Movimentos Sociais um ensaio de interpretação sociológica* Florianópolis; Ed UFSC, 1987.

_____ e GADEA, Carlos A.. *A Contribuição de Alain Touraine para o Debate Sobre Sujeito e Democracia Latino-Americanos*. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 25, p. 39-45, nov. 2005

SKOCPOL, T. *Estados e Revoluções Sociais – análise comparativa da França, Rússia e China*. Editorial Presença, Lisboa, 1979

_____ e MISCOLCI, R. *A Imaginação Histórica na Sociologia* em: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 16, 7-29, 2004

SORJ, B. e MARTUCELLI, D. *O Desafio Latino-americano: coesão social e democracia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008

SPOSITO, M. P. e FISCHER, N. B. *Apresentação* em: MELUCCI, Alberto. A invenção do Presente movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ; Ed. Vozes, 2001. pág. 13-20

STEFANONI, P. *MAS-IPSP: la emergencia del nacionalismo plebeyo* em: OSAL, ano IV, n° 12: Buenos Aires: CLACSO, 2003 pag 57-68.

TAPIA, Luis. *Izquierda e Movimiento Social en Bolívia* em: César A. Rodriguez Garavito, Patrick S. Barreth e Daniel Chavez (org). La Nueva Izquierda em America Latina – Sus Orígenes y trayectorias futuras – Bogotá: grupo editorial Norma, 2005

TARROW, S. *O Poder em Movimento Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis, RJ; Ed. Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. *Na Fronteira dos Movimentos Sociais* em: Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n#1. pag. 17-28 jan-abr 2006.

_____. *Palavra e Sangue política e sociedade na América Latina*, São Paulo; Unicap, 1989.

UNDA, Mario. *Ecuador: un momento de definiciones* em: OSAL, ano VII, n° 21: Buenos Aires: CLACSO, 2006

_____. *Quito en abril : los forajidos derrotan al coronel*. En: OSAL : Observatório Social de América Latina. Ano 6 no. 16 Buenos Aires : CLACSO, 2005

SITES

Rebellion - <http://www.rebellion.org/>

Observatório Político Sul Americano - <http://observatorio.iuperj.br/>

Conselho Latino Americano de Ciências Sociais - <http://www.clacso.org.ar>

venezuelanalysis.com - <http://venezuelanalysis.com/analysis>

La Cl@se.info - <http://laclase.info/>

Filmes

“*Quien Mato a La Llamita Blanca*” de Rodrigo Bellott (2006)

“*Memoria del saqueo*” de Fernando Solanas (2004).

“*The Corporation*” de Mark Achbar e Jennifer Abbot (2001)

“*The Revolution Will Not Be Televised*” de Kim Bartley e Donnacha O'Briain (2002)